

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício de doze meses
findo em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, Riscos, Controles Internos e <i>Compliance</i>	31
Parecer do Comitê de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	33
Declaração dos Diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	34
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do auditor independente	35
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	36
Balancos Patrimoniais	43
Demonstrações do Resultado	44
Demonstrações do Resultado Abrangente	45
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	46
Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto	47
Demonstrações do Valor Adicionado	48
Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	49

Relatório de Resultados

4T25

WEBCAST DE RESULTADOS

19 de março de 2026 (quinta-feira)
Português (tradução simultânea para o inglês)
09h (Brasília) | 08h (EDT – NY)
[Clique aqui](#) para se inscrever

ri.hapvida.com.br



DISCLAIMER A Hapvida Participações e Investimentos S.A., informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que as informações financeiras constantes neste documento, relativas ao período de três e doze meses findos em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas em conformidade com o IFRS 4 – Contratos de Seguro, internalizado no Brasil pelo CPC 11, as quais foram divulgadas, em caráter extraordinário, para fins de acompanhamento da performance do negócio e comparabilidade entre os períodos. Essas informações financeiras não consideram o padrão contábil atualmente vigente, o IFRS 17 – Contratos de Seguro, internalizado no Brasil pelo CPC 50, que deve ser considerado para todos os fins da legislação e regulamentação aplicáveis e que resultará em informações financeiras diferentes das apresentadas nesse material.

Mensagem da Administração

Highlights

Destaques Operacionais

Desempenho Financeiro

Anexos

A photograph of surgeons in an operating room, wearing blue scrubs, surgical masks, and caps. The image is slightly blurred and has a blue tint, serving as the background for the report cover.

Relatório de Resultados 4T25



Mensagem da Administração



Encerramos o quarto trimestre e o ano de 2025 com a convicção de que o nosso modelo integrado continua sendo uma vantagem competitiva relevante para ampliar acesso à saúde com qualidade e eficiência. Agradecemos aos nossos beneficiários, clientes corporativos, corretores, prestadores e, sobretudo, às nossas equipes assistenciais e administrativas, que mantiveram o padrão de cuidado e atendimento em um período de elevada volatilidade operacional e de mercado.

No 4T25, a Hapvida registrou Receita Líquida de R\$7.914,9 milhões e Ebitda Ajustado de R\$713,8 milhões, com margem Ebitda de 9,0%. No acumulado de 2025, a Receita Líquida totalizou R\$30.863,3 milhões e o Ebitda Ajustado alcançou R\$3.369,4 milhões, com margem de 10,9%. A alavancagem líquida encerrou o período em 1,32x Ebitda, refletindo disciplina financeira e foco permanente em eficiência e geração de caixa.

O desempenho recente reflete, em grande parte, fatores que pressionaram a sinistralidade no curto prazo: (i) aumento de frequência de utilização em determinadas linhas de cuidado e praças, (ii) sazonalidade menos favorável do que a observada historicamente em alguns períodos, e (iii) efeitos do *ramp-up* de unidades novas ainda em curva de maturação, com diluição incompleta de custos fixos. Importante, o custo unitário médio se manteve relativamente comportado; a pressão esteve mais concentrada em volume, mix de utilização e alavancagem operacional.

Como resposta, intensificamos a governança clínica e a gestão por dados, com revisão de protocolos por especialidade, região e linha de cuidado, reforço de auditoria médica e maior uso de *analytics* e inteligência artificial para apoiar autorizações, reduzir desperdícios e aumentar previsibilidade. Essas iniciativas já estão em execução e devem contribuir para a normalização gradual dos principais indicadores assistenciais ao longo de 2026, sem prometer uma virada imediata e mantendo transparência sobre o que está, de fato, sob controle no curto prazo.

No eixo de rede própria e verticalização, 2025 foi marcado por um ciclo relevante de expansão e aumento de capacidade, com abertura e ampliação de unidades e adição de leitos em diferentes regiões. Esse movimento fortalece estruturalmente o modelo, mas trouxe custos fixos adicionais no curto prazo, especialmente em praças onde houve sobreposição temporária com rede credenciada durante a transição. A agenda daqui em diante é elevar ocupação e produtividade dos ativos abertos, reduzir duplicidades, calibrar formatos por microrregião e manter um *CapEx* seletivo, com barra alta de retorno e disciplina de capital.

Na frente comercial, reconhecemos que 2025 trouxe um ambiente mais competitivo em algumas regiões, com maior intensidade de ofertas e incentivos por parte de concorrentes. Estamos endereçando esse contexto com execução mais granular por praça, segmento e canal, reforço de retenção e conversão, revisão de portfólio e *playbooks* regionais, além de aprimoramentos em governança comercial. A companhia segue comprometida em crescer de forma disciplinada, sem entrar em uma guerra de preços insustentável.

Também avançamos em iniciativas para reduzir fricções na jornada do beneficiário, com melhorias contínuas em acesso, ampliações de agendas médicas, autorizações e canais de atendimento. Indicadores de experiência do cliente e de relacionamento com o regulador evoluíram ao longo de 2025 e permanecem como prioridade operacional, pois qualidade assistencial e eficiência caminham juntas no modelo verticalizado.

Em alocação de capital, reforçamos que a desalavancagem e a preservação de flexibilidade financeira seguem como prioridades. Avaliamos, de forma contínua, alternativas de eficiência de ativos e formatos *asset light*, sempre com foco em retornos atrativos e manutenção de liquidez. Programas de recompra, quando utilizados, são tratados como uma alavanca tática e responsável e sem comprometer a solidez do balanço.

Como parte do processo sucessório divulgado ao mercado em 22 de dezembro de 2025, a Companhia vem conduzindo uma transição planejada de liderança, com o Sr. Luccas Adib liderando a organização na continuidade das transformações já em curso, com foco em disciplina de capital, revisão de produtos e avanço da agenda digital. Nesse contexto, o novo CEO está estruturando seu time e reforçando uma governança mais orientada a dados e execução, com algumas frentes já definidas até aqui, como por exemplo marketing e *revenue growth*, uma agenda dedicada de experiência do cliente para mapear e melhorar a jornada ponta a ponta, uma diretoria de estratégia para coordenar prioridades e alocação de recursos, e um processo de revisão e evolução da cultura da Companhia, fortalecendo *accountability*, meritocracia e foco no beneficiário.

Entramos em 2026 com uma mensagem clara: será um ano de execução, ajustes finos e reconstrução de consistência operacional, com expectativa de recuperação gradual. Mercados onde o modelo verticalizado é mais maduro seguem sustentando a tese estrutural. Nas praças que concentram maiores desafios, o foco é calibrar rede, produtos e processos com disciplina, reforçando governança clínica, eficiência operacional e qualidade percebida pelo beneficiário.

Seguimos confiantes na capacidade de capturar ganhos operacionais e comerciais ao longo do tempo e de transformar eficiência assistencial em valor para clientes, sociedade e acionistas. A todos os nossos públicos de relacionamento, muito obrigado pela confiança.

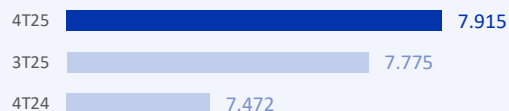
A Administração



O desempenho operacional da Companhia no trimestre ainda foi impactado pela maior frequência de utilização, sazonalidade desfavorável e custos fixos de novas unidades da rede própria. A sinistralidade caixa atingiu 75,5%, alta de 0,2p.p. QoQ e 4,5p.p. YoY. O Ebitda ajustado foi de R\$714 milhões, incluindo aproximadamente R\$158 milhões em itens não recorrentes; desconsiderando esses efeitos, o Ebitda ajustado teria sido de R\$556 milhões.

Receita Líquida

R\$ milhões

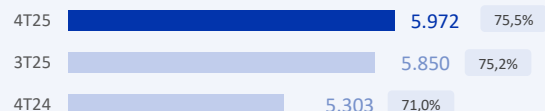


R\$7,9Bi

▲5,9% YoY ▲1,8% QoQ

Sinistralidade Caixa

R\$ milhões; %ROL



75,5%

▲4,5p.p. YoY ▲0,2p.p. QoQ

Beneficiários Mil

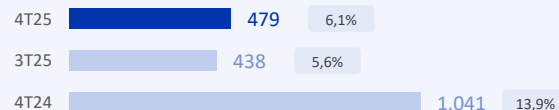
■ Planos de Saúde ■ Planos Odontológicos



▼140k / ▲23k
Adições em Saúde / Adições em Odonto

Despesas Administrativas Caixa

R\$ milhões; %ROL

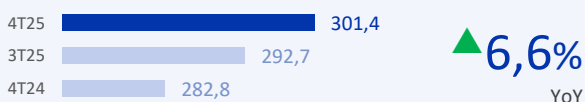


R\$479MM

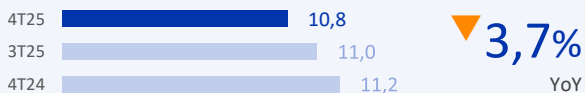
▼54,0% YoY ▲9,5% QoQ

Ticket Médio R\$/mês

Planos de Saúde

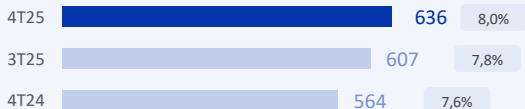


Planos Odontológicos



Despesas de Vendas

R\$ milhões; %ROL

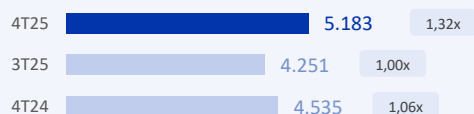


R\$636MM

▲12,6% YoY ▲4,7% QoQ

Dívida Líquida

Covenant contratual
R\$ milhões; DL/Ebitda UDM

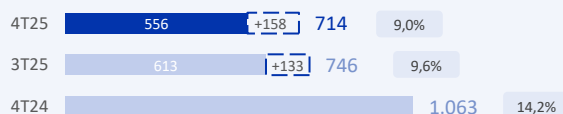


1,32x

▲14,3% YoY ▲21,9% QoQ

Ebitda Ajustado

R\$ milhões; %ROL



R\$714MM

▼32,8% YoY ▼4,4% QoQ



Relatório de Resultados 4T25



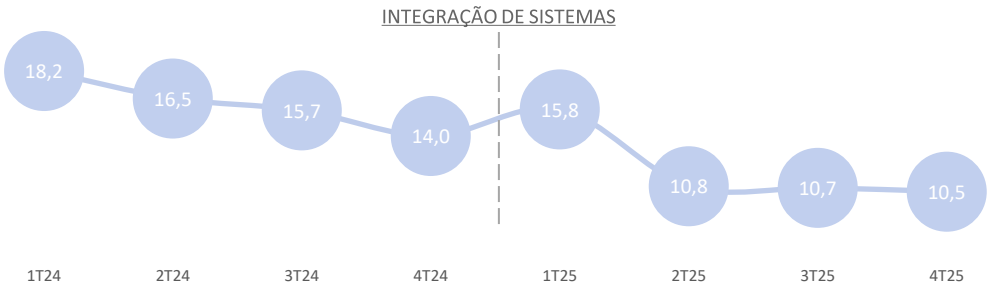
Destques Operacionais



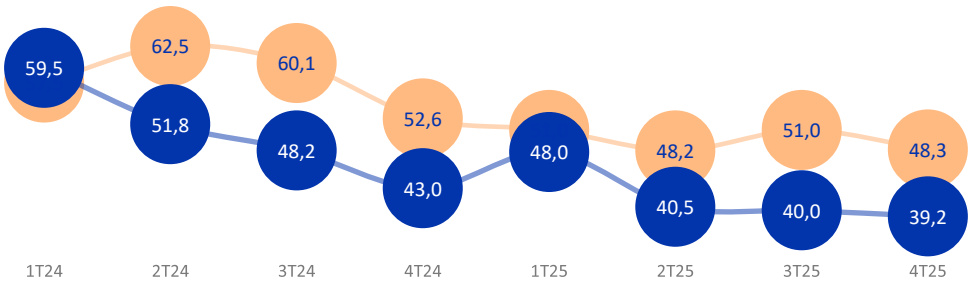
Qualidade Assistencial

A Companhia vem concentrando esforços na melhoria da qualidade assistencial, com investimentos para reduzir os prazos de agendamento através de aumento da disponibilidade de agendas médicas e da expansão da rede assistencial. Esses avanços se refletem tanto na queda contínua das Notificações de Intermediação Preliminar (NIP) quanto na melhoria da posição das principais operadoras do grupo (HAM e NDI SP) no ranking oficial da ANS (IGR). A NDI SP apresentou melhoras relevantes no ranking das principais operadoras da ANS, saindo da 7ª posição no 1T25 para 17ª no 4T25. O IGR da HAM permanece em excelente patamar. No 4T25, registramos redução de 42,6% no volume de NIPs ao primeiro trimestre de 2024.

Notificação de Intermediação Preliminar (NIP)
Em milhares.



Índice Geral de Reclamações (IGR)
Quanto menor, melhor.
● Setor
● Hapvida



Rede Própria

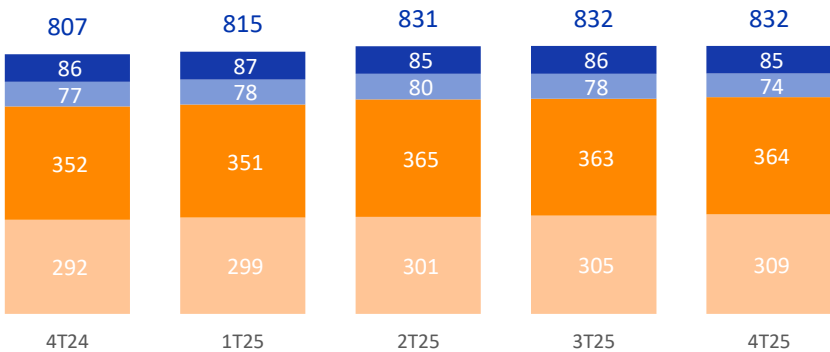
A Companhia vê como estratégicos os investimentos na expansão de leitos hospitalares e na capacidade da Rede Própria para manter o custo assistencial sob controle, elevar a experiência do cliente e sustentar um crescimento comercial disciplinado.

Ao longo de 2025, adicionamos cerca de 917 leitos totais (aprox. 500 já operacionais) e 26 unidades ambulatoriais. Essa aceleração pressionou temporariamente a sinistralidade, seja pela sobreposição provisória com a rede credenciada, seja pelo *ramp-up* com ocupação abaixo do ponto de equilíbrio. Trata-se de um efeito transitório, que tende a se diluir à medida que a ocupação amadurece e as novas estruturas substituem a rede credenciada.

Unidades

832

■ Hospitais
■ Prontos Atendimentos
■ Clínicas
■ Diagnóstico





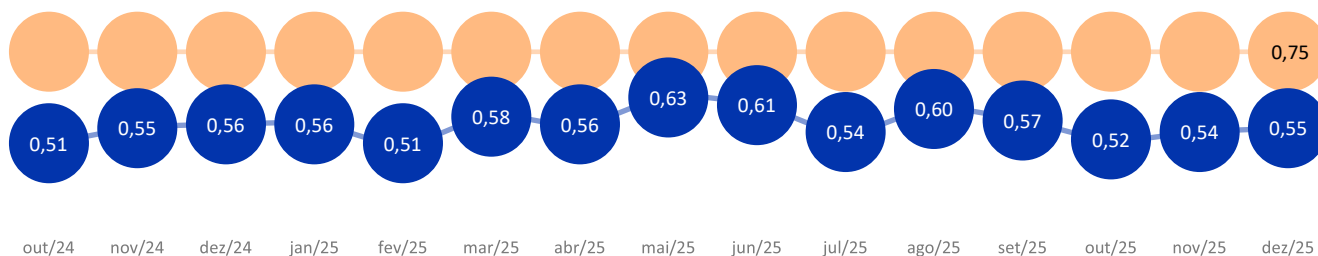
Qualidade assistencial e acolhimento

Taxa de Mortalidade Padronizada na UTI

● AMIB¹

● Hapvida

A taxa de mortalidade padronizada é a razão entre os óbitos observados no grupo de estudo e os óbitos esperados na população em geral. Quanto menor, melhor. A taxa consolidada da Hapvida permanece melhor do que a média de mercado.



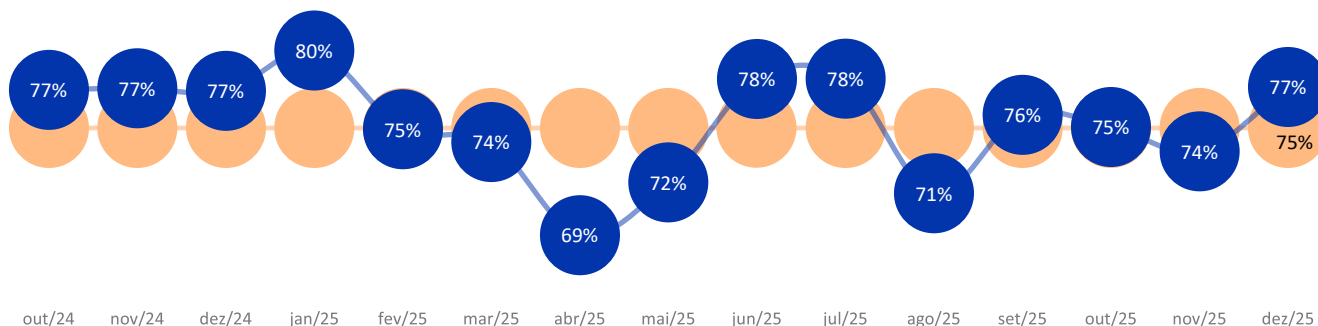
(1) AMIB – Associação de Medicina Intensiva Brasileira

Taxa de atendimentos em até 15 min. nas Emergências

● Meta

● Hapvida

O modelo de Rede Própria da Hapvida garante atendimento mais rápido e eficiente, sem abrir mão do acolhimento. A meta é que cada paciente seja atendido em no máximo 15 minutos em nossas unidades de urgência e emergência.

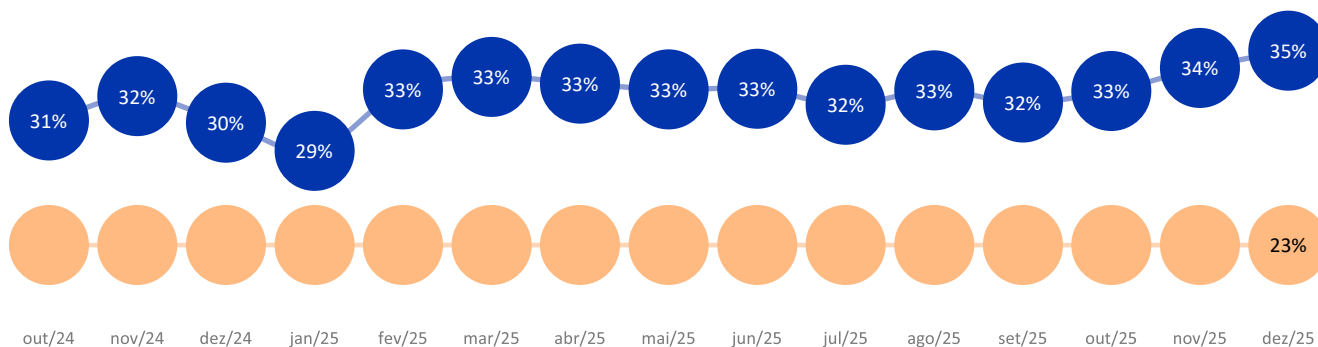


Parto Natural

● ANAHP²

● Hapvida

Taxa de partos naturais pelo total de partos realizados. Quanto maior, melhor. A taxa consolidada da Hapvida permanece bastante superior à média de mercado.



(2) ANAHP – Associação Nacional de Hospitais Privados



Relatório de Resultados 4T25



Desempenho Financeiro



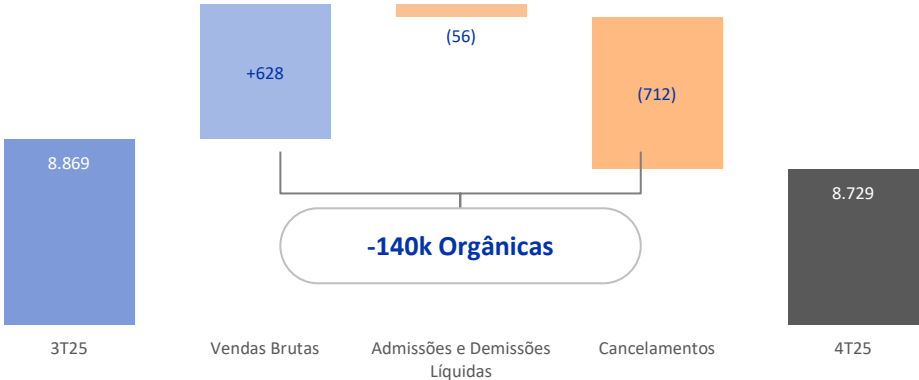
Receita Líquida

A Receita Líquida aumentou 5,9% comparada com 4T24, **impulsionada principalmente pelos reajustes dos contratos de planos de saúde.**

R\$ milhões	4T25	3T25	Var. % 4T25/3T25	4T24	Var. % 4T25/4T24	2025	2024	Var. % 2025/2024
Planos de Saúde	7.776,6	7.584,3	2,5%	7.369,5	5,5%	30.286,4	28.405,8	6,6%
Planos Odontológicos	230,4	233,4	-1,3%	232,3	-0,8%	904,5	880,9	2,7%
Serviços Médico-hospitais	224,0	226,9	-1,3%	220,9	1,4%	890,2	929,6	-4,2%
Receita Bruta	8.231,0	8.044,6	2,3%	7.822,6	5,2%	32.081,2	30.216,3	6,2%
Deduções	(316,2)	(269,7)	17,2%	(350,2)	-9,7%	(1.218,0)	(1.264,3)	-3,7%
RECEITA LÍQUIDA	7.914,9	7.774,9	1,8%	7.472,4	5,9%	30.863,3	28.952,1	6,6%

Planos de Saúde

Composição dos Beneficiários
Milhares; EoP



Região 4T25	Corporativo	PME	Adesão	Individual	Total	2025
Norte	0,6	(0,3)	0,2	(1,7)	(1,2)	25,7
Nordeste	8,8	(0,1)	(0,9)	(7,9)	(0,0)	45,9
Centro-Oeste	8,9	(0,5)	(1,5)	0,4	7,3	26,9
Sul	(8,7)	(4,4)	(0,5)	(0,9)	(14,5)	(21,8)
Sudeste	(75,4)	(33,6)	(13,7)	(8,9)	(131,5)	(216,5)
RJ	1,9	(1,1)	(1,9)	0,3	(0,8)	(29,5)
SP	(72,0)	(28,4)	(10,6)	(10,2)	(121,1)	(160,4)
RM - São Paulo	(46,0)	(21,8)	(7,4)	(7,9)	(83,1)	(132,9)
Interior	(26,0)	(6,6)	(3,2)	(2,3)	(38,0)	(76,8)
MG	(5,3)	(4,1)	(1,2)	1,1	(9,6)	(25,2)
RM - Belo Horizonte	(3,2)	(2,5)	(1,2)	1,1	(5,7)	(1,6)
Interior	(2,1)	(1,7)	(0,1)	(0,0)	(3,9)	(23,6)
Total	(65,8)	(38,8)	(16,4)	(18,9)	(139,9)	(139,8)

Em São Paulo, Rio de Janeiro e nos estados da região Sul, observamos **redução líquida de beneficiários** em um cenário de maior competitividade.

As regiões Norte e Nordeste ficaram estáveis no trimestre, apesar das perdas de vidas em extensões de contratos da vertical NDI. As regiões apresentaram leve retração nas vendas brutas e pequeno aumento de cancelamentos.

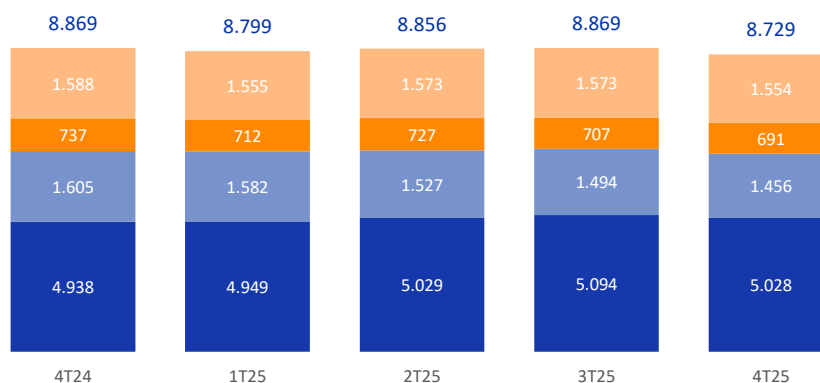
Ao final do 4T25, a Companhia contava com 342,2 mil beneficiários em produtos PPO, representando **redução líquida de 28,3 mil** em relação ao 3T25.



Evolução dos Beneficiários

Milhares; EoP

- Individual
- Adesão
- PME
- Corporativo



Ticket Médio

- (1) Preço Líquido: reflete os reajustes contratuais, com impacto de maior verticalização, coparticipação e unificação das regras de repasse entre planos médico e odontológico após integração de sistemas
- (2) Mix de vendas e cancelamentos

As principais variações no ticket médio foram:

+6,9% de Preço Líquido¹, com reajustes médios mais moderados em relação a 2024 — redução de 1 a 2 p.p. no consolidado, variando conforme carteira, praça e a estratégia de retenção; e

-0,4% de Mix², tendo em vista a venda de produtos mais verticalizados e mais acessíveis, bem como uma precificação mais competitiva perante o ambiente concorrencial em determinadas praças e canais de distribuição.

Composição do Ticket Médio

R\$/mês

▲ 6,6%

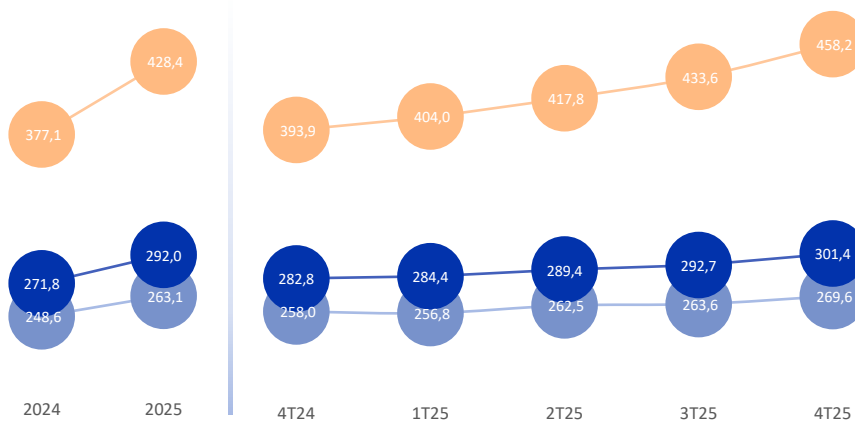
Aumento do ticket médio versus 4T24



Evolução do Ticket Médio Bruto

R\$/mês

- Individual
- Consolidado
- Corporativo



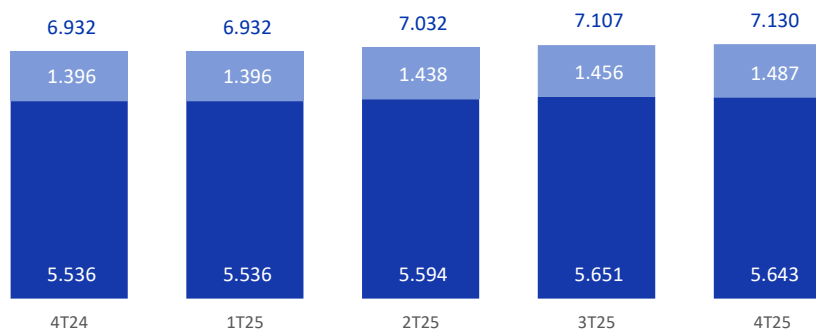


Planos Odontológicos

A receita de Planos Odontológicos totalizou R\$230,4 milhões no 4T25, um decréscimo de 0,8% em relação ao 4T24, resultado da **redução de 8,8% do ticket médio mensal corporativo**, que não foi suficiente para compensar o acréscimo de 197,5 mil beneficiários e o reajuste dos planos individuais.

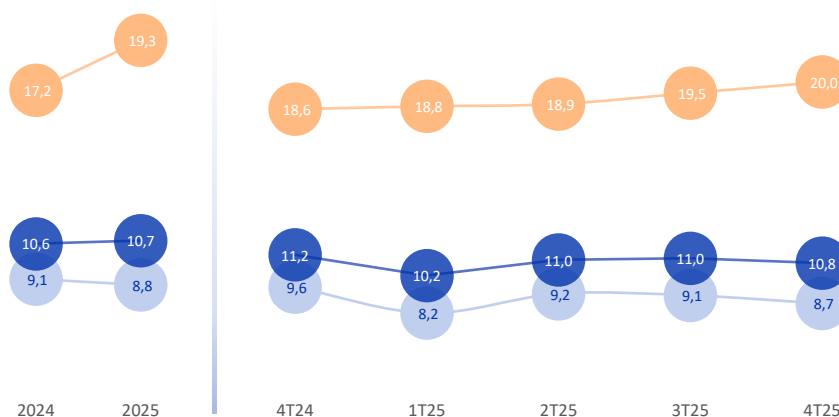
Evolução dos Beneficiários Milhares; EoP

■ Individual
■ Corporativo



Evolução do Ticket médio bruto R\$/mês

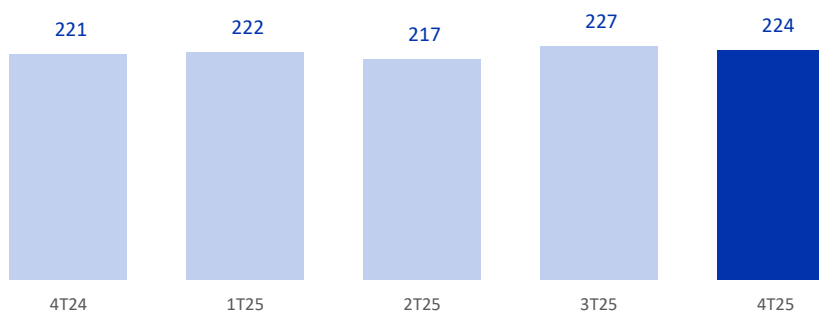
● Individual
● Consolidado
● Corporativo



Serviços médico-hospitalares

No 4T25, a receita de Serviços Médico-hospitalares ficou praticamente estável com relação ao 3T25 (redução de 1,3%).

Receita Bruta R\$ milhões





Custos Assistenciais e Sinistralidade Caixa

R\$ milhões	4T25	3T25	Var. % 4T25/3T25	4T24	Var. % 4T25/4T24	2025	2024	Var. % 2025/2024
Peona	2,7	14,0	- 81,1%	(23,0)	n/a	42,1	(38,3)	n/a
Provisões SUS	111,1	119,7	- 7,2%	(475,8)	n/a	398,3 ¹	(307,4)	n/a
Depreciação e Amortização	141,9	143,7	- 1,3%	139,5	1,7%	555,8	507,0	9,6%
Contas Médicas Caixa	5.972,4	5.850,2	2,1%	5.303,0	12,6%	22.882,3	20.969,2	9,1%
<i>Sinistralidade Caixa (Cash MLR)</i>	<i>75,5%</i>	<i>75,2%</i>	<i>0,2p.p.</i>	<i>71,0%</i>	<i>4,5p.p.</i>	<i>74,1%</i>	<i>72,4%</i>	<i>1,7p.p.</i>
CUSTOS ASSISTENCIAIS	6.228,1	6.127,7	1,6%	4.943,7	26,0%	23.878,6	21.130,5	13,0%

(1) Provisão SUS 2T25: R\$95,7 milhões de despesa recorrente, sendo R\$297,8 milhões (ITR) descontado por R\$202,1 milhões de cobranças retroativas e provisão adicional.

O custo total dos serviços prestados é composto pelas Contas Médicas Caixa, Depreciação e Amortização (D&A), Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona) e Provisão para Ressarcimento ao SUS.

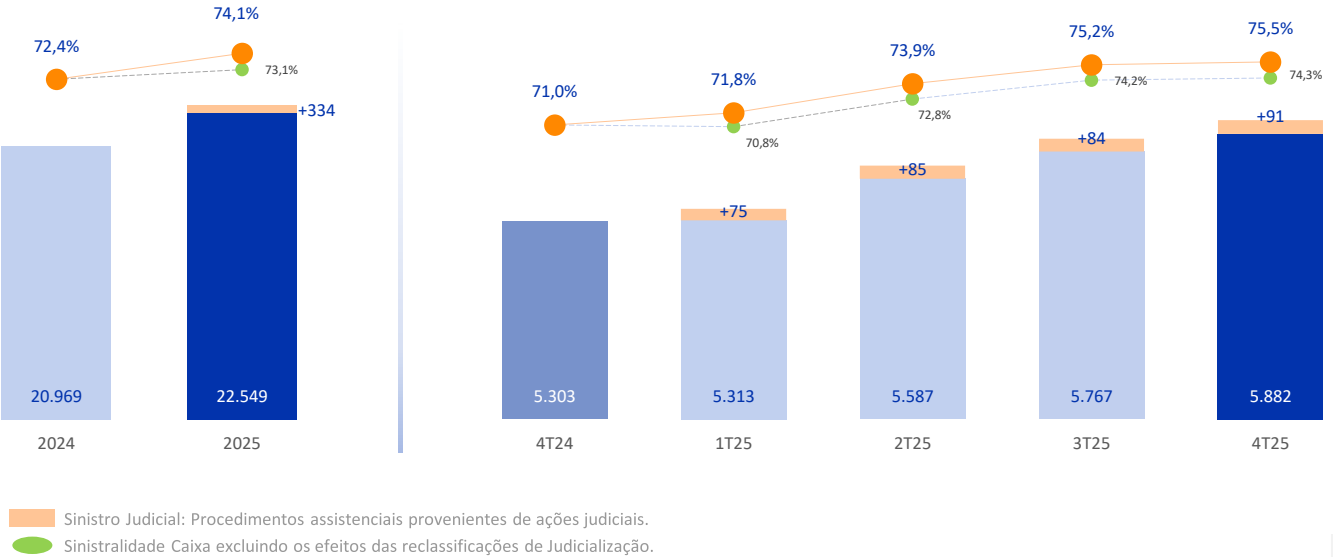
A Sinistralidade Caixa é o principal custo de serviços prestados, refletindo o custo assistencial efetivo e sendo impactada por controle de custos, utilização, verticalização e sazonalidade. Desde janeiro'25, sinistros judiciais, que antes eram contabilizados como contingências administrativas, passaram a ser registrados como custo assistencial.





Sinistralidade Caixa

R\$ milhões; % ROL



A sinistralidade caixa do 4T25 avançou 0,2 p.p. em relação ao 3T25, pior que a sazonalidade típica do período, refletindo maiores custos versus 2024 e o 3T25.

Principais vetores do aumento de custos:

- **Custo da Rede Credenciada do 3T25:** devido ao deslocamento natural entre a utilização e apresentação da conta médica da rede credenciada, em média de 60 dias, observamos no 4T25 a recepção de cobranças referentes as altas utilizações ocorridas no 3T25.
- **Ramp-up da Rede Própria:** ao longo de 2025, a partir de janeiro, passamos a operar 7 novos hospitais e 26 unidades ambulatoriais, o que elevou significativamente o volume de atendimentos, incluindo consultas, exames, terapias, internações e procedimentos cirúrgicos. A incorporação desses equipamentos adicionou R\$19,9 milhões (0,3% ROL) em despesas fixas no 4T25, totalizando R\$102,1 milhões versus R\$82,2 milhões no 3T25. Reflexo de um movimento deliberado para fortalecer a capacidade assistencial, acelerar a jornada do paciente, ampliar a resolutividade e assegurar que o beneficiário permaneça no centro da experiência de cuidado.
- **Início tardio da redução de utilização sazonal,** que normalmente apresenta redução gradual da utilização entre outubro e novembro, atingindo o patamar mais baixo ao final de dezembro. No entanto, observamos que os altos níveis de utilização ocorridos no 3T25 também adentraram o 4T25, postergando o início da queda sazonal

para a segunda quinzena de novembro, muito embora dezembro apresentasse reduções percentuais similares ao histórico para o mês. Dessa forma a redução da utilização do 4T25 ficou aquém do esperado, gerando pressão adicional à sinistralidade.

Principais motivos de aumento de utilização no 4T25 vindos do 3T25:

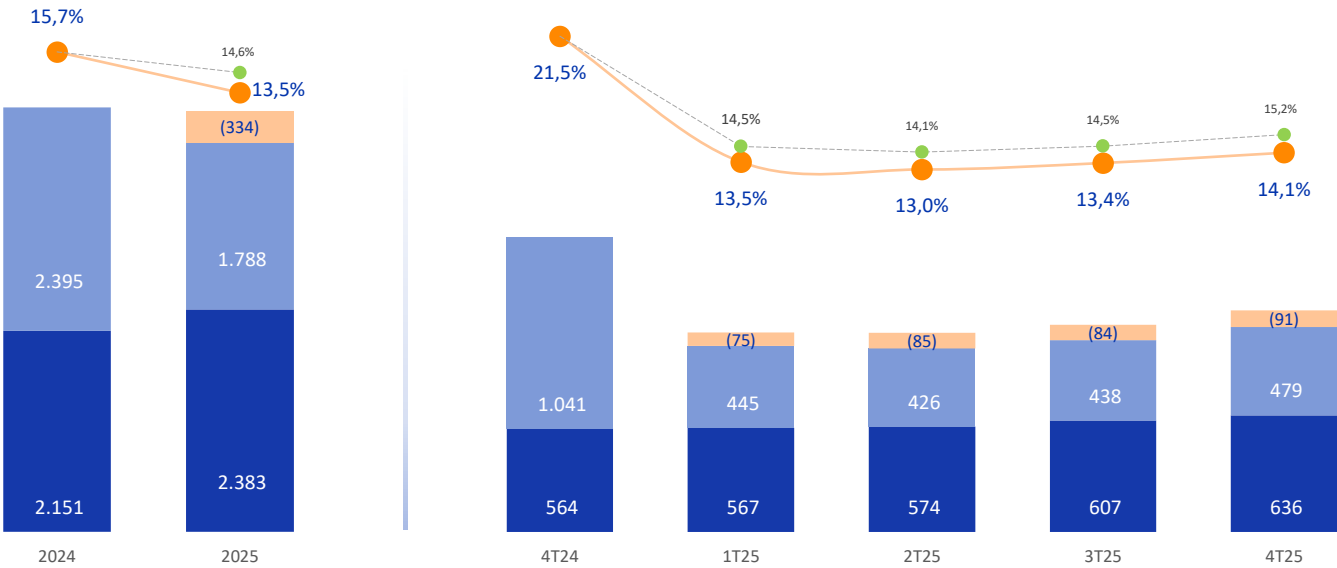
- **Expansão e oferta de serviços:** ampliação proativa das agendas médicas e da rede assistencial, com redução de reclamações, melhora dos índices de satisfação e fortalecimento da gestão da judicialização por meio de acordos e internalização de procedimentos.
- **Clima:** inverno mais longo e seco no Sul e Sudeste do país em 2025, elevando e prolongando a incidência de síndromes respiratórias, com reflexos em consultas, exames e internações.



Despesas Administrativas Caixa & Vendas

R\$ milhões; %ROL

Administrativas
Vendas



Procedimentos assistenciais provenientes de ações judiciais, reclassificados para custo
Índice como %ROL, excluindo os efeitos das reclassificações de Judicialização e Custo x Despesa

Despesas Administrativas

R\$ milhões	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	Var. R\$ 4T25/3T25	One-offs 2T25	One-offs 3T25	One-offs 4T25
Pessoal	166,9	152,4	130,1	101,7	134,2	32,5	24,7	39,3	
Serviços de Terceiros	135,1	103,2	120,7	127,7	141,8	14,1			
Localização e Funcionamento	68,8	49,8	48,2	50,6	34,7	(15,9)			
Contingências e Tributos	635,0	164,5	187,9	233,6	246,5	12,9		24,9	89,0
Outras (receitas)/despesas	35,6	(24,6)	(61,3)	(76,0)	(78,0)	(2,0)	47,8	59,9	68,8
DESPESAS ADMINISTRATIVAS CAIXA	1.041,4	445,3	425,6	437,6	479,4	41,8	72,5	124,0	157,8
% ROL	13,9%	5,9%	5,5%	5,6%	6,1%	0,4pp	0,9%	1,6%	2,0%

Os efeitos dos eventos pontuais incluídos no resultado apresentado devem ser adicionados aos números reportados para uma leitura ajustada, sem considerar esses itens extraordinários.



As principais variações desfavoráveis do 4T25 vs. 3T25 foram:

- R\$32,5 milhões de **Pessoal**, impulsionada principalmente pelo efeito de R\$39,7 milhões decorrentes de reversões de provisões para remuneração variável (R\$30,7 milhões) e excedente para acordos coletivos (R\$8,6 milhões), eventos ocorridos no 3T25 e que não se repetiram no 4T25;
- R\$14,1 milhões de **Serviços de Terceiros**, majoritariamente por maiores gastos com consultorias envolvidas em projetos com foco em ganhos de eficiência e revisão de processos;
- R\$12,9 milhões em **Contingências e Tributos**, impactada majoritariamente por:
 - R\$66,8 milhões de Contingências Cíveis, sendo (i) R\$64,5 milhões Provisões Cíveis devido a recepção e atualização de prognósticos desfavoráveis de acordo com os avanços processuais, incluindo multas e danos morais de processos de períodos anteriores e (ii) R\$2,3 milhões em Despesamentos;
 - R\$24,4 milhões de aumento em Multas ANS, de acordo com a recepção e provisão das cobranças enviadas pelo regulador; e
 - Parcialmente compensados pelo efeito favorável de R\$64,1 milhões, que representa, de forma líquida, (i) o estorno de R\$24,9 milhões de provisão de multas ANS após a finalização do acordo da HAM ocorrida no 3T25, sem recorrência no 4T25 e (ii) R\$89,0 milhões em contingências tributárias, decorrente da reversão de um processo de INSS no 4T25.

As principais variações favoráveis do 4T25 vs. 3T25 foram:

- R\$15,9 milhões em **Localização e Funcionamento**, refletindo principalmente os efeitos da revisão da premissa de distribuição de telecom adotada no trimestre, com impacto de R\$8,0 milhões na composição entre custo e despesa, além de R\$ 4,5 milhões em aluguéis contabilizados conforme IFRS 16;
- R\$2,0 milhões em **outras Receitas/Despesas**, influenciadas por:
 - Eventos pontuais no 3T25, que não se repetiram: receita de R\$48,3 milhões referente à revisão da parcela retida junto aos vendedores do CCG e R\$11,6 milhões em multas contratuais aplicadas a corretores; e
 - Eventos pontuais no 4T25: R\$58,8 milhões refletindo principalmente o acordo com o vendedor da NotreDame Intermédica (operação ocorrida em 2014) e constituição de ativo judicial transitado em julgado.

Composição das Despesas com Contingências e Tributos R\$ milhões

R\$ milhões	1T25	2T25	3T25	4T25	Var. R\$ 4T25/3T25
Cível	177,0	164,4	188,4	255,2	66,8
Multas ANS	46,2	103,4	111,5	135,9	24,4
Trabalhistas	19,7	25,1	26,1	23,0	(3,1)
Tributária e outras	(3,6)	(20,1)	16,1	12,1	(4,0)
Subtotal	239,2	272,6	342,0	426,2	84,1
% ROL	3,2%	3,6%	4,4%	5,4%	1,0 pp
Sinistro Judicial	(74,7)	(84,8)	(83,5)	(90,6)	(7,1)
One-offs	0,0	0,0	(24,9)	(89,0)	(64,1)
CONTINGÊNCIAS E TRIBUTOS	164,5	187,9	233,6	246,5	12,9
% ROL	2,2%	2,4%	3,0%	3,1%	0,1 pp



Despesas de Vendas

No 4T25, as Despesas de Vendas totalizaram R\$635,5 milhões, apresentando **aumento de 0,2p.p.** quando comparadas com o 3T25.

As principais variações desfavoráveis do 4T25 vs. 3T25 foram:

- **R\$9,9 milhões em Comissões**, principalmente decorrentes da amortização da despesa comercial diferida, reflexo do aumento da venda bruta de novos contratos;
- **R\$7,5 milhões em Publicidade e Propaganda**, reflexo das concentrações de campanhas no 4T25;
- **R\$6,0 milhões em Outras despesas**, impactado, principalmente, pelo aumento de despesas com consultoria comercial.

R\$ milhões	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	Var. R\$ 4T25/3T25	One-offs 2T25
Comissões	324,6	313,7	295,6	335,6	345,5	9,9	18,0
Provisão para perdas sobre créditos	111,9	142,2	129,5	138,8	138,8	0,0	
Publicidade & Propaganda	31,4	14,1	42,4	14,2	21,7	7,5	
Pessoal	61,0	74,7	67,8	66,5	71,7	5,2	
Outras despesas	35,4	22,2	38,4	51,8	57,8	6,0	
DESPESAS DE VENDAS	564,3	566,9	573,8	606,9	635,5	28,6	18,0
% ROL	7,6%	7,6%	7,5%	7,8%	8,0%	0,2pp	0,2%

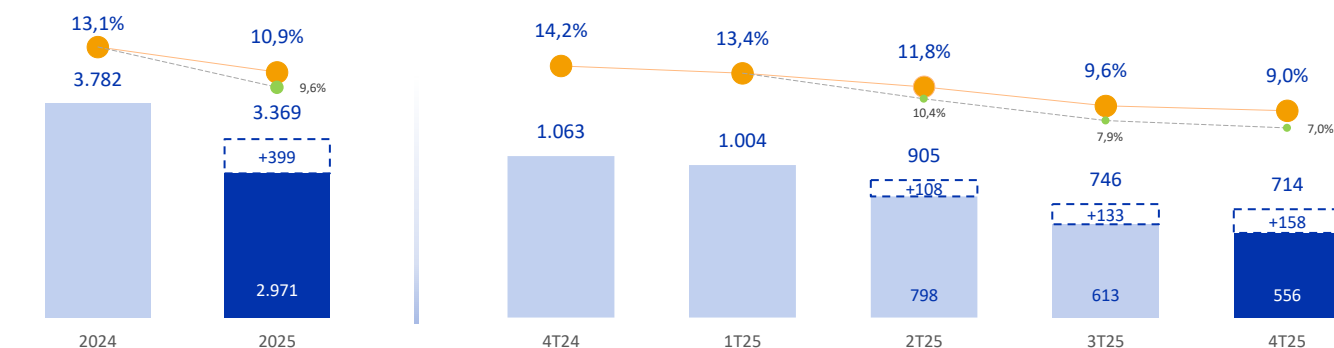
Os efeitos dos *eventos pontuais* incluídos no resultado apresentado devem ser adicionados aos números reportados para uma leitura ajustada, sem considerar esses itens extraordinários.





Ebitda Ajustado

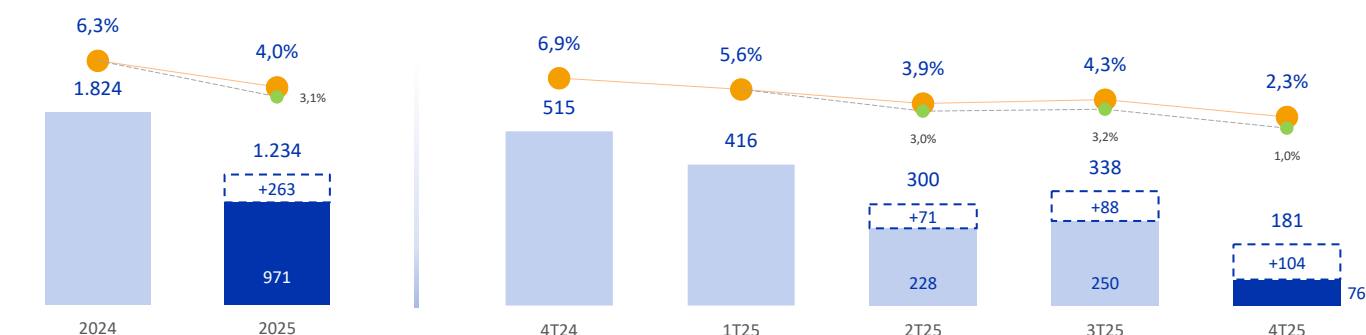
R\$ milhões; %ROL



Eventos pontuais e não recorrentes
 Margem %ROL excluindo eventos pontuais
 Margem %ROL do Ebitda Ajustado reportado

Lucro Líquido Ajustado

R\$ milhões; %ROL



R\$ milhões	4T25	3T25	Var. % 4T25/3T25	4T24	Var. % 4T25/4T24	2025	2024	Var. % 2025/2024
Lucro (prejuízo) líquido	(29,1)	(57,0)	-49,0%	167,8	n/a	(237,6)	270,3	n/a
(+) Incentivo de Longo Prazo (ILP) e SOP	(13,0)	6,8	n/a	(2,4)	444,4%	22,9	102,7	-77,8%
(+) Amortização do intangível	222,7	328,0	-32,1%	349,4	-36,3%	1.238,4	1.451,1	-14,7%
(+) ReSUS ¹ e M&A ²	0,0	59,9	-100,0%	0,0	n/a	210,5	0,0	n/a
Lucro Líquido Ajustado	180,6	337,7	-46,5%	514,7	-64,9%	1.234,2	1.824,1	-32,3%
(+) Imposto de renda e Contribuição social	(19,6)	(153,2)	-87,2%	296,6	n/a	(114,2)	409,1	n/a
(+) Resultado financeiro	337,2	354,5	-4,9%	29,0	1062,2%	1.420,4	778,3	82,5%
(+) Depreciação e Amortização	215,6	207,5	3,9%	222,2	-3,0%	829,1	770,9	7,5%
EBITDA AJUSTADO	713,8	746,4	-4,4%	1.062,6	-32,8%	3.369,4	3.782,4	-10,9%
%ROL	9,0%	9,6%	-0,6pp	14,2%	-5,2pp	10,9%	13,1%	-2,1pp

(1) ReSUS 2T25: R\$202,1 milhões de cobranças retroativas e provisão adicional, e R\$26,1 milhões em juros e multas;

ReSUS 3T25: R\$55,7 milhões em juros e multas. Descontada a alíquota de 34% de imposto de renda em ambos os períodos.

(2) M&A 3T25: R\$35,1 milhões de baixa de investimento relativo à venda do hospital Maringá (operação descontinuada).



Resultado Financeiro

R\$ milhões	4T25	3T25	Var. % 4T25/3T25	4T24	Var. % 4T25/4T24	2025	2024	Var. % 2025/2024
Rendimento de aplicações	284,3	328,2	- 13,4 %	192,9	47,4 %	1.191,4	782,7	52,2 %
Recebimento em at raso	32,6	32,7	- 0,3 %	28,3	15,1 %	129,1	114,6	12,6 %
Out ras receipt as financeiras	2,4	10,3	- 77,1 %	11,8	- 80,0 %	23,2	28,9	- 19,8 %
Receitas financeiras	319,3	371,2	- 14,0 %	233,0	37,0 %	1.343,6	926,2	45,1 %
Juros sobre debênt ures e emprést imos ¹	(545,3)	(521,6)	4,5 %	(377,9)	44,3 %	(1.961,2)	(1.363,8)	43,8 %
Juros de direit o de uso	(86,6)	(94,9)	- 8,7 %	(93,1)	- 7,0 %	(363,4)	(336,6)	8,0 %
At ualizações monet árias - SUS ²	(14,4)	(72,6)	- 80,2 %	333,6	n/a	(155,9)	296,8	n/a
At ualizações monet árias out ras ²	11,2	(1,0)	n/a	(48,1)	n/a	(129,2)	(153,3)	- 15,7 %
Despesas bancárias	(9,6)	(8,1)	19,2 %	(8,3)	15,8 %	(34,7)	(33,0)	5,2 %
Encargos sobre JCP recebidos	0,0	(16,3)	- 100,0 %	(21,8)	- 100,0 %	(67,5)	(21,8)	210,0 %
Out ras despesas financeiras	(11,8)	(11,2)	6,1 %	(46,5)	- 74,5 %	(52,1)	(93,1)	- 44,1 %
Despesas financeiras	(656,5)	(725,7)	- 9,5 %	(262,1)	150,5 %	(2.764,0)	(1.704,6)	62,2 %
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(337,2)	(354,5)	- 4,9 %	(29,0)	1062,2 %	(1.420,4)	(778,3)	82,5 %

(1) Juros sobre debêntures e empréstimos, incluindo: (i) despesas financeiras com Juros de debêntures; Juros sobre empréstimos e financiamentos; Instrumentos derivativos - Dívida/Equity e Variação cambial; e (ii) receitas financeiras com Variação cambial e Instrumentos financeiros derivativos - Dívida/Equity. (2) Despesa de atualização monetária apresentada líquida da Receita de atualização monetária. (3) Caixa Aplicado Médio: média simples dos saldos de setembro'25 e dezembro'25 das contas Aplicações financeiras (de curto prazo e longo prazo).

As Receitas Financeiras do 4T25 reduziram 14,0% vs. 3T25, devido principalmente ao **consumo do caixa aplicado médio**³ e menos dias úteis no 4T25 versus 3T25. O desempenho do caixa aplicado médio³ foi de 97,5% do CDI no trimestre.

As Despesas Financeiras do 4T25 reduziram R\$69,2 milhões frente o 3T25, explicada pelas variações favoráveis:

- **R\$58,3 milhões de Atualizações monetárias – SUS**, explicado por multa e atualizações monetárias oriundas das cobranças retroativas da NDI Saúde, que no 3T25 totalizaram R\$55,7 milhões de despesas pontuais, sem recorrência no 4T25. Adicionalmente os depósitos judiciais foram atualizados pontualmente em R\$20,0 milhões;
- **R\$16,3 milhões de encargos de JCP**, que ocorreram no 3T25 e não se repetiram no 4T25; e
- **R\$12,2 milhões de outras atualizações monetárias**, refletindo uma atualização pontual de R\$24,0 milhões sobre os depósitos judiciais.

A principal variação desfavorável do 4T25 vs. 3T25 foi:

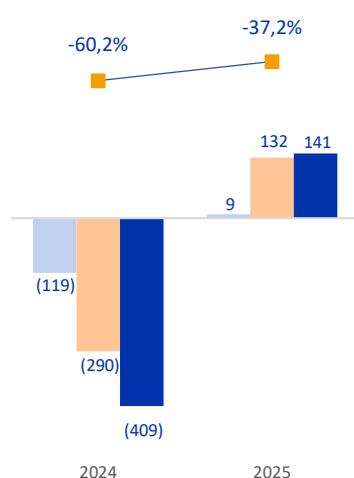
- **R\$23,7 milhões de Juros sobre debêntures e empréstimos**, principalmente pelo efeito decorrente do pagamento de prêmio e da baixa das custas diferidas no âmbito da operação de liquidação antecipada de debêntures que foram parcialmente compensadas por menos dias úteis no 4T25 versus 3T25, e a redução do custo médio ponderado da dívida.



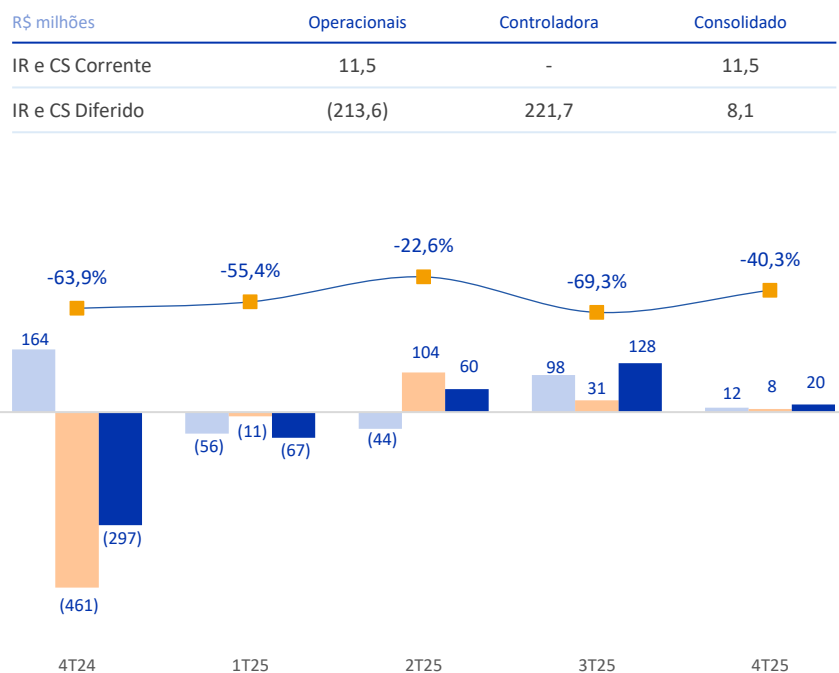
Imposto de Renda e Contribuição Social

R\$ milhões; %LAIR

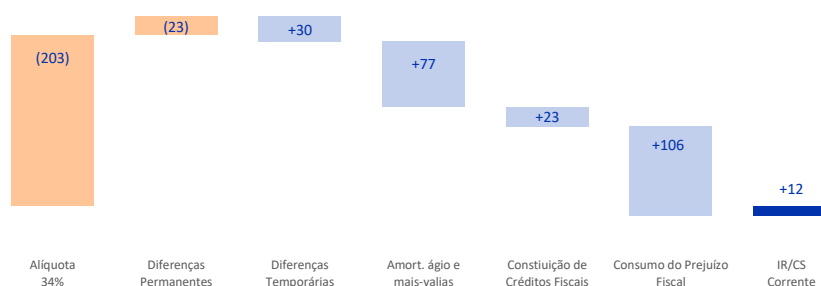
■ Corrente
■ Diferido
■ Final
■ %LAIR



O Imposto de Renda e Contribuição Social Consolidado (IR/CS) representam a soma das apurações individuais das entidades do grupo, as quais podem apresentar lucro ou prejuízo em determinados períodos, além dos efeitos de eliminações e da consolidação entre controladora e controlada. Isso implica que, no consolidado, pode haver uma alíquota efetiva negativa, mas, quando analisadas individualmente, algumas empresas podem apresentar alíquotas positivas de IR corrente, por exemplo.



IR e CSLL
Corrente
Operacionais
R\$ milhões



No 4T25, as entidades operacionais apresentaram uma receita de IR/CS Corrente de R\$11,5 milhões, revertendo as despesas dos trimestres anteriores

Destaques:

- (+)R\$30,0 milhões em **Diferenças Temporárias**, principalmente pelo consumo de créditos diferidos sobre PDD e Contingências que foram parcialmente compensados pelos créditos gerados sobre provisão de ReSUS e Multas ANS;
- (+)R\$77,5 milhões de **amortização fiscal** dos ágios e mais-valias oriundas de empresas adquiridas e já incorporadas;
- (+)R\$23,4 milhões de **Constituição de Créditos Fiscais**, relativos a crédito do Programa Alimentação do Trabalhador (PAT) de exercícios anteriores, ocorridos pontualmente no 4T25;
- (+)R\$106,2 milhões de **consumo de Prejuízo Fiscal**.

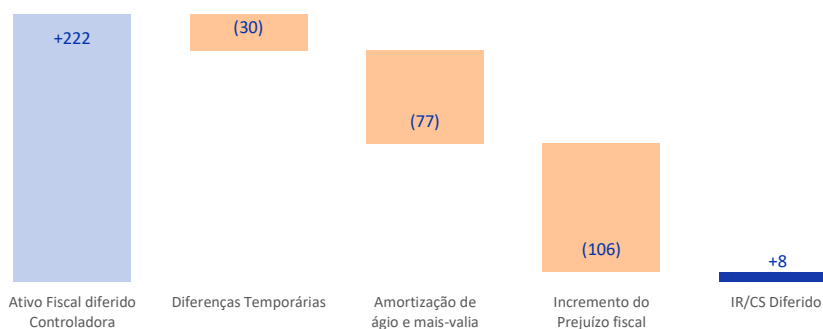


IR e CSLL Diferido

Consolidado

R\$ milhões

No 4T25, a Hapvida Participações e Investimentos S.A. (controladora) constituiu R\$221,7 milhões de Ativo Fiscal diferido, sobre o prejuízo fiscal e mais-valias referente a combinação de negócios com a NotreDame Intermédica. **Esses valores serão usados após a incorporação das entidades legais.**



Fluxo de Caixa

A Companhia apresentou **consumo de caixa de R\$1.626,9 milhões no 4T25**, passando de R\$9.811,6 milhões em setembro'25 para R\$8.184,7 milhões ao fim do trimestre. Composto pelos consumos de (i) **R\$232,9 milhões no Fluxo de Caixa Livre**, impactado pelo CapEx em tecnologia, novas unidades, obras e manutenções; (ii) **R\$259,8 milhões em Atividades de M&A**, devido principalmente pela antecipação da parcela referente ao CCG; e (iii) **R\$1.134,2 milhões das Atividades Financeiras**, oriundas do serviço da dívida do trimestre.

Fluxo de Caixa Livre

Consumo de R\$232,9 milhões, explicado por:

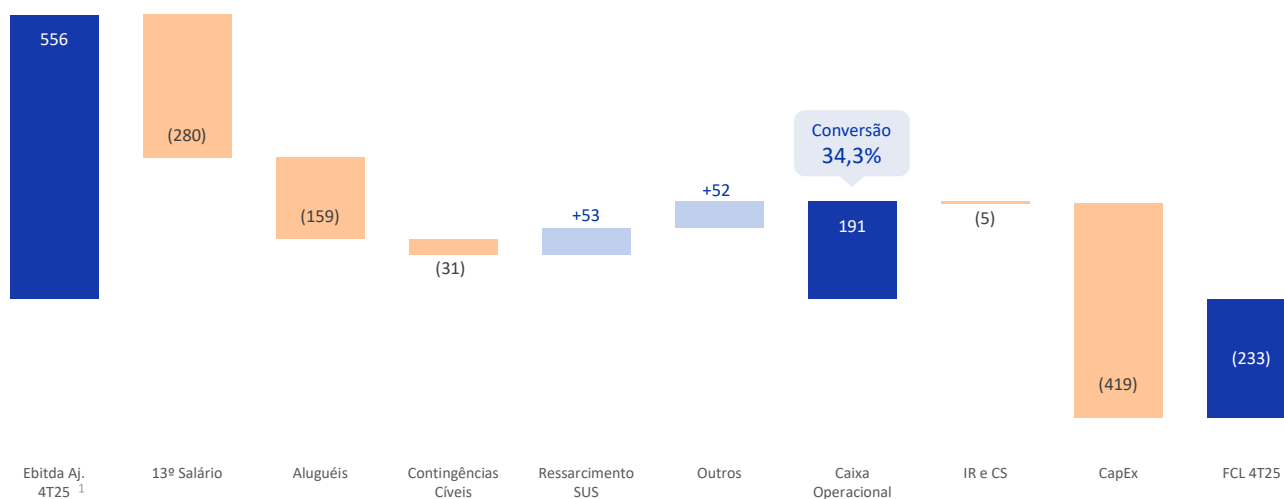
→ (-)R\$280,1 milhões de 13º Salários e encargos/impostos relacionados;

→ (-)R\$31,2 milhões de Contingências Cíveis, sendo:

→ (+)R\$255,2 milhões de Provisões e Despesamentos de Depósitos, que impactam o Ebitda Ajustado mas sem efeito caixa;

→ (-)R\$190,9 milhões em novos Depósitos Judiciais Cíveis Líquidos; e

→ (-)R\$95,5 milhões de pagamentos efetivos de ações judiciais.



(1) Ebitda Ajustado 4T25, excluindo os eventos pontuais de R\$157,8 milhões.



Fluxo de Caixa Livre continuação

→ (+)R\$52,7 milhões de Ressarcimento ao SUS, principalmente devido a:

→ (+)R\$111,1 milhões de efeito positivo não caixa das provisões e Peona SUS; e

→ (-)R\$65,2 milhões de pagamentos realizados.

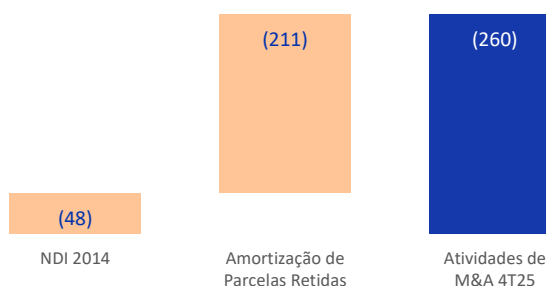
→ (-)R\$419,1 milhões de CapEx, dando continuidade aos investimentos, principalmente, em TI e infraestrutura. Neste trimestre adquirimos o imóvel do Rio de Janeiro-RJ destinado ao novo hospital, no valor de R\$68,5 milhões.

Atividades de M&A

Consumiram R\$259,8 milhões, explicadas principalmente pelos desembolsos de:

→ R\$48,3 milhões correspondentes às parcelas mensais do acordo com o vendedor da NotreDame Intermédica; e

→ R\$211,5 milhões de pagamentos das parcelas retidas de aquisições, majoritariamente do Centro Clínico Gaúcho (CCG).



Atividades Financeiras

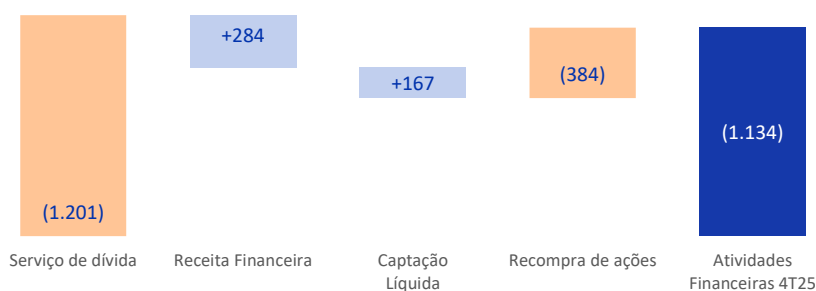
Consumiram R\$1.134,2 milhões, explicada por:

→ (-)R\$1.201,3 milhões de serviço de dívida pagos ao longo do 4T25;

→ (+)R\$284,3 milhões de receita financeira sobre o caixa aplicado;

→ (+)R\$166,9 milhões de Captação Líquida, onde (+)R\$3.696,7 milhões foram captados através de novas emissões e em ato contínuo houve a quitação antecipada de emissões mais caras que totalizaram (-) R\$3.530,0 milhões;

→ (-)R\$384,1 milhões oriundos do Programa de Recompra de ações pela tesouraria da Companhia.

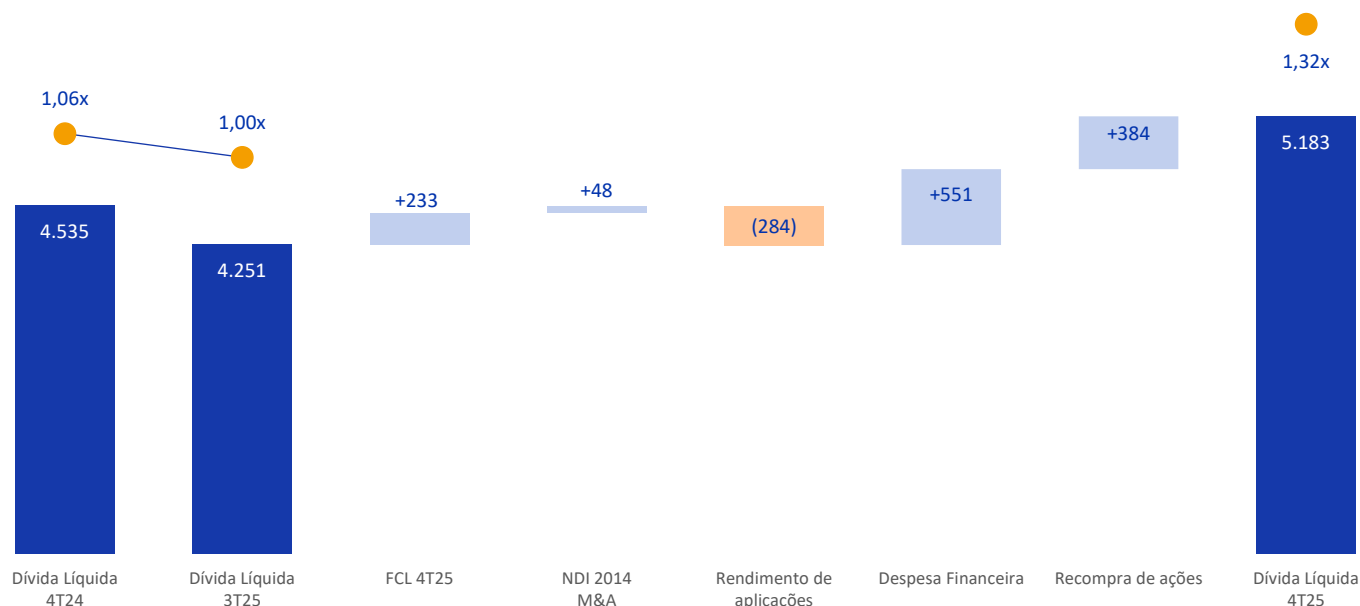




Dívida Líquida

R\$ milhões;
DL/Ebitda UDM

No 4T25, a Dívida Líquida da Companhia cresceu devido principalmente pela recompra de ações pela tesouraria da Companhia e ao consumo de caixa livre na operação. O índice de endividamento subiu para 1,32x Ebitda UDM, patamar considerado saudável pela Companhia.



**Memória de cálculo
de Dívida Líquida / Ebitda UDM**
de acordo com as escrituras
de emissão (*covenant* contratual):

R\$ milhões	4T25	3T25	Var. R\$	Var. %	4T24	Var. R\$	Var. %
(+) Debêntures e Empréstimos	12.868,2	13.364,2	(495,9)	-3,7%	12.754,7	113,5	0,9%
(+) Empresas Adquiridas	247,8	453,7	(205,9)	-45,4%	846,2	(598,5)	-70,7%
(+) Instrumentos Financeiros Der.	251,5	244,6	6,9	2,8%	188,7	62,8	33,3%
Dívida Bruta	13.367,4	14.062,5	(695,0)	-4,9%	13.789,6	(422,1)	-3,1%
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	(8.184,7)	(9.811,6)	1.626,9	-16,6%	(9.255,0)	1.070,3	-11,6%
Dívida Líquida	5.182,7	4.250,8	931,9	21,9%	4.534,6	648,2	14,3%
Ebitda UDM ¹	3.918,7	4.240,6	(321,9)	-7,6%	4.280,6	(361,8)	-8,5%
Dívida Líquida / Ebitda UDM	1,32x	1,00x	0,32x	31,9%	1,06x	0,26x	24,8%

(1) Ebitda UDM compreende o Ebitda Ajustado sem o efeito das provisões para perdas no valor recuperável do contas a receber

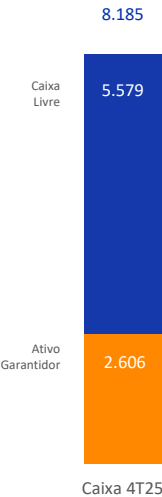


Endividamento

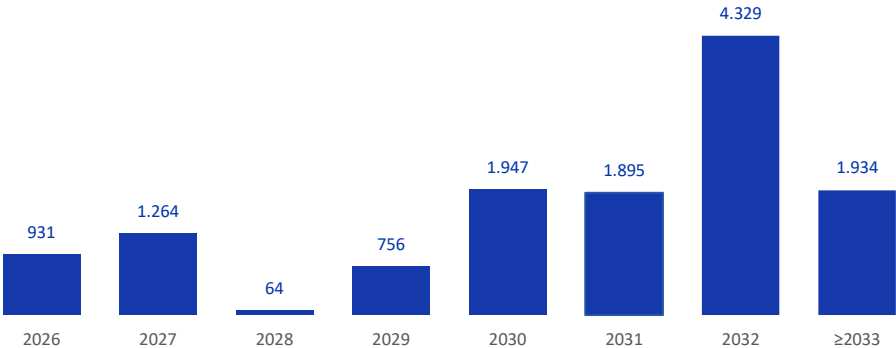
O custo ponderado da dívida passou de CDI+1,13% a.a. e *duration* de 3,9 anos no 3T25 para CDI+1,11% a.a. e *duration* de 4,0 anos.

O cronograma de amortização da dívida (Debêntures, Empréstimos e Instrumentos derivativos) baseado no saldo patrimonial no fim do 4T25 segue abaixo:

Posição de Caixa
R\$ milhões



Cronograma de Amortização da Dívida
R\$ milhões





Exigências regulatórias

Provisões Técnicas / Ativos

No 4T25, o caixa livre recuou R\$1.540,0 milhões, refletindo principalmente a recompra de ações, consumo de caixa operacional e o pagamento da parcela retida do CCG (conforme apresentado no capítulo de Fluxo de Caixa).

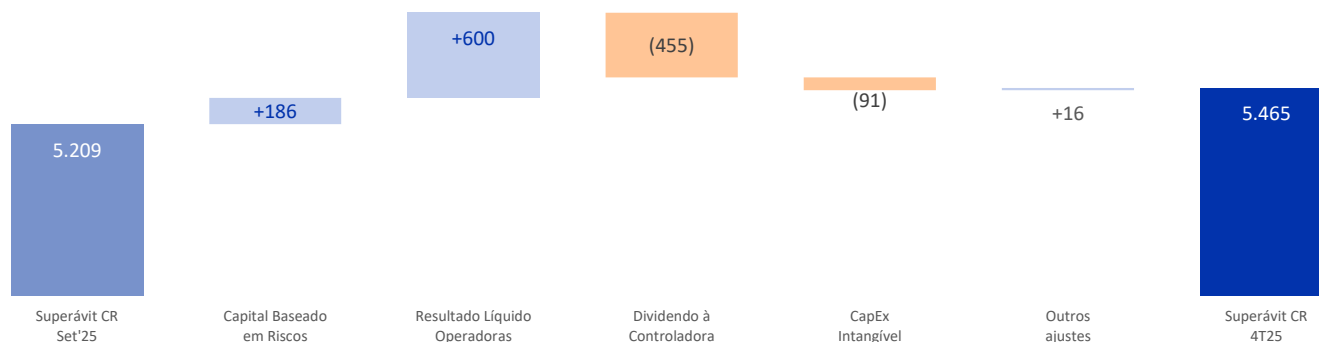
R\$ milhões	4T25	3T25	Var. R\$ 4T25/3T25	4T24	Var. R\$ 4T25/4T24
Provisões Técnicas Exigidas	(2.755,2)	(2.842,1)	86,9	(2.394,7)	(360,4)
(-) Provisões Líquidas SUS ¹	(707,5)	(677,8)	(29,7)	(500,3)	(207,2)
(-) PEONA	(994,1)	(991,4)	(2,7)	(952,0)	(42,1)
(-) Eventos a liquidar ²	(1.050,3)	(1.169,6)	119,3	(938,9)	(111,3)
(-) Provisão para remissão	(3,4)	(3,3)	(0,1)	(3,5)	0,1
Ativos	8.334,2	9.961,1	(1.626,9)	9.388,3	(1.054,1)
(+) Caixa e Aplicações financeiras	8.184,7	9.811,6	(1.626,9)	9.255,0	(1.070,3)
(+) Imóveis vinculados	149,5	149,5	0,0	133,3	16,2
CAIXA LIVRE	5.579,0	7.119,0	(1.540,0)	6.993,5	(1.414,5)

(1) Provisões ReSUS líquido de Depósito Judicial, % Adimplência ABIs e Dívida Ativa a mais de 5 anos, conforme regra ANS.

(2) Representa o somatório dos Eventos a Liquidar das operadoras individuais antes das consolidações e eliminações.

Capital Regulatório

Todas as operadoras do grupo apresentaram superávit³ de Capital Regulatório (CR), com um aumento de R\$256,0 milhões com relação à posição de setembro'25. Essa variação é fruto principalmente do Resultado Líquido das Operadoras e da redução da exigência do Capital Baseado em Risco (CBR), que mais que compensou os dividendos pagos à Controladora e o Capex.



(3) O superávit atual de CBR, que é a soma dos superávits individuais de cada operadora, não representa o total caso todas as operadoras tivessem sido consolidadas em uma única entidade legal.



Relatório de Resultados 4T25



Anexos



Eventos Pontuais

R\$ milhões	2T25	3T25	4T25	Comentários
Receita Líquida				
Deduções	17,3	0,0	0,0	
	17,3			Benefício da reclassificação Cust o x Despesa
Custo Total				
ReSUS	0,0	9,1	0,0	
		9,1		Estorno do excedente e após acordo ANS x HAM
Lucro bruto	17,3	9,1	0,0	
Despesas de vendas				
Despesas com comissões	18,0	0,0	0,0	
	18,0			Clawback de comissões
Despesas administrativas				
Pessoal	24,7	39,3	0,0	
	24,7	30,7		Baixa de provisão de remuneração variável
		8,6		Reversão ACT/CCT
Contingências e Tributos	0,0	24,9	89,0	
			89,0	Reversão passivo tributário
		24,9		Estorno do excedente e após acordo ANS x HAM
Outras despesas/receitas operacionais	47,8	59,9	68,8	
	47,8	48,3	48,8	Acordo M&A
			10,0	Constituição ativo judicial transitado e julgado
			10,0	Ajuste bonificação medicamentos
		11,6		Multas aplicadas contra corretores
Ebit da Ajustado	107,8	133,1	157,8	
Resultado Financeiro				
	(72,3)	(13,4)	44,0	
	(46,2)			Baixa de atualizações monetárias de liberações de depósitos judiciais
	(26,1)	(55,7)		Juros e atualizações monetárias oriundas das cobranças retroativas da NDI
		42,3		Estorno do excedente e após acordo ANS x HAM
			44,0	Atualização de depósitos judiciais



Política de Equidade – Art. 133, § 6º, Lei nº 6.404/76

Em atendimento ao disposto no art. 133, § 6º, da Lei nº 6.404/76, com redação conferida pela Lei nº 15.177/2025, a Companhia informa que possui uma Política de Diversidade, Equidade e Inclusão disponível em seu site de Relações com Investidores (<https://ri.hapvida.com.br/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas>).

I – A quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia; (Incluído pela Lei nº 15.177, de 2025), e

II – A quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia; (Incluído pela Lei nº 15.177, de 2025):

Categoria	2025					2024				
	Mulheres		Homens		Total	Mulheres		Homens		Total
	%	Qtde	%	Qtde		%	Qtde	%	Qtde	
Conselho da Administração	11,1%	1	88,9%	8	9	11,1%	1	88,9%	8	9
Diretoria	43,8%	81	56,2%	104	185	34,5%	90	65,5%	171	261
Gerência	63,6%	514	36,4%	294	808	60,6%	476	39,4%	310	786
Coordenação	73,9%	1.239	26,1%	437	1.676	73,9%	1.181	26,1%	417	1.598
Supervisão	74,6%	1.103	25,4%	376	1.479	73,3%	1.000	26,7%	365	1.365
Especialista/Analista	77,9%	13.256	22,1%	3.753	17.009	78,3%	12.180	21,7%	3.367	15.547
Auxiliar técnico/Operacional	74,6%	42.208	25,4%	14.352	56.560	74,2%	40.681	25,8%	14.150	54.831
Total	75,1%	58.402	24,9%	19.316	77.726	74,7%	55.609	25,3%	18.788	74.397

III – O demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia; (Incluído pela Lei nº 15.177, de 2025), e

IV – A evolução comparativa dos indicadores previstos nos incisos I, II e III deste parágrafo entre o exercício findo e o exercício imediatamente anterior. (Incluído pela Lei nº 15.177, de 2025):

Categoria	2025		2024	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
	%	%	%	%
Conselho	6,6%	93,4%	5,2%	94,8%
Diretoria	30,7%	69,3%	36,5%	63,5%
Gerência	56,7%	43,3%	55,0%	45,0%
Coordenação	71,3%	28,7%	70,0%	30,0%
Supervisão	71,8%	28,2%	72,2%	27,8%
Especialista/Analista	79,9%	20,1%	79,9%	20,1%
Auxiliar técnico/Operacional	65,1%	34,9%	64,2%	35,8%
Total	69,3%	30,7%	68,9%	31,1%

Relatório anual do Comitê de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance*

Aos Srs. Membros do Conselho de Administração da Hapvida Participações e Investimentos S.A (“Companhia”)

1. Apresentação

O presente Relatório Anual de Atividades tem como objetivo apresentar de forma consolidada as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance (COAUD) ao longo do exercício de 2025, em atendimento às boas práticas de governança corporativa, controles internos e conformidade regulatória.

2. Composição do Comitê

Durante o exercício, o Comitê de Auditoria foi composto pelos seguintes membros:

- José Luis de Oliveira Camargo Junior
- Maria Paula Soares Aranha
- Luiz Pereira Gomes Júnior
- Wagner Aparecido Mardegan
- Wanderbilt Cavalcante Maia

3. Reuniões realizadas

No período, o COAUD realizou 12 reuniões ordinárias, devidamente registradas em atas, com os seguintes focos principais:

- Acompanhamento dos trabalhos de auditoria
- Avaliação de controles internos e gestão de riscos
- Monitoramento de demonstrações financeiras e conformidade regulatória

4. Principais Atividades Desenvolvidas

Ao longo do exercício, o Comitê concentrou suas atividades, entre outros, nos seguintes temas:

4.1 Auditoria Interna

- Avaliação e acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna.
- Monitoramento das recomendações e planos de ação.

4.2 Auditoria Independente

- Interação com os Auditores Independentes.
- Análise do plano de auditoria externa e escopo dos trabalhos.
- Avaliação das demonstrações financeiras e parecer dos auditores.
- Acompanhamento das recomendações dos auditores independentes.

4.3 Gestão de Riscos e Controles Internos

- Acompanhamento do mapeamento de riscos corporativos.
- Avaliação dos controles internos relevantes.
- Discussões sobre riscos críticos e planos de mitigação.

4.4 Compliance e Controles Regulatórios

- Monitoramento do cumprimento de normas legais, regulatórias e internas.
- Acompanhamento de temas relacionados à ética, integridade e conformidade.

4.5. Transações com Partes Relacionadas (TPRs):

- Avaliação da conformidade de transações com partes relacionadas e seguida de recomendação de aprovação ou desaprovação por parte do Conselho de Administração.

4.6. Políticas internas

- Recomendações de aprovação ou desaprovação de políticas internas por parte do Conselho de Administração.

5. Avaliação Geral do Comitê

Com base nas informações analisadas e nos trabalhos realizados, o Comitê de Auditoria entende que, no exercício de 2025:

- As recomendações emitidas estão sendo adequadamente endereçadas.
- Não foram identificadas situações relevantes que comprometessem a integridade das informações financeiras.

6. Plano de Atividades para o Próximo Exercício

Para o próximo exercício, além das atividades desempenhadas e descritas neste relatório, o COAUD pretende priorizar o acompanhamento das alterações nos processos e políticas sob responsabilidade da recém-criada Vice-presidência de Riscos, a qual terá responsabilidade sobre as áreas de compliance, riscos, controles internos, ouvidoria e auditoria interna. O COAUD pretende apoiar a nova Vice-presidência de Riscos na implementação de novas políticas e revisão de processos internos com uma visão estratégica e de suporte para execução das alterações necessárias de modernização e adoção das melhores práticas.

7. Conclusão

O Comitê de Auditoria reafirma seu compromisso com as melhores práticas de governança, transparência e integridade, colocando-se à disposição do Conselho de Administração para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Fortaleza, 18 de março de 2026.

Comitê de Auditoria	
<i>Coordenador</i>	José Luis Camargo Junior
<i>Membro</i>	Luiz Pereira Gomes Júnior
<i>Membro</i>	Maria Paula Soares Aranha
<i>Membro</i>	Wagner Aparecido Mardegan
<i>Membro</i>	Wanderbilt Cavalcante Maia

Parecer do Comitê de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

O Comitê de Auditoria da Hapvida Participações e Investimentos S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, revisou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório do auditor independente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., e opinou, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, para os fins a que se destina.

Fortaleza, 18 de março de 2026.

Comitê de Auditoria	
<i>Coordenador</i>	José Luis Camargo Junior
<i>Membro</i>	Luiz Pereira Gomes Júnior
<i>Membro</i>	Maria Paula Soares Aranha
<i>Membro</i>	Wagner Aparecido Mardegan
<i>Membro</i>	Wanderbilt Cavalcante Maia

Declaração dos Diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80/22, os diretores responsáveis pela elaboração das respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025.

Fortaleza, 18 de março de 2026.

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima
Presidente

Luccas Augusto Adib
*Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores Estatutário
e Vice-Presidente de Tecnologia*

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do auditor independente

Em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80/22, os diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas, declaram que reviram, discutiram e concordam com a conclusão apresentada no Relatório do auditor independente da Companhia e suas controladas, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., acerca das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025.

Fortaleza, 18 de março de 2026.

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima
Presidente

Luccas Augusto Adib
*Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores Estatutário
e Vice-Presidente de Tecnologia*

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas da
Hapvida Participações e Investimentos S.A.
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hapvida Participações e Investimentos S.A. e de suas controladas (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Hapvida Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

1 - Mensuração dos contratos de seguros estimados de acordo com o modelo geral de mensuração (BBA) e abordagem de alocação de prêmios (PAA)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 8c e nº 18 às demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia possui ativos e passivos de contratos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração (BBA) e a Abordagem de Alocação de Prêmios (PAA), de acordo com a norma contábil IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguro, nos montantes de R\$91.771 mil e R\$1.943.203 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025.

Os contratos de seguros são mensurados com base nos fluxos de caixa esperados no cumprimento contratual, que compreendem uma estimativa dos fluxos caixa esperados, com base em premissas que incluem, entre outros, expectativa de recebimento de prêmios, expectativa de sinistralidade futura, expectativa de cancelamento, inflação médica, além das taxas de desconto, do ajuste de risco pelo risco não financeiro e do critério de reconhecimento da margem contratual de seguro. A estimativa dos fluxos de caixa de cumprimento contratual requer a aplicação de modelos específicos, no caso da Companhia, o Modelo Geral de Mensuração (BBA) e a Abordagem de Alocação de Prêmios (PAA), bem como o uso de premissas determinadas com base em metodologias atuariais, anteriormente mencionadas.

A mensuração dos contratos de seguros foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância dos ativos e passivos de contratos de seguros, à utilização de modelos complexos e ao fato de envolver julgamento e determinação de premissas relevantes por parte da Administração na apuração dos ativos e passivos de contratos de seguros, bem como às deficiências de controles internos relativas aos processos de mensuração dos contratos de seguros.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento das políticas contábeis materiais e o critério de mensuração dos contratos de seguros, com envolvimento de nossos especialistas, com o objetivo de avaliar a aderência aos requerimentos da norma contábil; (b) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o processo de mensuração dos contratos de seguros; (c) conciliação das principais bases de dados utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, provenientes dos sistemas operacionais com os registros contábeis; (d) a conferência das informações, em base amostral, contidas nas referidas bases de dados; (e) a revisão e desafio dos modelos utilizados pela Administração para a mensuração dos contratos de seguros, seja pelo Modelo Geral de Mensuração (BBA) ou pela Abordagem de Alocação de Prêmios (PAA), e das principais premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa esperados, em base amostral, com envolvimento de membros seniores da nossa equipe e dos nossos especialistas; (f) o recálculo dos fluxos de caixa descontados a valor presente e dos ajustes de risco pelo risco não financeiro; e (g) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para mensurar os contratos de seguros são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2 - Análise quanto à redução ao valor recuperável “impairment” dos ágios decorrentes de combinações de negócio

Em 31 de dezembro de 2025, conforme nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui saldos significativos decorrentes de ágios gerados em combinações de negócios, os quais estão sujeitos à avaliação anual de redução ao valor recuperável “impairment”.

A Administração da Companhia realiza, no mínimo anualmente, teste para avaliar a necessidade de redução ao valor recuperável do ágio. Esse teste envolve estimativas e julgamentos significativos. A determinação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas subjetivas, tais como: (i) estimativa de fluxos de caixa futuros; (ii) estimativa dos custos e despesas necessários à operação; e (iii) definição da taxa de desconto apropriada a esses fluxos de caixa futuros.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos e despesas associados à operação; e (iii) há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação das metodologias e premissas relevantes com a finalidade de identificação da unidade geradora de caixa; (ii) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas à elaboração e revisão da análise do valor recuperável da UGC; (iii) a avaliação da habilidade da Administração em realizar projeções acuradas de fluxos de caixa futuros, por meio do confronto entre projeções de períodos anteriores e os fluxos de caixa atuais observados; (iv) o envolvimento de nossos especialistas em valorização para nos auxiliar na avaliação da razoabilidade do modelo de avaliação, na metodologia e na taxa de desconto utilizada, bem como na acurácia matemática; (v) a avaliação da razoabilidade das premissas de negócio relevantes utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas, dos custos e despesas projetados, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e dos segmentos em que a Companhia atua; e (vi) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que têm efeito mais significativo na determinação do valor recuperável de sua UGC.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável de seus ágios, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 19 de março de 2025, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional de contabilidade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditora das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes e relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, bem como comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Hapvida Participações e Investimentos S.A.
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	34.(iii).d	34.855	37.195	875.444	596.753	Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	775.123	900.670	847.169	950.843
Aplicações financeiras	10	1.080	6.212	6.987.978	8.177.622	Fornecedores		712	613	360.302	337.280
Contas a receber de clientes	11	-	-	346.159	498.868	Passivo de contratos de seguros	18	-	-	1.943.203	1.333.879
Ativos de contratos de seguro	18	-	-	91.771	63.073	Débitos de operações de assistência à saúde		-	-	54.815	97.218
Estoques		-	-	362.798	366.428	Obrigações sociais	21	13.100	43.352	782.470	832.818
Tributos a recuperar	12	219.570	219.386	1.281.658	1.002.411	Tributos e contribuições a recolher	22	3.156	23.469	515.178	538.182
Outros ativos	14	12.918	13.031	592.843	364.680	Imposto de renda e contribuição social	33.a	-	-	31.067	30.300
						Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	13 e 25.c	593	593	598	605
Total do ativo circulante		268.423	275.824	10.538.651	11.069.835	Arrendamentos a pagar	20	-	15	566.814	522.707
Aplicações financeiras	10	88	78	321.284	480.629	Instrumentos financeiros derivativos	34	-	-	234.606	201.229
Ativo fiscal diferido	33.b	2.029.080	1.570.803	4.248.572	3.752.096	Outros débitos com partes relacionadas	13	268.249	242.720	3.962	3.997
Depósitos judiciais	23	12.504	8.026	1.727.656	1.211.903	Outras contas a pagar	24	18.875	20.392	209.702	400.680
Instrumentos financeiros derivativos	34	-	-	-	12.579			1.079.808	1.231.824	5.549.886	5.249.738
Outros créditos com partes relacionadas	13	1.288	1.359	1.987	3.246	Total do passivo circulante					
Outros ativos	14	6.889	13.118	163.125	96.027	Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	12.748.543	11.620.110	12.021.051	11.803.848
						Fornecedores		-	-	3.060	3.057
Total do realizável a longo prazo		2.049.849	1.593.384	6.462.624	5.556.480	Tributos e contribuições a recolher	22	-	-	91.727	124.004
Investimentos	15	59.771.409	59.672.528	5.953	5.796	Arrendamentos a pagar	20	-	152	2.019.080	3.242.285
Imobilizado	16	2.894	3.587	6.481.686	7.388.792	Passivo fiscal diferido	33.b	-	-	2.086.511	1.720.992
Intangível	17	55	71	48.800.910	49.478.743	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	23	5.303	2.707	1.714.850	1.418.568
						Instrumentos financeiros derivativos	34	-	-	16.855	-
Total do ativo não circulante		61.824.207	61.269.570	61.751.173	62.429.811	Outras contas a pagar	24	10.425	15.400	536.534	1.260.231
						Total do passivo não circulante		12.764.271	11.638.369	18.489.668	19.572.985
						Patrimônio líquido	25				
						Capital social		38.866.333	38.866.199	38.866.333	38.866.199
						Ações em tesouraria		(961.425)	(623.188)	(961.425)	(623.188)
						Reserva de capital		9.848.354	9.875.024	9.848.354	9.875.024
						Reserva legal		201.486	201.486	201.486	201.486
						Reserva de lucros		398.209	539.963	398.209	539.963
						Outros resultados abrangentes		(104.406)	(184.283)	(104.406)	(184.283)
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		48.248.551	48.675.201	48.248.551	48.675.201
						Participação de não controladores		-	-	1.719	1.722
						Total do patrimônio líquido		48.248.551	48.675.201	48.250.270	48.676.923
						Total do passivo e patrimônio líquido		62.092.630	61.545.394	72.289.824	73.499.646
Total do ativo		62.092.630	61.545.394	72.289.824	73.499.646						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.**Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto o Lucro/Prejuízo por ação)**

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de seguros	27	-	-	30.881.852	28.187.162
Despesa de seguros	27	-	-	(27.052.277)	(24.291.672)
Receita líquida de serviços prestados	28	-	-	695.388	727.536
Custos dos serviços prestados	29	-	-	(801.424)	(1.322.273)
Lucro bruto		-	-	3.723.539	3.300.753
Despesas de vendas	30	(303)	(247)	(574.506)	(332.262)
Despesas administrativas	31	(395.128)	(455.633)	(1.914.529)	(2.263.655)
Resultado de equivalência patrimonial	15	1.471.082	442.699	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		6.745	5.932	222.122	36.155
Subtotal		1.082.396	(7.249)	(2.266.913)	(2.559.762)
Lucro/(Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		1.082.396	(7.249)	1.456.626	740.991
Receitas financeiras	32	44.106	28.075	1.729.740	1.146.696
Despesas financeiras	32	(1.726.526)	(1.100.267)	(3.420.209)	(2.354.964)
Receitas (Despesas) financeiras, líquidas		(1.682.420)	(1.072.192)	(1.690.469)	(1.208.268)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro /(prejuízo)		(600.024)	(1.079.441)	(233.843)	(467.277)
Imposto de renda e contribuição social correntes	33.a	-	-	8.678	(119.255)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.b	458.277	430.140	82.994	(68.809)
Prejuízo das operações continuadas do exercício		(141.747)	(649.301)	(142.171)	(655.341)
Lucro das operações descontinuadas do exercício	38	-	-	2	5.965
Prejuízo do exercício		(141.747)	(649.301)	(142.169)	(649.376)
Atribuível aos:					
Acionistas não controladores		-	-	(422)	(75)
Acionistas controladores		(141.747)	(649.301)	(141.747)	(649.301)
Prejuízo por ação - básico e diluído	25.(e) e 2.4	(0,28)	(1,27)	(0,28)	(1,27)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.*Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 2024**(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	<u>(141.747)</u>	<u>(649.301)</u>	<u>(142.169)</u>	<u>(649.376)</u>
Outros resultados abrangentes a ser reclassificado para o resultado do exercício em exercício subsequente				
Ganho/(Perda) líquida sobre hedge de fluxo de caixa	<u>79.877</u>	<u>(168.481)</u>	<u>79.877</u>	<u>(168.481)</u>
Resultado abrangente total	<u>(61.870)</u>	<u>(817.782)</u>	<u>(62.292)</u>	<u>(817.857)</u>
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(422)	(75)
Acionistas controladores	(61.870)	(817.782)	(61.870)	(817.782)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Atribuível aos acionistas controladores										
	Notas	Reservas de lucros						Total	Participações de acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
		Capital	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		38.866.199	(451.967)	9.892.386	201.486	1.189.286	(15.802)	-	49.681.588	49.682.957
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(649.301)	(75)	(649.376)
Aumento/(Redução) de capital		-	-	-	-	-	-	-	428	428
Recompra de ações		-	(219.475)	-	-	-	-	(219.475)	-	(219.475)
Transações com pagamento baseado em ações		-	48.254	(19.459)	-	-	-	28.795	-	28.795
Ganho/(Perda) líquida sobre hedge de fluxo de caixa	34.(iv)	-	-	-	-	-	(168.481)	(168.481)	-	(168.481)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	2.097	-	-	-	2.097	-	2.097
Outros movimentos patrimoniais		-	-	-	-	(22)	-	(22)	-	(22)
Destinações:										
Retenções de lucros/prejuízos		-	-	-	-	(649.301)	-	649.301	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		38.866.199	(623.188)	9.875.024	201.486	539.963	(184.283)	-	48.675.201	48.676.923
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(141.747)	(422)	(142.169)
Aumento/(Redução) de capital		-	-	-	-	-	-	-	419	419
Gastos com emissão de ações	134	-	-	-	-	-	-	134	-	134
Recompra de ações		-	(385.449)	(923)	-	-	-	(386.372)	-	(386.372)
Transações com pagamento baseado em ações		-	47.212	(24.077)	-	-	-	23.135	-	23.135
Ganho (Perda) líquida sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	79.877	79.877	-	79.877
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	(1.670)	-	(7)	-	(1.677)	-	(1.677)
Destinações:										
Retenções de lucros/prejuízos		-	-	-	-	(141.747)	-	141.747	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		38.866.333	(961.425)	9.848.354	201.486	398.209	(104.406)	-	48.248.551	48.250.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(141.747)	(649.301)	(142.169)	(649.376)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	16 e 17	266.639	269.068	1.286.468
Amortização de direito de uso	16	1	6	275.761
Resultado de equivalência patrimonial	15	(1.471.082)	(442.699)	-
Provisão para perdas e perdas efetivas sobre créditos	11	-	-	31.129
Provisão/(Reversão) de glosa esperada	11	-	-	32.169
(Ganho)/Perda na baixa de ativo imobilizado	16	1	-	24.695
(Ganho)/Perda na baixa do intangível	17	-	-	50.117
(Ganho)/Perda na baixa de investimento	-	-	-	26.210
Provisão para perda de adiantamento a fornecedores	-	-	-	16.101
Apropriação prêmio de retenção	5.185	-	-	11.431
Remensurações de direito de uso/arrendamentos a pagar	16 e 20	-	-	(6.548)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	23	3.551	1.141	578.260
Ajuste a valor de mercado de aplicações financeiras	-	-	-	197
Rendimentos de aplicações financeiras	32	(12.227)	(6.619)	(1.191.355)
Perda (Ganho) com instrumentos financeiros derivativos	32	-	-	112.235
Juros e atualizações monetárias de arrendamento	20	4	17	363.408
Juros, encargos financeiros e apropriação dos custos de empréstimos, financiamentos e debên	19	1.654.553	1.075.838	1.907.772
Atualizações monetárias de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	23	383	200	178.496
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	23	(282)	-	(77.146)
Atualização monetária de obrigações contratuais	24	-	-	65.195
Efeito líquido de ativos indenizatórios	-	-	-	(25.849)
Variação cambial	32	-	27	(31.482)
Transações de pagamento baseado em ações	26	22.850	102.722	22.850
Imposto de renda e contribuição social	33	-	-	(8.678)
Tributos diferidos	33	(458.277)	(430.140)	(82.989)
		(130.448)	(79.740)	3.416.081
				3.243.843
(Aumento) diminuição das contas do ativo:				
Contas a receber de clientes	-	-	89.411	(35.470)
Estoques	-	-	3.630	(47.823)
Tributos a recuperar	(184)	6.936	258.239	25.461
Depósitos judiciais	23	(4.196)	(548.420)	878.681
Ativos de contratos de seguro	-	-	(28.698)	90.620
Outros ativos	1.157	(4.450)	(297.906)	26.436
Aumento (diminuição) das contas do passivo:				
Débitos de operações de assistência à saúde	-	-	(42.403)	97.218
Obrigações sociais	(4.601)	(229)	221.529	133.142
Fornecedores	99	(1.655)	136.305	25.324
Tributos e contribuições a recolher	(8.781)	3.324	(790.074)	(117.346)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	23	(1.338)	(459.371)	(599.572)
Passivo de contratos de seguros	-	-	718.997	(341.416)
(Pagamentos) Recebimentos de partes relacionadas	25.600	-	1.224	-
Outras contas a pagar	(6.523)	(12.495)	(455.694)	(407.879)
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais				
		(129.215)	(89.695)	2.222.850
				2.971.219
Imposto de renda e contribuição social pagos	33	-	-	(124.680)
				(250.608)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais continuadas				
		(129.215)	(89.695)	2.098.170
				2.720.611
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais descontinuadas				
		-	-	(9.604)
				5.621
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais				
		(129.215)	(89.695)	2.088.566
				2.726.232
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
(Pagamentos) Recebimentos de partes relacionadas	-	18.788	-	233
Aquisição de imobilizado	16	-	(742.886)	(513.477)
Aquisição de intangíveis	17	-	(297.515)	(292.837)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(100)	(3.000.200)	-	-
Dividendos recebidos	15	1.184.434	235.706	-
Aplicações financeiras	10	(14.500)	(51.440)	(13.230.846)
Resgates de aplicações financeiras	10	20.317	278.881	15.743.070
				18.316.853
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento continuadas				
		1.190.151	(2.518.265)	1.471.823
				(2.196.196)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento descontinuadas				
		-	-	(16.249)
				(29.167)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento				
		1.190.151	(2.518.265)	1.455.574
				(2.225.363)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Emissão de debêntures	19	5.150.000	3.000.000	5.150.000
Captação de empréstimos e financiamentos	19	975.000	1.720.000	60.132
Gasto com emissão de ações	134	-	-	134
Recompra de ações próprias	(386.372)	(220.813)	(386.372)	(220.813)
Pagamento de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(5.214.222)	(1.534.964)	(5.214.222)
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(1.542.710)	(1.134.101)	(1.738.837)
Custos de transação relacionados à captações	19	(19.735)	(16.407)	(19.735)
Aquisição de controladas - Pagamentos	24	-	-	(477.937)
Pagamento de arrendamento	20	(5)	(15)	(565.375)
Pagamento de plano de remuneração baseado em ações - <i>Stock grant</i>	(25.366)	(26.536)	(25.366)	(26.536)
(Pagamento) / Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	-	-	(23.332)	(7.821)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento continuadas				
		(1.063.276)	1.787.164	(3.240.910)
				(1.328.046)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento descontinuadas				
		-	-	657
				8.666
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento				
		(1.063.276)	1.787.164	(3.240.253)
				(1.319.380)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa de operações continuadas				
		(2.340)	(820.796)	329.083
				(803.631)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa de operações descontinuadas				
		-	-	(25.196)
				(14.880)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa				
		(2.340)	(820.796)	303.887
				(818.511)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				
		37.195	857.991	596.753
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício				
		34.855	37.195	875.444
Variação de Caixa e equivalentes de caixa de operações descontinuadas				
		-	-	(25.196)
				(14.880)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa				
		(2.340)	(820.796)	303.887
				(818.511)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.
Demonstrações do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas (1)	7.199	6.600	32.023.916	29.882.929
Receitas com operações de seguros emitidos	-	-	30.881.852	28.187.162
Outras receitas	7.199	6.600	1.173.193	1.708.102
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	-	-	(31.129)	(12.335)
Despesas (2)	-	-	(27.052.277)	(24.291.672)
Despesas com operações de seguros emitidos	-	-	(27.052.277)	(24.291.672)
Insumos adquiridos de terceiros (3)	(29.575)	(22.946)	(1.672.499)	(1.448.302)
Materiais, energia e outros	(2.750)	(3.659)	(742.152)	(246.559)
Serviços de terceiros, comissões líquidas	(26.825)	(19.287)	(930.347)	(1.201.743)
Valor adicionado bruto (1) - (2) - (3) = (4)	(22.376)	(16.346)	3.299.140	4.142.955
Depreciação e amortização (5)	(266.638)	(269.073)	(869.711)	(753.113)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (4) - (5) = (6)	(289.014)	(285.419)	2.429.429	3.389.842
Valor adicionado recebido em transferência (7)	1.513.719	469.363	1.728.030	1.145.191
Resultado da equivalência patrimonial	1.471.082	442.699	-	-
Receitas financeiras	44.106	28.075	1.729.740	1.146.696
Outras	(1.469)	(1.411)	(1.710)	(1.505)
Valor adicionado das operações continuadas a distribuir (5) + (7) = (8)	1.224.705	183.944	4.157.459	4.535.033
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir (9)	-	-	2	5.965
Valor adicionado total a distribuir (8) + (9)	1.224.705	183.944	4.157.461	4.540.998
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	89.507	157.687	647.891	586.138
Remuneração direta	89.479	157.393	365.785	384.135
Benefícios	28	302	234.832	167.611
F.G.T.S.	-	(8)	47.274	34.392
Impostos, taxas e contribuições	(380.716)	(401.925)	503.443	1.444.619
Federais	(380.839)	(402.012)	158.923	1.312.265
Estaduais	123	87	2.503	3.763
Municipais	-	-	342.017	128.591
Remuneração de capitais de terceiros	1.657.661	1.077.483	3.148.296	3.159.617
Juros	1.657.188	1.076.802	2.807.925	2.236.511
Aluguéis	2	128	171.665	135.885
Outras	471	553	168.706	787.221
Remuneração de capitais próprios	(141.747)	(649.301)	(142.169)	(649.376)
Prejuízos retidos	(141.747)	(649.301)	(141.747)	(649.301)
Participação de não controladores nos (prejuízos)/lucros retidos	-	-	(422)	(75)
Valor adicionado distribuído	1.224.705	183.944	4.157.461	4.540.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Hapvida Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”) é uma *holding*, constituída na forma de sociedade por ações, domiciliada no Brasil e com sede na Av. Heráclito Graça, nº 406, na cidade de Fortaleza/CE. As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (“Companhia e suas controladas”) ou (“Grupo”). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes: (i) venda de planos de saúde com cobertura de custos de assistência médica, sendo a maior parte dos atendimentos realizada nas redes clínica, ambulatorial e hospitalar própria; e (ii) venda de planos odontológicos com o serviço prestado através de rede credenciada.

A Hapvida Participações e Investimentos S.A. obteve o registro de empresa de capital aberto em 20 de abril de 2018 e iniciou as negociações de suas ações no segmento especial Novo Mercado na [B]³ - Brasil, Bolsa, Balcão, no dia 25 de abril de 2018, sob o código HAPV3.

A composição acionária da Companhia é apresentada conforme disposto a seguir:

Sócio	Quantidade de Ações (*)	(%) Participação
PPAR Pinheiro Participações S.A.	194.589.606	40,99%
Ações em circulação	280.136.251	59,01%
(-) Ações em tesouraria	27.905.027	-
Total	502.630.884	100,00%

(*) Em 30 de abril de 2025, foram aprovados em Assembleia geral ordinária e extraordinária (AGOE) os procedimentos para implementação do grupamento das ações ordinárias da Companhia à razão de 15:1.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas apresentaram Capital Circulante Líquido (CCL) positivo no montante de R\$ 4.988.765 (positivo em R\$ 5.820.097 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia (controladora) apresentou Capital Circulante Líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 811.385 (negativo em R\$ 956.000 em 31 de dezembro de 2024), em decorrência principalmente de suas obrigações advindas de debêntures no curto prazo. O Grupo possui mecanismos de gestão centralizada de caixa, de tal forma que, caso haja necessidade de caixa em determinada empresa do Grupo, as subsidiárias realizaram o remanejamento de caixa, como já praticado em exercícios anteriores. No caso da Companhia, suas controladas (principalmente operadoras), procedem à distribuição de lucros.

A Administração avaliou a capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando normalmente nos próximos doze meses e, com base em sua análise, entende dispor dos recursos necessários para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A divulgação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2026.

2 Outros assuntos

2.1 Riscos atrelados às mudanças climáticas

Estudo de riscos e oportunidades climáticas

A Companhia e suas controladas promoveram um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas.

Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico.

A Companhia e suas controladas trabalham constantemente para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas, a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo.

Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Companhia e suas controladas incluem cobertura para eventos extremos.

O aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes de queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Companhia e suas controladas.

Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação.

Até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados pela Administração impactos relevantes decorrentes de riscos atrelados a mudanças climáticas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas, no que tange a: i) *impairment* de ativos não financeiros; ii) instrumentos financeiros; iii) Provisões e passivos contingentes; iv) mensurações de valor justo; v) impostos diferidos; vi) julgamentos e estimativas relevantes; ou de quaisquer outros impactos.

2.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências: uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Em relação à regulamentação infraconstitucional, a Lei Complementar nº 214, oriunda do PLP 68/2024, foi sancionada em 16 de janeiro de 2025. Esta lei institui a CBS, o IBS e o IS, definindo fatos geradores, bases de cálculo e alíquotas, além de formalizar a criação do Comitê Gestor do IBS.

Recentemente, o segundo pilar da regulamentação (PLP nº 108/2024), que dispõe sobre a gestão e administração do IBS e o funcionamento do Comitê Gestor, foi aprovado pelo Congresso Nacional ao final de 2025 e sancionado em 13 de janeiro de 2026, convertido na Lei Complementar nº 227/2026.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos, a partir do início do período de transição, serão mensurados conforme a implementação gradativa das alíquotas e regulamentações acessórias. Consequentemente, não há efeitos de mensuração decorrentes da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

2.3 Esclarecimento sobre o ofício nº 13/2024/CVM/SEP/GEA-2

Conforme divulgado no Fato Relevante de 19 de janeiro de 2024, a Companhia, por sua controlada NotreDame Intermédica, esclarece que responde a inquérito civil, movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, instaurado para apuração de questões relacionadas a coberturas assistenciais e ao cumprimento de decisões judiciais. A NotreDame prestou os esclarecimentos pertinentes e, no dia 16 de setembro de 2024, participou de audiência preliminar, ocasião em que foram apresentados novos elementos de contextualização do tema. O procedimento está seguindo sua tramitação usual, tendo a Promotoria, posteriormente à proposta de realização de Termo de Ajustamento de Conduta, requerido informações atualizadas sobre as melhorias operacionais noticiadas nos autos do inquérito. A NotreDame prestou as informações e aguarda a manifestação da Promotoria. Caso as informações das melhorias não sejam suficientes para o encerramento do procedimento, a NotreDame segue compreendendo que a proposta de um Termo de Ajustamento de Conduta pode gerar um desfecho razoável, tendo em vista a possibilidade de negociação de condições que considerem o contexto do tema da judicialização que acomete o setor. Dessa forma, caso outra solução setorial ou específica do inquérito em curso não seja encaminhada junto à Promotoria, a NotreDame avaliará e discutirá os termos e condições concretas do ajustamento a ser proposto no inquérito civil, informando oportunamente os desdobramentos do procedimento.

2.4 Reapresentação das demonstrações financeiras – Cifras comparativas

Em 30 de abril de 2025, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) da Companhia aprovou a implementação do grupamento das ações ordinárias na proporção de 15:1. Em decorrência dessa decisão, os valores do lucro por ação apresentados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram recalculados de forma retroativa, de modo a refletir adequadamente os efeitos do grupamento e assegurar a comparabilidade entre os exercícios.

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

Hapvida Participações e Investimentos S.A.**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025**

a) Demonstrações do resultado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Controladora		
	31 de dezembro de 2024		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Demonstração do resultado			
Lucro líquido do exercício	(649.301)	-	(649.301)
Lucro por ação - básico e diluído	(0,08)	(1,19) (a)	(1,27)

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2024		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Demonstração do resultado			
Lucro líquido do exercício	(649.376)	-	(649.376)
Lucro por ação - básico e diluído	(0,08)	(1,19) (a)	(1,27)

- (a) O lucro por ação referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi recalculado para refletir retroativamente os efeitos do grupamento de ações aprovado, na proporção de 15:1, de forma a assegurar a comparabilidade entre os exercícios e refletir adequadamente a movimentação ocorrida.

2.5 Reestruturação societária - Cisão de controlada

A Companhia e suas controladas, por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão via reestruturação societária, com o objetivo de racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional, realizou os seguintes eventos de reestruturação ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Empresa	Tipo de Evento societário	Data do Evento societário	Acervo líquido	Descrição
Hospital e Maternidade Maringá S.A.	Cisão parcial	01/04/2025	R\$ 796.563	Em 1º de abril de 2025, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Cisão da controlada indireta Hospital e Maternidade Maringá S.A., com a consequente cisão da participação detida na CCG Participações S.A. para a Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil objeto da cisão foi elaborado por empresa especializada e independente, com data-base 31 de dezembro de 2024. A cisão ocorreu em 1º de abril de 2025, com data-base 31 de março de 2025.
Hospital do Coração de Londrina Ltda.	Incorporação	01/12/2025	R\$ 31.691	Em 02 de outubro de 2025, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação da controlada indireta Hospital do Coração de Londrina Ltda. pela controlada indireta Clinipam – Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda, com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2025. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi emitido por empresa independente.
Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.	Incorporação	01/12/2025	R\$ 127.649	Em 02 de outubro de 2025, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação da controlada indireta Bio Saúde Serviços Médicos Ltda. pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A., com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2025. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi emitido por empresa independente.

2.6 Alterações de novas normas que ainda não estão em vigor

(i) **IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras**

A IFRS 18, emitida em abril de 2024 e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, substitui a IAS 1, com a finalidade de padronizar a estrutura das demonstrações financeiras. A norma introduz novas categorias na Demonstrações do resultado (operacional, investimento e financiamento), exige subtotais definidos, como o "lucro operacional", e regula as Medidas de Desempenho Gerencial (MPMs) para aumentar a comparabilidade.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses
findo em 31 de dezembro de 2025

3 Entidades controladas

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as seguintes controladas diretas e indiretas da Hapvida Participações e Investimentos S.A.:

Entidade	Atividade principal	Data de aquisição	Data de incorporação	31/12/2025		31/12/2024	
				Direto	Indireto	Direto	Indireto
Hapvida Assistência Médica S.A. (a)	Plano de Saúde	-	-	100%	-	100%	-
Lifepace Hapvida Ltda.	Agenciamento	-	-	100%	-	100%	-
Grupo HB Saúde (c)		01/01/2023					
H.B. Saúde S.A.	Plano de Saúde	-	-	-	99,98%	-	99,96%
H.B. Saúde Prestação de Serviços Médicos Ltda.	Saúde	-	-	-	99,98%	-	99,96%
H.B. Saúde Centro de Diagnóstico Ltda.	Saúde	-	-	-	99,98%	-	99,96%
Centro Integrado de Atendimento Ltda.	Saúde	-	-	-	99,98%	-	99,96%
Grupo Notre Dame Intermédica – GNDI (b)		01/02/2022					
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Plano de saúde	-	-	100%	-	100%	-
São Lucas Saúde S.A.	Plano de saúde	-	-	-	100%	-	100%
São Lucas Serviços Médicos Ltda.	Saúde	-	-	-	100%	-	100%
Hospital São Lucas S.A.	Saúde	-	-	-	97,62%	-	97,62%
Clinipam – Clín. Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda	Plano de saúde	-	-	-	99,99%	-	99,99%
Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A.	Saúde	-	-	-	99,96%	-	99,96%
INCORD – Inst. de Neurologia e de Coração de Divinópolis Ltda.	Laboratorial	-	-	-	100%	-	100%
Bioimagem Diag. por Imagem e Lab. de Análises Clín. Ltda	Laboratorial	-	-	-	98,52%	-	98,22%
SMV Serviços Médicos Ltda.	Administração	-	-	-	99,65%	-	99,62%
Lifecenter Sistema de Saúde S.A.	Saúde	-	-	-	100%	-	100%
Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.	Plano de saúde	-	01/12/2025	-	-	-	100%
Hospital do Coração de Londrina Ltda.	Saúde	-	01/12/2025	-	-	-	100%
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda.	Holding	-	-	-	100%	-	100%
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	Plano de saúde	-	-	-	99,96%	-	99,96%
Hospital e Maternidade Maringá S.A. *	Saúde	-	-	-	-	-	100%
IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.	Saúde	-	-	-	99,89%	-	99,88%
Hospital Varginha S.A.	Saúde	-	-	-	99,93%	-	99,91%
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A.	Saúde	-	-	-	100%	-	100%
CCG Participações S.A.	Holding	-	-	-	100%	-	100%
Centro Clínico Gaúcho Ltda.	Plano de saúde	-	-	-	100%	-	100%
Hospital do Coração Duque de Caxias Ltda.	Saúde	-	-	-	100%	-	100%
Pátria Health TR Ibirapuera Fundo de Investimento Imobiliário	Fundo de investimento	29/12/2025	-	-	88,82%	-	-

* Empresa vendida no 3º trimestre de 2025, conforme descrito na Nota explicativa nº 38.

As principais empresas controladas operam com as seguintes atividades:

(a) Hapvida Assistência Médica S.A.

Iniciou suas operações em 15 de julho de 1991, com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 36.825-3. Tem por objeto social principal a venda de planos de saúde e odontológico focados na prestação de serviços de assistência à saúde, através da rede de empresas de atendimentos hospitalar, clínico e ambulatorial, sob controle comum da Companhia e suas controladas.

(b) Grupo Notre Dame Intermédica – GNDI

Fundado em 1968 e domiciliado no Brasil, com sede em São Paulo/SP, o Grupo Notre Dame Intermédica opera planos de saúde, planos odontológicos e saúde ocupacional. Sua Rede Própria de Atendimento conta com uma estrutura robusta de hospitais, centros clínicos, prontos socorros autônomos, centros de medicina preventiva, pontos de coleta de análises clínicas, unidades para exames de imagem e centros de saúde exclusivamente dedicados aos idosos.

(c) Grupo HB Saúde

Fundado em 1998, o Grupo HB Saúde é composto por operadora de saúde de mesmo nome, por hospital, unidades ambulatoriais, clínica infantil, centros clínicos e de diagnóstico, espaços de medicina preventiva, ocupacional e centro oncológico, localizados majoritariamente nos municípios de São José do Rio Preto e Mirassol, em São Paulo. A região de atuação engloba, além de São José do Rio Preto, as regiões de Barretos, Fernandópolis, Votuporanga, Catanduva, Araçatuba, Três Lagoas e Uberaba.

4 Base de preparação

Declaração de conformidade

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11** – Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes, baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas definidas. São aplicados julgamentos para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico de recebíveis da Companhia e suas controladas, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício;
- **Nota explicativa nº 16** - Revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, consequentemente, das taxas de depreciação a serem utilizadas nos cálculos e registros contábeis, com reflexo no resultado do período/exercício;
- **Nota explicativa nº 17** - Intangível. Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis e, consequentemente, das taxas de amortização a serem utilizadas nos cálculos e registros contábeis, com reflexo no resultado do período/exercício. Realização de testes perdas por desvalorização (*impairment*) do ágio. O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base no valor em uso, calculado por consultoria externa especializada contratada pela Companhia e suas controladas, a partir de estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração;
- **Nota explicativa nº 18** – Contratos de seguros. Os contratos ativos e vigentes passaram por avaliações quanto à estrutura da matriz de agrupamento na qual a Companhia atua, bem como a análise dos níveis de agregação que estes portfólios possuem. Tais agrupamentos foram alocados através de análises quanto à lucratividade, riscos similares e administrados em conjunto, levando em consideração que as safras “cohorts” adotadas pela Companhia são anuais. As classificações dos contratos de seguros também contemplaram os seguintes requisitos: se o contrato transfere riscos de seguro significativos, nível de agregação de contratos de seguros: a identificação das carteiras de contratos e a determinação de grupos de contratos onerosos no reconhecimento inicial e aqueles que não têm nenhuma possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente e a mensuração de contratos de seguro: determinação das técnicas de estimativa dos fluxos de caixa (BBA e PAA), dos ajustes de risco para os riscos não financeiros e das unidades de cobertura fornecidas de acordo com um contrato. Os fluxos de caixa são estimados por meio de projeções com base nos grupos de contratos e premissas aderentes a cada portfólio de acordo com a sensibilização do ano de ocorrência. São consideradas todas as movimentações que impactam diretamente o cumprimento dos contratos, como as contraprestações, cancelamentos, despesas administrativas, tributos, despesas de comercialização, eventos ocorridos pendentes de pagamentos, estimativas de eventos a ocorrer, dentre outras estimativas de entradas e saídas que a Companhia possui obrigação substantiva. Para o cálculo do ajuste de risco para os riscos não financeiros foram aplicados as metodologias de: *stress* para o passivo de cobertura remanescente, no qual o ajuste ao risco é obtido a partir do resultado da projeção dos fluxos de pagamento de custos assistenciais parcialmente utilizando-se de premissas em cenários de estresse

(com o nível de confiança desejado); e *Bootstrapping* para o passivo de sinistros incorridos, que simula a distribuição da provisão projetando triângulos de desenvolvimento alternativos baseados na variabilidade inerente presente no triângulo de desenvolvimento original. Além disso, foi utilizada a quantidade de beneficiários ativos em cada carteira para o cálculo das unidades de cobertura da CSM para os contratos individuais. Para os contratos coletivos, o reconhecimento da receita é baseado em uma premissa média da passagem do tempo por grupos de contratos. E, inclui ainda, na transição para a IFRS 17 (CPC 50), a determinação do valor justo para o grupo de contratos (individual) para o qual foi aplicada a abordagem do valor justo para reconhecimento inicial, e a determinação se informações razoáveis e com suporte suficiente estão disponíveis para aplicar uma abordagem retrospectiva completa para o grupo de contratos (coletivo), para o qual foi aplicada esta abordagem no reconhecimento inicial.

- **Nota explicativa nº 20** – Arrendamentos a pagar e *Sale & Leaseback* (SLB). A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. *Sale & Leaseback* (SLB): A determinação de ganho ou perda na operação, baseado no valor justo dos ativos vendidos.
- **Nota explicativa nº 23** – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. A Companhia e/ou suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, para as quais constituem provisões contábeis quando a perda é considerada provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada com base na análise das evidências disponíveis, na hierarquia das leis, nas jurisprudências relevantes, nas decisões mais recentes dos tribunais e nas opiniões de seus consultores jurídicos;
- **Nota explicativa nº 26** – Plano de remuneração baseado em ações. Determinação da metodologia para precificação das opções nas datas de outorga das ações;
- **Nota explicativa nº 33** – Imposto de renda e contribuição social diferidos. Determinação da realização e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas; e
- **Nota explicativa nº 34** – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos. Determinação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e, com base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis, de acordo com as circunstâncias da Companhia e suas controladas.

Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e nos períodos futuros a que se referem, quando aplicável.

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas realizam estimativas relacionadas ao futuro. Por definição, os valores estimados raramente coincidem exatamente com os resultados reais.

As estimativas e premissas que envolvem um risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas a seguir:

- **Nota explicativa nº 11** - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes, baseadas nas estimativas futuras ao final de cada período/exercício e no histórico de recebíveis da Companhia e suas controladas, nas condições existentes de mercado;
- **Nota explicativa nº 16** - Revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, das taxas de depreciação a serem utilizadas nos cálculos e registros contábeis, com reflexo no resultado do período/exercício;
- **Nota explicativa nº 17** – Intangível. Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis e, conseqüentemente, das taxas de amortização a serem utilizadas nos cálculos e registros contábeis, com reflexo no resultado do período/exercício. Realização de testes de perdas por desvalorização (*impairment*) do ágio. O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base no valor em uso, calculado por consultoria externa especializada contratada pela Companhia e suas controladas, a partir de estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração;
- **Nota explicativa nº 18** – Contratos de seguros: na determinação das premissas utilizadas na mensuração dos contratos de seguros, na determinação das técnicas para a estimativa dos fluxos de caixa e dos ajustes de risco para riscos não financeiros, na taxa de desconto e no reconhecimento da CSM - *Contractual Service Margin* (Margem Contratual de Seguros). E na transição – abordagem de valor justo para o grupo de contratos dos portfólios individuais. A política atuarial do Grupo define que os principais julgamentos utilizados na projeção dos fluxos de caixa são: o reajuste de mensalidade, sinistralidade, inflação médica (variação do custo médico hospitalar - VCMH), reenquadramento da VCMH por faixa etária, cancelamento por faixa etária, padrão de pagamento de sinistro, tábua de mortalidade e ajuste de risco para riscos não financeiros calculado tanto para o passivo de cobertura remanescente quanto para o passivo de sinistros incorridos. Além disso, a premissa de taxa de desconto do Grupo parte de uma ETTJ pré-fixada com parâmetros divulgados pela SUSEP, adicionando-se um prêmio de iliquidez para calcular os descontos aplicados aos fluxos de caixa. O reconhecimento da amortização da CSM no resultado é baseado na quantidade de beneficiários ativos de cada carteira;
- **Nota explicativa nº 20** – Arrendamentos a pagar. Determinação do prazo de arrendamento e definição da taxa de desconto a ser aplicada aos contratos de arrendamento. A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental

sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

- **Nota explicativa nº 23** - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. A Companhia e/ou suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, para as quais constituem provisões contábeis quando a perda é considerada provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada com base na análise das evidências disponíveis, na hierarquia das leis, nas jurisprudências relevantes, nas decisões mais recentes dos tribunais e nas opiniões de seus consultores jurídicos;
- **Nota explicativa nº 26** – Plano de remuneração baseado em ações. Determinação da metodologia para precificação das opções nas datas de outorga das ações; e
- **Nota explicativa nº 33** - Imposto de renda e contribuição social diferidos. Determinação da realização e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(c) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle para mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, que discute as estratégias para estabelecer a composição da carteira de investimentos no Comitê de Finanças e Mercado de Capitais.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos da norma CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas utilizam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período/exercício das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 20** – Arrendamentos a pagar – Operação de *Sale & Leaseback*; e
- **Nota explicativa nº 34** – Instrumentos financeiros.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo (conforme descrito a seguir) e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- instrumentos financeiros derivativos (a cada data-base);
- aplicações financeiras – fundos de investimentos (a cada data-base); e
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio (a cada data-base).

8 Políticas contábeis materiais

(a) Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se o pagamento for classificado como instrumento patrimonial, então ele não é remensurado e a liquidação é registrada no patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório, e as alterações subsequentes ao valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

A Companhia e suas controladas controlam uma entidade quando estão expostas a, ou têm direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e têm a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas via método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial".

(iv) Perda de controle

Quando a Companhia e suas controladas perdem o controle sobre uma controlada, os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada são desreconhecidos. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retêm qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(b) Receita de contratos com clientes

A Companhia e suas controladas atuam na prestação de serviços clínicos, hospitalares, laboratoriais e de diagnóstico, além da prestação de serviços de administração de planos de assistência à saúde e odontológicos da modalidade pós pagamento. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. A Companhia e suas controladas adotam como política para o reconhecimento de receita relacionado a estes serviços os critérios dispostos na IFRS 15 (CPC 47) – Contratos com clientes.

(c) Contratos de seguros

(i) Identificando contratos no alcance da IFRS 17 (CPC 50)

A IFRS 17 (CPC 50) estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e contratos de resseguro.

A Companhia e suas controladas comercializam: a) planos de saúde com cobertura de custos de assistência médica, sendo a maior parte dos atendimentos realizada nas redes clínica, ambulatorial e hospitalar próprias; e (b) planos odontológicos com o serviço prestado através de rede credenciada. Nessas operações, a depender da do tipo de contratação (modalidade), as operadoras de saúde/entidades controladas da Companhia aceitam ou não o risco de seguro significativo.

Existem duas modalidades de contratos, conforme descritas abaixo:

Pré-estabelecido: o beneficiário paga uma taxa fixa e, em contrapartida, a Companhia e suas controladas arcam com os riscos do beneficiário (no que tange a quando ocorrerá, se ocorrerá e quanto será o desembolso), conforme o contrato, havendo transferência do risco do beneficiário

para a operadora, e portanto classificado dentro do alcance da IFRS 17 (CPC50) e reconhecido como contrato de seguros.

Pós-estabelecido: o beneficiário realiza procedimentos e consultas e paga o valor tabelado em contrato, devendo quitar os valores no mês subsequente, ou seja, o segurado arca totalmente com a aleatoriedade dos riscos existentes para esta modalidade de contratos. Desta forma, essa natureza de contrato não se enquadra na norma IFRS 17 (CPC 50), dado que não há transferência de risco entre operadora e beneficiário, e portanto classificado dentro do alcance da IFRS 15 (CPC 47) e reconhecido como contrato com clientes, conforme nota (b).

(ii) *Nível de agregação*

De acordo com a IFRS 17 (CPC 50), os contratos de seguro são agregados em grupos para fins de mensuração. Os grupos de contratos são determinados identificando primeiramente os portfólios de contratos, cada um compreendendo contratos sujeitos a riscos similares e administrados em conjunto. Os contratos em diferentes linhas de produtos ou emitidos por diferentes entidades da Companhia e suas controladas estão em portfólios diferentes. Cada portfólio é dividido então em saframentos anuais (ou seja, por ano de subscrição) e cada saframento anual em três grupos:

- Quaisquer contratos que são onerosos no reconhecimento inicial;
- Quaisquer contratos que, no reconhecimento inicial, não têm qualquer possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente;
- Quaisquer contratos remanescentes no saframento anual.

Quando um contrato é reconhecido, ele é adicionado a um grupo de contratos existente ou, se o contrato não se qualificar para inclusão em um grupo existente, ele forma um novo grupo ao qual contratos futuros podem ser adicionados

O nível de requisitos de agregação da IFRS 17 (CPC 50) limita a compensação de ganhos em grupos de contratos rentáveis, que geralmente são diferidos como uma Margem Contratual de Seguro (CSM), com perdas em grupos de contratos onerosos, que são reconhecidos imediatamente.

(iii) *Fluxos de caixa de cumprimento que estão dentro do limite do contrato*

A IFRS 17 (CPC 50) determina que os fluxos de caixa dentro do limite de contrato de seguro são aqueles que se referem diretamente ao cumprimento do contrato, incluindo fluxos de caixa cujo valor ou época ficam a critério da entidade. Os fluxos de caixa dentro do limite incluem:

- (a) prêmios (incluindo ajustes de prêmio e prêmios parcelados) de titular do plano e quaisquer fluxos de caixa adicionais que resultem desses prêmios;
- (b) pagamentos para (ou em nome de) o titular do plano, incluindo sinistros que já tenham sido avisados, mas ainda não foram pagos (ou seja, sinistros avisados), sinistros ocorridos para eventos que ocorreram, mas em relação aos quais os sinistros não foram avisados, e todos os sinistros futuros em relação aos quais a entidade tem obrigação substantiva (incluem os custos diretos da rede verticalizada e integrada);
- (c) a alocação de fluxos de caixa de aquisições de seguro atribuível à carteira à qual pertence o contrato;

- (d) outros custos que são incorridos nos contratos de cumprimento compreendem tanto os custos diretos quanto a alocação de despesas gerais fixas e variáveis;
- (e) custos de tratamento de sinistros (ou seja, os custos que a entidade incorrerá para investigar, processar e resolver sinistros de acordo com contratos de seguro existentes, incluindo honorários do regulador de sinistro e legais para ajustes e custos internos de investigação de sinistros e de processamento de pagamentos de sinistros);
- (f) custos que a entidade incorrerá ao fornecer benefícios contratuais pagos em bens ou serviços;
- (g) custos de manutenção e administração do plano, tais como custos de cobrança de prêmios e processamento das alterações de plano (por exemplo, conversões e reproprocessamento);
- (h) impostos e outros custos especificamente cobráveis dos segurados de acordo com as condições dos contratos;
- (i) pagamentos pela operadora, na condição fiduciária de atender obrigações de imposto incorridas pelo titular do plano e respectivos recebimentos;

(iv) Limite do contrato

O limite de um contrato está relacionado com os fluxos de caixa de um determinado contrato de seguros, em que se resultam de direitos e obrigações substantivos que existem durante a data-base ou em que o Grupo pode obrigar o detentor do plano a pagar prêmios ou tem uma obrigação substantiva de prestar serviços (incluindo a cobertura de seguro). Uma obrigação substantiva de fornecer serviços termina quando:

- O Grupo tem a capacidade prática de reavaliar os riscos do segurado específico e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente esses riscos reavaliados;
- O Grupo tem a capacidade prática de reavaliar o risco do portfólio de contratos de seguro que contém o contrato e pode definir um preço ou um nível de benefícios que reflita integralmente os riscos desse portfólio; e o preço dos prêmios até a data de reavaliação não leva em conta os riscos relacionados a períodos após a data de reavaliação.

Após análise de contratos de seguros comercializados pelo Grupo, no segmento de saúde e odontológico individual, observa-se que em sua massa, seus limites contratuais são superiores ao período de 12 meses e cuja renovação é garantida anualmente, consequentemente, de acordo com a IFRS 17 (CPC 50), os fluxos de caixa relacionados às renovações desses contratos (ou seja, os termos renováveis garantidos) estarão dentro do limite do contrato. Isso ocorre porque o Grupo não tem a capacidade prática de reavaliar os riscos dos segurados no nível do contrato individual ou do portfólio.

Contudo, os contratos coletivos, sejam planos odontológicos ou de saúde, tendem a ser contratos que possuem limite contratual igual ou inferior ao período de 12 meses.

(v) Separação dos componentes de contrato

Os contratos de seguros são classificados em três tipos diferentes de componentes que devem ser contabilizados separadamente caso cumpridos certos critérios:

- Derivativos embutidos;
- Componente de investimentos; e
- Compromissos de transferência de bens distintos ou serviços não relacionados a seguro.

Através da análise dos contratos de seguros do Grupo, não foram identificados componentes separados do contrato de seguro principal.

(vi) Fluxos de caixa de aquisição de seguro - Contratos nos segmentos de saúde e odontológico individuais

Os fluxos de caixa de aquisição de seguros resultam das atividades de venda, subscrição e início de um grupo de contratos que são atribuíveis diretamente ao portfólio de contratos a qual o grupo pertence. De acordo com a IFRS 17 (CPC 50), para contratos de seguro, os fluxos de caixa de aquisição de seguros são alocados aos grupos de contratos usando métodos sistemáticos e racionais.

A Companhia e suas controladas não possuem fluxos de caixa de aquisição de seguros que surgem antes do reconhecimento dos contratos de seguro relacionados. Logo, não há reconhecimento como ativo desses fluxos, consequentemente o teste de recuperabilidade nesses casos não é aplicável.

(vii) Mensuração – Visão geral

A entidade deve reconhecer um grupo de contratos de seguro que emite ao ocorrer o primeiro dos seguintes fatos: (a) o início do período de cobertura do grupo de contratos; (b) a data de vencimento do primeiro pagamento do titular do plano no grupo; e (c) para grupo de contratos onerosos, quando o grupo torna-se oneroso.

A IFRS 17 (CPC 50) introduz um modelo de mensuração com base em fluxos de caixa descontados ponderados. A mensuração inclui uma estimativa de fluxos de caixa futuros descontados, ajustada pelo risco não financeiro, que é determinada atuarialmente e uma margem contratual de seguro ('CSM'). A aplicação do Modelo Geral de Mensuração (BBA) do Grupo é apresentada no item (viii) a seguir.

A Abordagem de Alocação de Prêmios (PAA) é um modelo de mensuração simplificado opcional na IFRS 17 (CPC 50) que está disponível para contratos de seguro que atendem aos critérios de elegibilidade. A aplicação da PAA pelo Grupo é apresentada no item (x) a seguir.

Após aplicações dos princípios estabelecidos pela norma, foram identificados os respectivos portfólios do Grupo, considerando similaridade de risco e gestão em conjunto. No contexto de segregação, foram observados prazos de vigência distintos nos contratos, portanto são contabilizados por diferentes e modelos de mensuração, conforme apresentado abaixo:

Portfólio	Modelo de mensuração
Saúde individual	BBA
Odontológico Individual	BBA
Saúde Coletivo	PAA
Odontológico Coletivo	PAA

Fluxos de caixa de cumprimento para os contratos não mensurados pelo PAA

Os fluxos de caixa de cumprimento incluem:

- Estimativas dos fluxos de caixa futuros.
- Um ajuste para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados aos fluxos de caixa futuros na medida em que eles não estão incluídos nas estimativas de fluxos de caixa futuros.
- Um ajuste de risco para o risco não financeiro.

Estimativas dos fluxos de caixa futuros

Ao estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia e suas controladas incorporam, de maneira imparcial, todas as informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis sem custo ou esforço indevido na data-base. Essas informações incluem dados históricos internos e externos sobre os sinistros e outras experiências atualizadas para refletir as expectativas atuais de eventos futuros.

Ao estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia e suas controladas levam em consideração as expectativas atuais de eventos futuros que podem afetar esses fluxos de caixa. Entretanto, as expectativas de mudanças futuras na legislação que poderiam mudar ou liberar uma obrigação existente ou poderiam criar obrigações no âmbito dos contratos existentes não são levadas em consideração até que a mudança na legislação seja substantivamente decretada.

Os fluxos de caixa dentro do limite de um contrato se relacionam diretamente com a realização do contrato, incluindo aqueles sobre os quais a Companhia e suas controladas possuem discricção sobre o valor ou prazo.

Os fluxos de caixa de aquisição de seguros resultam das atividades de venda, subscrição e início de um grupo de contratos que são atribuíveis diretamente ao portfólio de contratos à que o grupo pertence. Outros custos incorridos na realização dos contratos incluem: tratativa de sinistros, custos de manutenção e administração.

Os fluxos de caixa de aquisição de seguros e outros custos incorridos na realização de contratos incluem os custos diretos e uma alocação de despesas fixas e variáveis.

(viii) Mensuração – Contratos nos segmentos de saúde e odontológico individuais

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um grupo de contratos como o total dos (a) fluxos de caixa de cumprimento, incluindo estimativas de fluxos de caixa futuros, ajustados para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros associados, e um ajuste de risco para risco não financeiro; e (b) a CSM. Os fluxos de caixa de cumprimento de um grupo de contratos não refletem o risco de descumprimento do Grupo.

- Todos os fluxos de caixa são descontados por meio das curvas de rentabilidade livre de risco ajustadas para refletir as características de liquidez dos contratos, conforme apresentado no item (xii) abaixo;
- O ajuste de risco para risco não financeiro para um grupo de contratos determinados separadamente de outras estimativas é a compensação que o Grupo requer para suportar a incerteza sobre o valor e o prazo dos fluxos de caixa que decorram de risco não financeiro, conforme apresentado no item (xiii);
- A CSM de um grupo de contratos representa o lucro não apurado que a Companhia e suas controladas reconhecem ao fornecer serviços no âmbito desses contratos. No reconhecimento inicial de um grupo de contratos, o grupo não é oneroso se o total dos itens a seguir for uma entrada líquida:
 - a) Dos fluxos de caixa de cumprimento;
 - b) Quaisquer fluxos de caixa que surjam nessa data;

- c) Qualquer valor decorrente do desreconhecimento de quaisquer ativos ou passivos anteriormente reconhecidos para fluxos de caixa relacionados no grupo.

Nesse caso, a CSM é calculada como o valor igual e oposta à entrada líquida, ou seja, nenhuma receita ou despesa resulta do reconhecimento inicial. Se o total for uma saída líquida, então o grupo é oneroso e o componente de perda é reconhecido no resultado; um componente de perda é criado para representar o valor da saída líquida de caixa, estabelecendo os valores que são subsequentemente apresentados no resultado como reversões de perdas em contratos onerosos e são excluídos da receita de seguro.

Posteriormente, o valor contábil de um grupo de contratos nas datas de apresentação é a soma do passivo para cobertura remanescente e do passivo para sinistros incorridos. O passivo da cobertura remanescente inclui (a) os fluxos de caixa de cumprimento relacionados aos serviços que serão prestados no âmbito dos contratos em períodos futuros; e (b) qualquer CSM remanescente nessa data. O passivo de sinistros incorridos inclui os fluxos de caixa de cumprimento com sinistros e despesas incorridos e que ainda não foram pagos, incluindo sinistros que foram incorridos, mas ainda não foram apresentados.

Os contratos sujeitos ao Modelo de Mensuração Geral (BBA) da Companhia e suas controladas são os da carteira individual. O reconhecimento da parcela da Margem Contratual de Seguros (CSM) no resultado é determinada pelo número estimado de pessoas expostas ao risco de saúde projetadas para períodos futuros.

(ix) Mudança em fluxos de caixa de cumprimento

- Os fluxos de caixa de cumprimento dos grupos de contratos são calculados na data-base por meio das atuais estimativas de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e estimativas do ajuste de risco para o risco não financeiro. Mudanças nos fluxos de caixa de realização são reconhecidas conforme segue:

Mudanças relacionadas a serviços futuros	Impactam a CSM.
Mudanças relacionadas a serviços correntes ou passados	Reconhecido no Resultado de seguro.
Efeitos do valor do dinheiro no tempo.	Reconhecido como receitas ou despesas financeiras de seguros.

- A CSM em cada data-base representa o lucro no grupo de contratos que ainda não foi reconhecido no resultado, pois está relacionado ao serviço futuro.

(x) Mensuração – Contratos nos segmentos de saúde e odontológico coletivos

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos dos segmentos de saúde e odontológico coletivos, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é calculado pelos prêmios recebidos na data do reconhecimento inicial menos quaisquer fluxos de caixa de aquisições de seguro. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas assumem que nenhum contrato é oneroso até que fatos e circunstâncias indiquem o contrário.

Posteriormente, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é incrementado pelo prêmio recebido, decrescido dos fluxos de caixa de aquisição pagos e adicionado de qualquer outro montante relativo à amortização de custo de aquisição de seguros. O Grupo espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prêmio relacionado

não seja superior a um ano. Consequentemente a Companhia e suas controladas não ajustarão o passivo pela cobertura remanescente de forma a refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro.

Caso fatos e circunstâncias indiquem que um grupo de contratos seja oneroso durante o período de cobertura, o Grupo irá mensurar o passivo por cobertura remanescente de acordo com o Modelo Geral de Mensuração (BBA) e comparar com o passivo por cobertura remanescente de acordo com a abordagem de alocação de prêmios (PAA), caso o passivo de acordo com a mensuração do BBA exceda o valor do passivo mensurado pelo PAA a Companhia reconhecerá esse excesso como perda no resultado de seguros e aumentará o valor do passivo pelo mesmo montante.

O Grupo aplica o modelo PAA a todos os contratos coletivos de seu portfólio, seja no segmento odontológico ou de saúde, pois o período de cobertura desses contratos é de um ano ou menos.

O passivo de sinistros incorridos inclui os fluxos de caixa de cumprimento com sinistros e despesas incorridos e que ainda não foram pagos, incluindo sinistros que foram incorridos, mas ainda não foram apresentados, bem como um ajuste para risco não-financeiro. Os fluxos de caixa futuros serão descontados (às taxas atuais), a menos que devam ser pagos em um ano ou menos a partir da data em que os sinistros são incorridos.

(xi) Desreconhecimento e modificação contratual

O Grupo desreconhece um contrato de seguro quando, e apenas quando: (a) ele for extinto, isto é, quando as obrigações especificadas em contrato forem liquidadas ou canceladas; e (b) se os termos do contrato de seguro são modificados, por acordo entre as partes ou por mudança no regulamento.

Um contrato de seguro será considerado como modificado quando ocorreram modificações substanciais, tais como:

- i) termos contratuais iniciais: o contrato modificado teria sido excluído do alcance como contrato de seguro, a entidade teria separado diferentes componentes do contrato de seguro principal, o contrato modificado teria tido um limite de contrato substancialmente diferente ou o contrato modificado teria sido incluído em grupo diferente de contratos;
- ii) o contrato original atenda à definição de contrato de seguro com características de participação direta, mas o contrato modificado não atende mais essa definição, ou vice-versa;
- iii) a entidade aplicou a abordagem de alocação de prêmio do contrato original, mas as modificações significam que o contrato não atende mais aos critérios de elegibilidade para essa abordagem.

Se a modificação de contrato não atende nenhuma das condições citadas acima, o Grupo trata as mudanças nos fluxos de caixa causadas pela modificação como mudanças nas estimativas de fluxos de caixa de cumprimento.

(xii) Taxa de desconto

O Grupo deve ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa.

Portanto, as taxas de desconto aplicadas às estimativas dos fluxos de caixa futuros devem:

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

- a. refletir o valor do dinheiro no tempo;
- b. ser consistente com os preços de mercado, de acordo com as características dos contratos em termos de *duration*, moeda e liquidez; e
- c. excluir o efeito de fatores que influenciam tais preços de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa.

Para determinar as taxas de desconto, o Grupo optou por utilizar a abordagem *Bottom-Up* em toda a sua carteira. Esta metodologia incorpora a ETTJ livre de risco (Estrutura a Termo da Taxa de Juros) prefixada com um adicional de prêmio de liquidez. Esse prêmio considera o custo associado a possíveis perdas e a necessidade de liquidação rápida dos contratos. Esta escolha é fundamentada na alta liquidez das curvas de risco livres, as quais espelham as características dos fluxos de caixa da Companhia e suas controladas.

O Grupo utilizou as seguintes curvas de rendimento para descontar os fluxos de caixa:

Curva	Taxa anual				
	1 ano	5 anos	10 anos	20 anos	30 anos
ETTJ	14,33%	13,30%	13,71%	13,90%	13,68%

(xiii) Ajuste ao risco não financeiro

O Grupo deve mensurar para todos os contratos de seguros no momento do reconhecimento inicial o Ajuste pelo Risco Não Financeiro, que juntamente com as estimativas de fluxos de caixa futuros e com o ajuste para refletir o valor do dinheiro no tempo, formarão o saldo de Fluxos de Caixa de Cumprimento.

O ajuste ao risco não financeiro é um ajuste sobre os fluxos de caixa projetados que reflete a compensação que a entidade exige por arcar com a incerteza em relação ao montante e prazo dos fluxos de caixa decorrentes de riscos não financeiros inerentes ao contrato de seguro.

Dessa forma, as estimativas de fluxo de caixa devem representar a melhor estimativa (valor esperado) da entidade, deixando essa estimativa explícita do ajuste pelo risco não financeiro.

Para a Provisão de Cobertura Remanescente o Grupo optou pela metodologia determinística no estresse das principais premissas, estimando a distribuição de probabilidade do valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros, sendo o ajuste de risco para risco não financeiro o excesso do valor em risco no 40% percentil (nível de confiança).

Para a Provisão de Sinistros Incorridos a Companhia optou pela metodologia *Bootstrapping* para estimar a volatilidade de sinistros e o ajuste de risco é o excesso do valor em risco no 60% percentil (nível de confiança).

(xiv) Apresentação

Portfólios de contratos de seguro que são ativos e aqueles que são passivos, são apresentados separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos para fluxos de caixa resultantes antes do reconhecimento do grupo relacionado de contratos (incluindo quaisquer ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros) são incluídos no valor contábil dos portfólios de contratos relacionados.

Receita de seguros - Contratos nos segmentos de saúde e odontológico individuais

A receita de seguros relativa aos serviços prestados para cada ano representa o total das variações no passivo por cobertura remanescente que se relacionam aos serviços pelos quais a Companhia e suas controladas esperam receber contraprestação e compreende os itens a seguir.

- Liberação da CSM, medida com base nas unidades de cobertura fornecidas.
- Alterações no ajuste ao risco não financeiro relativo aos serviços correntes;
- Despesas com sinistros e outros serviços de seguros incorridos no período/exercício, mensuradas pelos valores esperados no início do período/exercício; e
- Outros valores, se houver, incluindo ajustes de experiência para recebimentos de prêmios por serviços correntes ou passados.

Além disso, o Grupo aloca uma parcela dos prêmios referentes à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguros a cada período de forma sistemática com base na passagem do tempo. O Grupo reconhece o valor alocado, ajustado pelo acréscimo de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do grupo de contratos relacionados, como receita de seguros e igual valor como despesas de seguros.

Receita de seguros - Contratos nos segmentos de saúde e odontológico coletivos

Para os contratos mensurados pela PAA, a receita de seguro de cada período é baseada no valor dos recebimentos de prêmios esperados pela prestação de serviços no período e reconhecida no resultado com base na passagem do tempo.

Componentes de perda

Para contratos não calculados com base na PAA, a Companhia e suas controladas estabelecem um componente de perda no passivo para a cobertura remanescente para grupos de contratos onerosos de seguro. O componente de perda estabelece os valores de fluxos de caixa de cumprimento que são posteriormente excluídos da receita de seguro quando ocorrerem.

Após a entidade ter reconhecido a perda em grupo oneroso de contratos de seguro, ela deve alocar:

(a) as mudanças subsequentes em fluxos de caixa de cumprimento do passivo por cobertura remanescente sistematicamente entre:

- (i) o componente de perda do passivo por cobertura remanescente; e
- (ii) o passivo por cobertura remanescente, excluindo o componente de perda;

(b) apenas ao componente de perda até que esse componente seja reduzido a zero:

(i) qualquer redução subsequente em fluxos de caixa de cumprimento alocada ao grupo decorrente de mudanças em estimativas de fluxos de caixa futuros e o ajuste para riscos não financeiros; e

(ii) quaisquer aumentos subsequentes no valor da participação da entidade no valor justo dos itens subjacentes.

A entidade deve ajustar a margem contratual de seguro somente para o excedente da redução sobre o valor alocado ao componente de perda.

As mudanças subsequentes nos fluxos de caixa de cumprimento do passivo por cobertura remanescente alocadas são:

- (a) estimativas do valor presente de fluxos de caixa futuros para sinistros e despesas liberadas do passivo para cobertura remanescente devido a despesas de seguro incorridas;
- (b) mudanças no ajuste de risco pelo risco não financeiro reconhecido no resultado devido à liberação do risco; e
- (c) receitas ou despesas financeiras com seguro.

A alocação sistemática resulta em valores totais alocados ao componente de perda, sendo iguais a zero até o final do período de cobertura de grupo de contratos.

A base sistemática é estabelecida pela proporção entre o componente de perda e a estimativa total do valor presente das futuras saídas de caixa mais o ajuste de risco para o risco não financeiro no início de cada período (ou no reconhecimento inicial, caso um grupo de contratos seja reconhecido no início do período).

Caso o componente de perda seja reduzido a zero, qualquer valor excedente em relação ao valor alocado como componente de perda gera uma nova CSM para o grupo de contratos.

Despesas de seguros

As despesas de seguros decorrentes de contratos de seguros são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas e compreendem os seguintes itens:

- Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro;
- Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros: Para contratos não mensurados pela PAA, é igual ao valor da receita de seguros reconhecida no exercício referente à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguros. Para os contratos mensurados pela PAA, o Grupo reconhece os custos de aquisição de seguros como despesas com base na passagem do tempo;
- Perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas;
- Ajustes no passivo para sinistros incorridos que não decorram dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e alterações dos mesmos.

Receitas e despesas financeiras de seguros

As receitas e despesas financeiras de seguros incluem variações nos valores contábeis de grupos de contratos de seguro decorrentes dos efeitos do valor monetário temporal.

O Grupo optou por não segregar as receitas e despesas financeiras entre outros resultados abrangentes e resultado do exercício.

(d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Sua mensuração é realizada com base nas taxas de impostos decretadas na data-base.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i.1 Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia e suas controladas realizaram o levantamento e a classificação de posições fiscais, bem como avaliaram possíveis impactos quantitativos e qualitativos para fins de divulgação, sendo contemplados:

- Identificação dos tratamentos fiscais incertos;
- Classificação e avaliação dos tratamentos fiscais incertos;

Com base nos procedimentos internos adotados pela Companhia e suas controladas, concluiu-se que não houve qualquer efeito relevante que requeresse ajustes contábeis nas provisões tributárias em função de incertezas no tratamento fiscal.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro/prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, na extensão em que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças

temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Grande parcela do ativo fiscal diferido do Grupo é constituída sobre bases negativas e prejuízos fiscais.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas em que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data-base, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data-base e ajustados caso seja apropriado.

(f) Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data-base e ajustados caso seja apropriado.

(g) *Instrumentos financeiros*

(i) *Reconhecimento, classificação e mensuração inicial*

O Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao Custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros resultados abrangentes (“ORA”). Essa escolha é realizada através da análise de cada investimento, individualmente.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, pois isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Objetiva identificar se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho do portfólio é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(ii) Mensuração subsequente

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou ainda na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos – Contabilidade de hedge*

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros relacionados a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários e contratos de fluxo de caixa firmados com instituições financeiras.

Uma relação de *hedge* qualifica-se para contabilidade de *hedge* segundo apenas se, todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- (a) no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*;
- (b) espera-se que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- (c) a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente mensurada, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente mensurados;
- (d) o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como sendo altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações financeiras para o qual o *hedge* foi designado.

A Companhia e suas controladas calculam a efetividade dos instrumentos financeiros derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros e fluxos de caixa em moeda estrangeira no início da operação e em bases contínuas.

Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros derivativos contratados apresentaram efetividade em relação aos objetos dessa cobertura.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Os custos de transações atribuíveis ao instrumento financeiro derivativo são reconhecidos no resultado quando incorridos. Com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado.

A Companhia e suas controladas adotaram a metodologia de contabilidade de hedge de fluxo de caixa, em consonância com o CPC 48.

Hedges de fluxo de caixa

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a parcela efetiva do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes); e (ii) a parcela inefetiva do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da efetividade de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

(h) Capital social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido.

(ii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Mensuração das perdas de crédito esperada

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas de seus ativos financeiros com base em modelo que combina fatores objetivos de risco de crédito, análise individual das exposições materialmente relevantes, informações internas e externas sobre qualidade de crédito e histórico de perdas observadas na carteira, em linha com o conceito de utilização de informações razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivo, conforme previsto no CPC 48 (IFRS 9).

A mensuração da perda de crédito esperada considera a combinação de fatores de risco de crédito e informações disponíveis que permitam refletir, de forma adequada, o risco de inadimplência das contrapartes.

A política prevê a aplicação da abordagem de perdas esperadas para toda a carteira, com segregação entre clientes pessoa física e jurídica e estruturação por perfis de risco. Para clientes pessoa jurídica, o risco de crédito é avaliado por meio de modelo de classificação aplicável aos 100 maiores clientes da carteira por operadora, considerando sua relevância financeira e potencial impacto no fluxo de caixa e no risco global da carteira.

Essa análise considera fatores específicos de cada contraparte, incluindo setor de atuação, histórico de pagamento, situação financeira, eventuais processos de recuperação judicial ou falência, condições de aprazamento e avaliações de crédito internas e externas. Esses fatores são ponderados e convertidos em classificação final de risco, expressa em escala de baixo, médio e alto risco, posteriormente traduzida em percentuais estimados de perda que é aplicado para o saldo em carteira.

Em síntese, a Companhia e suas controladas adotam um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada, registrando perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes. As análises são segregadas entre operações para clientes corporativos (grandes contratos), corporativos pequenas e médias empresas (planos coletivos) e planos individuais (pessoa física), levando em consideração o fator de risco inerente em cada uma dessas relações. O modelo parte da avaliação do crédito realizada para cada perfil de cliente. A partir resultado apurado, a Companhia e suas controladas analisam e comparam os valores com as perdas históricas, a fim de verificar se o montante estimado permanece razoável.

Para os saldos de contas a receber de contratos pós-estabelecidos, cuja natureza não se enquadra na norma IFRS 17 (CPC 50), o Grupo apresentou os saldos na rubrica de Outros ativos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data-base, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para teste de redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas, consideram para definição de UGC a estrutura consolidada do grupo (nacional) que reflete mais adequadamente a forma como a administração do Grupo monitora as operações e a maneira como são tomadas as

decisões sobre a continuidade de negócios. Na definição da UGC, a Companhia considera fatores qualitativos e quantitativos da operação, que são utilizados no monitoramento e na tomada de decisões diante da estratégia de verticalização do negócio e visa a ampliação das operações em outras regiões geográficas, gerando ganho de sinergia e fortalecimento da Companhia e suas controladas.

Dentre as informações analisadas pela administração, estão as revisões analíticas das receitas e sinistralidade e a rentabilidade de produtos envolvendo a criação, continuidade e descontinuidade de novos produtos de planos de saúde. Nas análises também são monitorados os custos incorridos, e comparados com as projeções estimadas, a fim de identificar eventuais distorções que venham ser oriundas de internações e cirurgias eletivas.

O teste é realizado pela metodologia “Valor em Uso”, que consiste na avaliação econômica realizada através do fluxo de caixa descontado, ou seja, na projeção das entradas e saídas de caixa decorrentes do uso de um determinado bem por um período de 5 (cinco) anos, aplicando uma taxa de desconto adequada para trazer a valor presente.

Após a realização do teste, a Companhia e suas controladas divulgam as informações listadas abaixo, mas não se limitando a elas:

- a) o valor da perda (reversão de perda) com desvalorizações reconhecidas no período e possíveis reflexos de reavaliações;
- b) a composição da unidade geradora de caixa;
- c) se o valor recuperável é o valor em uso e a taxa de desconto utilizada na avaliação;
- d) os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou reversão da desvalorização;
- e) a taxa de crescimento na perpetuidade;
- f) o período projetivo considerado; e
- g) o valor total de intangíveis em uso considerados na análise.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(j) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores de mesma complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas, quando relevantes. Os passivos classificados como remotos não são reconhecidos ou divulgados.

(k) Fornecedores

Para os contratos pós-estabelecidos, cuja natureza não se enquadra na norma IFRS 17 (CPC 50), o Grupo optou por apresentar os saldos na rubrica de Fornecedores. Abaixo são descritas as naturezas das provisões decorrentes desse modelo contratual:

A Provisão de Eventos a Liquidar é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data-base, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.

(l) Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. A Companhia e suas controladas avaliam se os contratos celebrados são ou contém elementos de arrendamentos, e reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e passivo para o fluxo futuro dos contratos celebrados, são eles aqueles que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela companhia. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros

que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e suas controladas são arrendatários de diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos hospitalares e equipamentos de TI.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando: há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa; há alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual; a Companhia e suas controladas alteram sua avaliação se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão; há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamento de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas não reconhecem ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como uma despesa, de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Sale & Leaseback (SLB)

As transações de *Sale & Leaseback* ocorrem quando a Companhia e suas controladas vende um ativo e o arrenda de volta (retroarrendamento). Estas transações são inicialmente analisadas dentro do escopo do IFRS 15 (CPC 47) - “Receita de Contrato com Cliente”, com objetivo de verificar se a obrigação de desempenho foi satisfeita para contabilizar a venda do bem. Atendido tal requerimento, a determinação do reconhecimento do resultado de transações de SLB utiliza como referência o valor justo do bem negociado. Para bens novos, a fonte de informação para obtenção do valor justo são cotações de mercado para itens de natureza semelhante, considerando as condições do bem.

Para o cálculo de determinação do valor justo, a Companhia e suas controladas contrataram consultoria independente para suportar a conclusão da Administração, com emissão de laudo técnico. A avaliação foi realizada através do Método da Capitalização da Renda (*Income Capitalization Approach*), onde determina-se o valor de venda do imóvel pela capitalização da renda líquida possível de ser auferida, através da análise de um fluxo de caixa descontado, que considera todas as receitas e despesas para essa operação, descontado a uma taxa que corresponde ao custo de oportunidade para a Companhia e suas controladas, considerando-se o nível de risco da operação. Após a definição do valor justo, os ganhos ou perdas são inicialmente calculados com base na diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e posteriormente ajustados de acordo com a proporcionalidade do direito de uso transferido ao arrendador (sendo esse último o valor efetivo reconhecido em resultado como ganho ou perda). O cálculo da proporcionalidade é realizado considerando o valor presente dos pagamentos do arrendamento ajustado pelos pagamentos antecipados ou financiamentos adicionais.

A Companhia e suas controladas avaliam a operação de “SLB” no contexto do IFRS 15 (CPC 47) – “Receita de contratos com cliente” a fim de identificar a existência de “venda” e a satisfação da

obrigação de desempenho. Uma vez identificada, a Companhia e suas controladas analisam o valor justo versus o valor de venda dos imóveis. Se os valores justos dos imóveis não equivalem ao valor de venda, as diferenças são contabilizadas como despesas antecipadas (Outros ativos) ou financiamento adicional (Outras contas a pagar), se aplicável. A Companhia e suas controladas mensuram os ganhos no “SLB” através do percentual de direito de uso transferido (obrigação de desempenho satisfeita), reconhecendo, no contexto do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – “Arrendamentos”, o direito de uso, o passivo de arrendamento, a despesa antecipada e ganho/perda com “SLB” sobre a obrigação de performance satisfeita.

(m) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado em um mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação, e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado em mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

9 Segmentos operacionais

A Companhia e suas controladas possuem um atendimento padronizado e uniforme em todas as regiões brasileiras. Assim, direciona sua atuação no setor de saúde suplementar e sua estratégia à prestação dos serviços de forma verticalizada, em que o atendimento ao beneficiário é prioritariamente realizado em rede própria de atendimento, proporcionando assistências médica e odontológica. Neste sentido, sua operação ocorre em apenas um segmento operacional, cujos resultados operacionais e financeiros são regularmente revistos pelo Conselho de Administração de forma agregada, o que reflete mais adequadamente a forma com que a Administração da Companhia e suas controladas monitora as operações e a maneira como são tomadas as decisões sobre a continuidade dos negócios.

Embora o Grupo tenha em sua estrutura organizacional diversos hospitais, clínicas e outras unidades de atendimento, estes funcionam como executores dos serviços demandados pelos beneficiários dos planos de saúde e odontológicos das operadoras pertencentes ao Grupo, dentro do modelo integrado de verticalização, no qual o objetivo é a ampliação das operações em outras regiões geográficas, gerando ganho de sinergia e fortalecimento da Companhia e suas controladas.

Dentre as informações analisadas pela Administração, são considerados fatores quantitativos e qualitativos da operação da Companhia e suas controladas, utilizados no monitoramento e na tomada de decisões, sendo determinado pelo Conselho de Administração à Diretoria Estatutária, representada pelo *Chief Executive Officer* (CEO), o recebimento e a análise das informações sobre os resultados operacionais e financeiros do negócio e sua tomada de decisões, uso de tecnologias e estratégias de *marketing* para os diferentes produtos e serviços de forma centralizada.

Toda a operação (receitas e despesas) da Companhia e suas controladas é proveniente da prestação de serviços à beneficiários localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas por contrato de clientes.

10 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão compostas da seguinte forma:

	Remuneração anual	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Títulos públicos e privados						
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	102% do CDI	Até Jan/27	-	-	220.424	225.941
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	100,0% CDI	Até Mar/32	-	-	76.726	74.850
Outras aplicações (c)	IPCA + 10,5%	-	-	-	19.927	-
Subtotal – Títulos públicos e privados			-	-	317.077	300.791
Fundos de investimentos						
Renda fixa - Ativos garantidores (a)	93,6% do CDI	Sem vencimento	-	-	4.552.182	3.583.296
Renda fixa - Exclusivos (b)	101,5% do CDI	Sem vencimento	1.080	6.212	2.217.760	4.661.370
Renda fixa - Não exclusivos	102% do CDI	Sem vencimento	88	78	222.243	111.890
Subtotal – Fundos de investimentos			1.168	6.290	6.992.185	8.356.556
Outros						
Outras aplicações	-	-	-	-	-	904
Total			1.168	6.290	7.309.262	8.658.251
Circulante			1.080	6.212	6.987.978	8.177.622
Não circulante			88	78	321.284	480.629

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

O valor justo das aplicações financeiras era muito próximo ao valor contábil em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

As aplicações têm remuneração diária vinculada às taxas CDI e Selic, com vencimentos variáveis até março de 2037.

As aplicações estão classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. Independentemente do vencimento, a Companhia contabiliza as aplicações financeiras no ativo circulante (com exceção da aplicação vinculada à obrigação contratual que é registrada no ativo não circulante).

- (a) Os ativos garantidores são utilizados para lastrear as provisões técnicas das operadoras de assistência à saúde.
- (b) Os fundos exclusivos são administrados e geridos pelo Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Itaú e Banco Bradesco. Esses fundos aplicam seus recursos em cotas de outros fundos administrados pelos bancos gestores. As políticas de investimentos dos fundos exclusivos determinam a concentração dos recursos em ativos financeiros com baixo risco de crédito (classificação ANBIMA).
- (c) Refere-se a títulos públicos NTN-B advindos da consolidação do Fundo de Investimento Pátria Health TR Ibirapuera. Em dezembro de 2025, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. celebrou instrumento particular de contrato de locação com construção ajustada com o Fundo de Investimento Pátria Health TR Ibirapuera, passando, nessa data, a deter participação direta no Fundo.

A movimentação das aplicações financeiras da Companhia e suas controladas é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos no início do exercício	6.290	227.112	8.658.251	6.459.755
Saldo Incorporado	-	-	-	-
Aplicações	14.500	51.440	13.230.846	19.706.968
Rendimentos	695	6.619	1.163.235	808.578
(-) Resgates	(20.316)	(278.881)	(15.743.070)	(18.316.853)
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	(197)
Saldos no final do exercício	1.168	6.290	7.309.262	8.658.251

Do total do saldo de aplicações financeiras consideradas restritas pela Companhia e suas controladas, o montante abaixo refere-se a *escrow* originada pelas seguintes aquisições:

Aquisição	31/12/2025	31/12/2024
Grupo São Francisco	81.355	78.887
Grupo Medical	13	389
Grupo São José	19.316	23.145
Grupo NDI MG	164.785	144.016
Clinipam	-	181.803
Lifecenter	-	27.803
Total	265.469	456.043

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

11 Contas a receber de clientes

O saldo do grupo de contas refere-se, principalmente, a valores a receber decorrente da prestação de serviços da Companhia e suas controladas, conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Composição do contas a receber		
Convênios e particulares	495.580	660.752
Subtotal	495.580	660.752
 (-) Provisão para perdas do valor recuperável	 (149.421)	 (161.884)
Total	346.159	498.868

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme a seguir demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	245.756	70.261
Vencidos	249.824	590.491
Até 30 dias	35.824	98.221
De 31 a 60 dias	24.142	46.552
De 61 a 90 dias	23.279	45.734
Há mais de 90 dias	166.579	399.984
Total	495.580	660.752

A movimentação do Contas a receber de clientes é apresentada conforme demonstrado a seguir:

	Não relacionado a contratos de seguros
Saldos em 01 de janeiro de 2024	475.733
Receitas de assistência à saúde não relacionadas c/ planos de saúde de Operadoras	1.586.081
(-) Recebimentos	(1.097.758)
Reversão/(Constituição) de perda do valor recuperável	33.708
Reversão/(Constituição) de glosa esperada	15.704
(-) Baixa por perdas efetivas de créditos	(531.859)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	498.868
Reclassificação para destinado à venda (i)	(7.107)
Receitas de assistência à saúde não relacionadas c/ planos de saúde de Operadoras	1.195.261
(-) Recebimentos	(1.277.564)
Reversão/(Constituição) de perda do valor recuperável	29.114
Reversão/(Constituição) de glosa esperada	(32.170)
(-) Baixa por perdas efetivas de créditos	(60.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	346.159

- (i) Reclassificação do saldo da controlada Hospital e Maternidade Maringá S.A. para operação destinada à venda, conforme descrito na nota explicativa nº 38.

A movimentação da provisão para perdas do valor recuperável do contas a receber é conforme a seguir demonstrado:

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

	Não relacionado a contratos de seguros
Saldos em 01 de janeiro de 2024	(211.296)
Reclassificação	233
(Constituições)/Reversões de provisões	49.179
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(161.884)
Empresa disponível à venda	15.519
(Constituições)/Reversões de provisões	(3.056)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(149.421)

A Companhia utiliza uma metodologia para as provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa baseada na norma do IFRS 9 (CPC 48) analisando o perfil da carteira de clientes aberta: i) por Segmento - se contas a receber relacionados a plano de saúde ou venda de serviços; ii) entre pessoa física ou jurídica; e iii) pelas maiores contas que são analisadas individualmente classificando-as em faixas de riscos. Cada faixa de risco oferece um determinado percentual de provisionamento para a perda esperada da carteira.

12 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar da Companhia e suas controladas estão compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda - IRPJ (i)	216.459	685	1.063.868	382.598
Contribuição Social sobre o lucro – CSLL (i)	-	-	98.007	106.970
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ii)	-	215.590	9.046	447.499
Crédito de previdência social	-	-	8.037	8.083
Créditos de FGTS	-	-	4.282	4.282
Créditos de PIS e COFINS	2.405	2.405	54.006	20.066
Crédito de ISS	-	-	37.012	26.613
Adiantamento de parcelamentos	706	706	4.367	4.367
Outros tributos a recuperar	-	-	3.033	1.933
Total	219.570	219.386	1.281.658	1.002.411

- (i) Refere-se aos pagamentos das estimativas de IRPJ e CSLL e créditos decorrente de saldos negativos (IRPJ e CSLL) através das respectivas obrigações acessórias e que são utilizados para compensação de tributos.
- (ii) Saldo decorrente, majoritariamente, de retenções de aplicações financeiras.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

13 Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativas a operações com partes relacionadas, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				
Outros créditos com partes relacionadas				
Créditos com acionistas	-	-	-	1.258
PPAR COM Investimentos Ltda- Reembolso por quitação de dívida	-	-	1.987	1.988
Outros créditos	1.288	1.359	-	-
Subtotal	1.288	1.359	1.987	3.246
Total ativo	1.288	1.359	1.987	3.246
Passivo				
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar				
Dividendos a pagar	20	20	25	32
Juros sobre o capital próprio	573	573	573	573
Subtotal	593	593	598	605
Outros débitos com partes relacionadas				
Débitos com acionistas	2.517	2.517	2.517	2.552
Canadá Administradora de Bens Imóveis Ltda.	1.343	1.343	1.343	1.343
Hapvida Assistência Médica S.A. (h)	258.709	238.758	-	-
Outros débitos	5.680	102	102	102
Subtotal	268.249	242.720	3.962	3.997
Arrendamentos a pagar				
Arrendamentos a pagar com partes relacionadas (a)	-	167	620.200	1.294.570
Arrendamentos a pagar com partes relacionadas – LPAR Imóveis Ltda. (b)	-	-	735.098	847.345
Subtotal	-	167	1.355.298	2.141.915
Debêntures				
Debêntures 6ª emissão privada (g)	510.070	505.020	-	-
Notas comerciais (i)	2.718.976	1.724.561	-	-
Subtotal	3.229.046	2.229.581	-	-
Total passivo	3.497.888	2.473.061	1.359.858	2.146.517
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	2024	31 de dezembro de 2025	2024
Transações no resultado				
Receita de serviços de assistência médica (c)	-	-	1.105	1.136
Despesa de veiculação de mídia (d)	-	-	(275)	(580)
Despesa com uso de bens compartilhados (e)	-	-	(2.728)	(1.928)
Juros de arrendamentos com Canadá Administradora de Bens Imóveis Ltda. (f)	(4)	(17)	(57.341)	(55.373)
Juros de arrendamentos com Fundação Ana Lima (f)	-	-	(2.320)	(2.538)
Juros de arrendamentos com Quixadá Participações Ltda. (f)	-	-	(39.877)	(47.196)
Juros de arrendamentos com LPAR Imóveis Ltda. (f)	-	-	(114.440)	(108.453)
Total resultado	(4)	(17)	(215.876)	(214.932)

- (a) Locação de imóveis comerciais e bens móveis destinados ao desenvolvimento das atividades econômicas, conforme contrato firmado entre partes relacionadas (Canadá Administradora de Bens Imóveis Ltda., Quixadá Participações Ltda. e Fundação Ana Lima, entidades não consolidadas sob controle comum dos mesmos acionistas da Companhia e suas controladas), com prazos de duração média de 20 e 40 anos, sendo pactuados com base na avaliação do valor

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

de mercado realizado por empresas especializadas, estando previstas: a) revisão do valor-base a cada 36 meses de vigência da locação; e b) atualização anual com base na variação acumulada do IPCA.

- (b) Locação de dez imóveis (anteriormente de propriedade de controladas da Companhia), objetos da operação de *sale & leaseback* (SLB), com um veículo de investimento da Família Pinheiro (LPAR Imóveis Ltda.), controladora da Companhia. A taxa de capitalização (*cap rate*) envolvida é de 8,5% a.a., reajustado anualmente pelo IPCA, por um prazo de locação de 20 anos (com opção de renovação pelo mesmo período e opção de recompra), pela Companhia, em condições pré-determinadas.
- (c) Receitas de planos de saúde das empresas da Companhia e suas controladas com a prestação de serviços para as empresas que compõem o Sistema Opinião de Comunicação, sob controle comum dos acionistas na modalidade de planos coletivos.
- (d) Despesas de publicidade contratadas pela Companhia e suas controladas para veiculação de propaganda nas empresas pertencentes ao Sistema Opinião de Comunicação, sob controle comum dos acionistas, com o objetivo de fomentar as vendas de planos de saúde e odontologia através das ações de *marketing*.
- (e) Saldo se refere, majoritariamente, ao uso de aeronave da parte relacionada Canadá Administradora de Bens Imóveis Ltda. em viagens a negócios pela Administração da Companhia e suas controladas.
- (f) Efeito dos juros dos contratos de arrendamentos com partes relacionadas.
- (g) Em 29 de dezembro de 2023, foi celebrado a 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única e de colocação privada da Hapvida Participações e Investimentos S.A., sendo subscritas e integralizadas exclusivamente pela controlada Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A., 500 (quinhentas mil debêntures) no montante de R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais), no valor nominal de R\$ 1 (um mil reais) cada.

As debêntures terão vencimento em 29 de janeiro de 2030 e não são objetos de atualização monetária ou correção por qualquer índice. Os juros remuneratórios são prefixados em 1,0% (um por cento) ao ano.

- (h) Contempla, majoritariamente, valores referentes ao processo de aquisição do grupo PROMED, efetuado pela Ultra Som Serviços Médico (posteriormente incorporada pela Hapvida Assistência Médica S.A., conforme Termo aditivo acordado entre as partes (vendedores PROMED x Ultra Som), em 18 de outubro de 2022. A Companhia recomprou ações em nome do vendedor, na qual, deve repassar tais valores para a sua subsidiária Hapvida Assistência Médica S.A.
- (i) Em 28 de junho de 2024, foi realizada a 1ª emissão de notas comerciais escriturais de 330.000 notas no valor de R\$ 330.000, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais) cada, totalmente subscrita e integralizada. O prazo de pagamento desta emissão é 28 de junho de 2034 e tem juros remuneratórios prefixados em 1,0% (um por cento) ao ano.

Em 10 de setembro de 2024, foi realizada a 2ª emissão de notas comerciais de 380.000 notas no valor de R\$ 380.000, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais) cada, sendo R\$ 300.000 subscrita e integralizada em 19 de setembro de 2024 e R\$ 80.000 subscrita e integralizada em 19 de dezembro de 2024. O prazo de pagamento desta emissão é 19 de setembro de 2034 e 19 de dezembro de 2034, respectivamente, e tem juros remuneratórios prefixados em 1,0% ao ano.

Em 19 de setembro de 2024, foi aprovado através da ata de reunião do conselho de administração da Companhia o Termo de emissão da 3ª emissão de notas comerciais escriturais, junto à sua controlada H.B. Saúde Centro de Diagnóstico Ltda. O valor total da emissão foi de R\$ 1.010.000, realizada em até três séries, até o limite dos valores discriminados a seguir: a) R\$ 410.000 na primeira série; b) R\$ 250.000 na segunda série; e c) R\$ 350.000 na terceira série.

Em 19 de setembro de 2025, foi realizada a 4ª emissão de notas comerciais escritas no montante de R\$ 975.000, com valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais) cada, totalmente subscrita e integralizada. As notas comerciais não estão sujeitas à atualização monetária e possuem juros remuneratórios prefixados de 1,0% (um por cento) ano a ano. As séries tem prazo de vencimento de 10 anos, contados a partir da data de subscrição e integralização de cada série: a) R\$ 55.000 na primeira série com vencimento em 19 de setembro de 2035; b) R\$ 496.000 na segunda série com vencimento em 3 de outubro de 2035; c) R\$ 158.000 na terceira série com vencimento em 13 de outubro de 2035; d) R\$ 106.000 na quarta série com vencimento em 28 de outubro de 2035; e e) R\$ 160.000 na quinta série com vencimento em 3 de novembro de 2035

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

A Companhia possui ainda as seguintes empresas ligadas, que por atender aos critérios do IAS 24 (CPC 05) – Divulgação sobre partes relacionadas, enquadram-se como partes relacionadas, embora a Companhia não tenha transações materiais. São elas: Canadá Táxi Aéreo Ltda.; Angiomed Angiologia de Manaus Ltda.; Canadá Participações e Investimentos Ltda.; CPK Empresa Individual; CPJ Empresa Individual; JP Empresa Individual; PPAR Pinheiro Participações; Cocolo Gestão Patrimonial; Rádio e Televisão O Norte; Rádio FM O Norte; Televisão Borborema; TV Guararapes; TV Ponta Verde Ltda; Rádio Borborema S.A.; e CV Haus 01 – Empreendimento Imob. SPE, Assertiva Consultoria Empresarial Ltda.; e Gustavo Ribeiro Sociedade Individual de Advocacia.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

São considerados pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas os membros do Conselho de Administração e membros da Diretoria Estatutária. As despesas com remuneração total da administração foram de R\$ 96.884 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 149.515 em 31 de dezembro de 2024), abrangendo salário, pró-labore, gratificações, benefícios de curto prazo, participação nos resultados, além de incentivo de longo prazo, conforme destacado na nota explicativa nº 26.

14 Outros ativos

O saldo classificado na rubrica de Outros ativos é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores	33	22	70.745	93.803
(-) Provisão para perda de adiantamento a fornecedores	(33)	(22)	(66.520)	(43.905)
Adiantamento a funcionários	2	2	51.779	38.822
Adiantamento de processos judiciais	-	-	-	2.041
Despesas antecipadas	1.042	1.140	117.297	49.057
Depósito caução	-	-	8.250	5.766
Prêmios de retenção a apropriar (i)	15.069	20.362	27.921	39.899
Venda São Francisco Resgate (iii)	-	-	2.009	5.212
Venda Maringá (iv)	-	-	66.979	-
Contas a receber de contratos pós-estabelecidos	-	-	143.562	30.563
Outros títulos a receber (ii)	3.694	4.645	333.946	239.449
Total	19.807	26.149	755.968	460.707
Circulante	12.918	13.031	592.843	364.680
Não circulante	6.889	13.118	163.125	96.027

- (i) Prêmios a apropriar pagos a executivos da Companhia, a título de tempo de permanência na Companhia.
- (ii) Refere-se, majoritariamente, a contas a receber de cartão de crédito decorrente de prestação de serviços médico-hospitalares.
- (iii) Valores a receber decorrentes da venda da São Francisco Resgate Ltda.
- (iv) Valores a receber decorrentes da venda do Hospital e Maternidade Maringá S.A.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

15 Investimentos (Controladora)

a. Composição

	31/12/2025			31/12/2024	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	Percentual de participação	
JHapvida Assistência Médica S.A.	10.486.467	745.100	100%	100%	Investimento em 31/12/2025
Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (NDI Saúde) (i)	15.767.279	963.460	100%	100%	Investimento em 31/12/2024
Life Place Hapvida Ltda.	605	557	100%	100%	
Total					59.771.409

- (i) Além do saldo referente à participação societária detida na controlada, o montante inclui ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e mais-valias atribuídas a ativos identificáveis, tais como marca, carteira de clientes e ativos do imobilizado, reconhecidos em decorrência das operações de combinação de negócios realizadas com o Grupo NotreDame Intermédica.

b. Movimentação

	Hapvida Assistência Médica S.A.	Notre Dame Intermédica Participações S.A.	BCBF Participações S.A.	NDI Saúde S.A.	Life Place Hapvida Ltda.	Total
Saldo em 01/01/2024	10.197.540	44.668.756	2.033.792	-	5	56.900.093
Amortização de mais valia de ativos	1.860	(580.444)	-	310.216	-	(268.368)
Equivalência patrimonial	145.453	490.472	37.189	(230.359)	(56)	442.699
Dividendos e JCP	(20)	-	-	(235.686)	-	(235.706)
Aumento de capital	-	505.700	-	-	-	505.700
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	494.400	-	2.000.000	100	2.494.500
Incorporação	(27.032)	(45.591.397)	(2.060.043)	47.678.472	-	-
Efeito de diluição na participação em controladas	50	12.513	(10.938)	310	-	1.935
Outros resultados abrangentes	(168.481)	-	-	-	-	(168.481)
Outras movimentações patrimoniais	-	-	-	156	-	156
Saldo em 31/12/2024	10.149.370	-	-	49.523.109	49	59.672.528
Amortização de mais valia de ativos	-	-	-	(266.074)	-	(266.074)
Equivalência patrimonial	832.219	-	-	638.306	557	1.471.082
Dividendos e JCP (ii)	(575.000)	-	-	(609.434)	-	(1.184.434)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	100	100
Efeito de diluição na participação em controladas	-	-	-	4	-	4
Outros resultados abrangentes	79.878	-	-	-	-	79.878
Outras movimentações patrimoniais	-	-	-	(1.675)	-	(1.675)
Saldo em 31/12/2025	10.486.467	-	-	49.284.236	706	59.771.409

- (ii) Os dividendos recebidos de controladas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, são classificados no fluxo de caixa das atividades de investimento, conforme permitido pelo CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

16 Imobilizado

A composição do ativo imobilizado é conforme a seguir apresentada:

	Taxa média anual de depreciação	Consolidado			
		Custo	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido 31/12/2025	Líquido 31/12/2024
Direito de uso	9,94%	3.107.734	(1.171.225)	1.936.509	3.182.839
Terrenos	-	420.972	-	420.972	439.502
Imóveis	3,83%	1.593.295	(399.620)	1.193.675	1.181.380
Veículos	18,79%	26.273	(22.434)	3.839	5.203
Equipamento de informática	19,59%	537.319	(392.278)	145.041	119.656
Máquinas e equipamentos	11,65%	2.004.815	(1.188.510)	816.305	775.724
Móveis e utensílios	11,77%	456.304	(253.523)	202.781	182.175
Instalações	4,30%	1.795.023	(556.626)	1.238.397	1.134.442
Imobilizado em andamento	-	524.167	-	524.167	367.871
Total		10.465.902	(3.984.216)	6.481.686	7.388.792

A seguir, é demonstrada a movimentação do imobilizado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Consolidado							
	31/12/2024	Adições (f)	Baixas	Depreciação/ Amortização	Transferências	Remensuração (e)	Reclassificação	Destinados à venda (d)
Direito de uso	3.182.839	271.028	(37.937)	(275.761)	-	(1.203.001)	-	(659)
Terrenos	439.502	-	(13.195)	-	(1.880)	-	3.420	(6.875)
Imóveis	1.181.380	-	(9.929)	(58.352)	80.629	-	-	(53)
Veículos	5.203	21	(5)	(1.752)	372	-	-	-
Equipamento de informática	119.656	13.513	(229)	(43.452)	56.473	-	-	(920)
Máquinas e equipamentos (a)	775.724	154.353	(755)	(165.746)	58.512	-	-	(5.783)
Móveis e utensílios	182.175	50.099	(341)	(37.323)	9.196	-	-	(1.025)
Instalações (c)	1.134.442	359	(241)	(60.043)	163.880	-	-	-
Imobilizado em andamento (b)	367.871	683.082	-	-	(367.182)	-	-	(159.604)
Total	7.388.792	1.172.455	(62.632)	(642.429)	-	(1.203.001)	3.420	(174.919)

	Consolidado						
	31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação/ Amortização	Transferências	Remensuração (e)	31/12/2024
Direito de uso	2.830.204	374.356	(40.830)	(263.017)	-	282.126	3.182.839
Terrenos	459.862	2.079	4.189	-	(26.628)	-	439.502
Imóveis	1.096.603	5.419	4.983	(56.107)	130.482	-	1.181.380
Veículos	5.164	2.400	-	(2.705)	344	-	5.203
Equipamento de informática	150.905	14.232	(30)	(66.837)	21.386	-	119.656
Máquinas e equipamentos (a)	807.849	111.963	(2.041)	(149.387)	7.340	-	775.724
Móveis e utensílios	187.595	14.758	(136)	(33.608)	13.566	-	182.175
Instalações (c)	1.021.345	5.300	(6.701)	(51.697)	166.195	-	1.134.442
Imobilizado em andamento (b)	323.031	357.326	199	-	(312.685)	-	367.871
Total	6.882.558	887.833	(40.367)	(623.358)	-	282.126	7.388.792

- (a) Saldo refere-se a equipamentos cirúrgicos, equipamentos de comunicação, máquinas e acessórios não hospitalares, aparelhos de refrigeração e ventilados.
- (b) Os saldos de imobilizado em andamento referem-se, substancialmente, a investimentos realizados em hospitais e clínicas para melhorar e expandir as instalações físicas.
- (c) Compreende, predominantemente, a benfeitorias em imóveis, instalações de equipamentos e instalações de equipamentos de informática.
- (d) A Companhia e suas controladas adquiriram imóveis com o intuito de revenda para um fundo de investimentos a ser responsável pelo financiamento da construção do novo Hospital Ibirapuera, localizado em São Paulo/SP. A aquisição e a venda têm como objetivo a operacionalização da transação de locação de imóvel com construção ajustada (*Build to Suit*)

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

ou BTS), conforme detalhamento na Nota explicativa nº 38. Adicionalmente, em 30 de abril de 2025, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. celebrou contrato de venda de sua subsidiária Hospital e Maternidade Maringá S.A. (Hospital Maringá), com a Associação Beneficente Bom Samaritano, portanto, os saldos da subsidiária estão apresentados segregadamente.

- (e) A Companhia revisou o julgamento aplicado às opções de prorrogação dos contratos de arrendamento, não mais considerando renovações automáticas e passando a contemplar somente os períodos para os quais existe razoável certeza de exercício. A decisão da administração baseia-se em uma análise integrada de fatores estratégicos, econômicos e operacionais, incluindo crescimento regional, custo de reposição de ativos, *cap rate*, alternativas imobiliárias e cenário macroeconômico. Como consequência, os prazos considerados nos contratos foram reduzidos, resultando na diminuição do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, refletindo de forma mais fiel a substância econômica dos contratos.
- (f) A controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. adquiriu anteriormente imóveis com o intuito de revenda para um fundo de investimentos a ser responsável pelo financiamento da construção do novo Hospital Ibirapuera, localizado em São Paulo/SP. A aquisição e a venda tinham como objetivo a operacionalização da transação de locação de imóvel com construção ajustada (*Build to Suit* ou BTS).

Em dezembro de 2025, a controlada celebrou instrumento particular de contrato de locação com construção ajustada com o Fundo de Investimento Pátria Health TR Ibirapuera, passando, nessa data, a deter participação direta no Fundo, como contrapartida à cessão do imóvel ao veículo de investimento.

Com base nos critérios estabelecidos no CPC 47 (IFRS 15) e no CPC 06 (IFRS 16), a Administração concluiu que a transferência do controle do imóvel não se caracterizou como uma venda, nos termos das referidas normas. Dessa forma, a transação foi classificada e contabilizada como um financiamento garantido ("failed sale"), permanecendo o ativo reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, na linha de Imobilizado em andamento, com o reconhecimento do correspondente passivo financeiro. Ademais, a partir de dezembro de 2025, o Fundo passou a ser consolidado nas demonstrações financeiras do Grupo.

17 Intangível

A composição do ativo intangível é conforme a seguir apresentada:

	Taxa média anual de amortização	Consolidado			
		Custo	Amortização acumulada	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido
Carteira de clientes (c)	18,37%	5.246.377	(4.433.822)	812.555	1.417.008
Softwares	20,60%	1.383.766	(642.689)	741.077	611.057
Marcas e patentes	3,62%	2.797.435	(782.680)	2.014.755	2.143.094
Non-compete	22,64%	37.923	(37.794)	129	573
Ágio	-	45.161.925	-	45.161.925	45.219.400
Outros (a)	21,20%	82.444	(11.975)	70.469	87.611
Total		54.709.870	(5.908.960)	48.800.910	49.478.743

A seguir, é demonstrada a movimentação do intangível, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Consolidado							
	31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização (b)	Transferências	Empresa destinada à venda	Reclassificação	31/12/2025
Carteira de clientes (c)	1.417.008	-	-	(606.410)	-	-	1.957	812.555
Software	611.057	250	-	(185.640)	315.440	(30)	-	741.077
Marcas e patentes	2.143.094	-	-	(126.754)	(1.585)	-	-	2.014.755
Non-compete	573	-	-	(444)	-	-	-	129
Ágio	45.219.400	-	(50.117)	-	-	-	(7.358)	45.161.925
Outros (a)	87.611	297.265	-	(552)	(313.855)	-	-	70.469
Total	49.478.743	297.515	(50.117)	(919.800)	-	(30)	(5.401)	48.800.910

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Consolidado						
	31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização (b)	Transferências	31/12/2024
Carteira de clientes (c)	2.195.982	-	-	(778.974)	-	1.417.008
Software	378.636	7.394	(4.281)	(140.655)	369.963	611.057
Marcas e patentes	2.311.648	-	(1.720)	(166.834)	-	2.143.094
Non-competes	6.918	-	-	(6.345)	-	573
Ágio	45.219.461	-	(61)	-	-	45.219.400
Outros (a)	172.682	285.443	-	(551)	(369.963)	87.611
Total	50.285.327	292.837	(6.062)	(1.093.359)	-	49.478.743

(a) Saldos referem-se, majoritariamente, a softwares em desenvolvimento.

(b) Com a adoção da IFRS 17 (CPC 50), parte da amortização do resultado foi alocada à rubrica de despesa de seguros.

(c) A seguir é demonstrada a abertura das carteiras de clientes:

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Composição da carteira de clientes	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido em 31/12/2025	Saldo líquido em 31/12/2024
Promed Assistência	134.646	(134.646)	-	-
Promed Brasil	6.682	(6.682)	-	-
Promed Saúde	22.707	(22.707)	-	-
Sf Documenta	16.874	(16.874)	-	-
RN Metropolitan	32.354	(32.354)	-	-
Premium	19.937	(19.937)	-	-
Gram Jardim America Saúde	7.539	(7.539)	-	-
Gram América	4.770	(4.770)	-	-
Gram Promed	6.445	(6.445)	-	-
Sf Operadora	2.379.572	(2.379.572)	-	301.636
Sf Odonto	98.068	(98.068)	-	-
Sf Gsfrp Sfss	9.009	(9.009)	-	716
Sf Gsfrp Sfo	20.765	(20.765)	-	-
Gmed Medical	60.509	(60.509)	-	2.327
Gsj Operadora	51.789	(51.789)	-	-
Gndi Ndi Part	826.839	(654.949)	171.890	338.201
Uniplan	10.148	(10.148)	-	-
Freelife	7.602	(7.602)	-	-
Sta Casa Pirassununga	1.674	(1.674)	-	68
Tres Lagoas	552	(552)	-	36
Santa Casa Barretos	3.600	(3.600)	-	261
Fwbp	4.000	(3.836)	164	558
Irm Sta Casa Mis Leme	2.900	(2.662)	238	524
Medporto Assist Medica Ltda	400	(367)	33	72
Amhpla	24.434	(20.816)	3.618	6.030
Assoc Form Cana Piracicaba	4.119	(3.509)	610	1.017
Irm Sta Casa Mis Sjrjo Preto	15.301	(10.632)	4.669	6.184
Prosaude De Araras	5.652	(3.579)	2.073	2.638
Bucal Help	901	(901)	-	70
Opsfelder Help Odonto	36	(36)	-	4
Benefit	848	(700)	148	233
Oral Brasil Planos	1.050	(799)	251	355
Apo	8.000	(5.467)	2.533	3.333
Soesp	8.533	(5.999)	2.534	3.379
Dental Norte	1.367	(921)	446	580
Cojun	125	(79)	46	59
MEDES	1.800	(1.800)	-	-
AMICO	3.100	(3.100)	-	-
CLIMEP	180	(180)	-	-
SOMED	700	(700)	-	-
CRAM	1.800	(1.800)	-	-
BENEMED	9.584	(9.584)	-	-
Plamheg	23.000	(23.000)	-	4.624
Samedh	18.691	(18.068)	623	4.361
Grupo HB	40.119	(8.614)	31.505	35.771
HRF	3.617	(2.713)	904	1.356
Grupo Notre Dame	-	-	-	2.233
Grupo Santamália	18.923	(18.923)	-	-
Hospital Family	17.358	(17.358)	-	-
Unimed ABC	21.892	(18.693)	3.199	4.852
Grupo Cruzeiro do Sul	18.684	(12.805)	5.879	6.859
Grupo SAMED	30.313	(29.661)	653	7.064
Grupo Green Line	154.271	(90.438)	63.833	72.523
Grupo Mediplan	59.122	(39.075)	20.047	25.642
Belo Dente	46.462	(31.819)	14.644	17.903
Grupo São José	6.378	(5.232)	1.146	1.539
Grupo São Lucas	111.005	(64.789)	46.216	57.014
Grupo Clinipam	164.385	(141.581)	22.804	42.175
Ecole	15.031	(13.780)	1.251	3.222
Grupo Santa Mônica	6.554	(6.554)	-	-
Lifeday	25.491	(21.674)	3.817	7.981
Climepe	41.833	(23.212)	18.621	21.284
Bio Saúde	31.618	(28.574)	3.044	8.499
Grupo Medisanitas	223.671	(67.406)	156.265	170.456
Grupo Serpram	41.093	(18.688)	22.405	24.949
Grupo CCG	301.797	(97.582)	204.215	228.420
Outros	8.157	(5.926)	2.231	-
Total	5.246.377	(4.433.822)	812.555	1.417.008

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Ágio

Os saldos de ágio (ativo intangível com vida útil indefinida) foram submetidos a teste de recuperabilidade no último exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia e suas controladas realizam o teste de recuperabilidade anualmente.

A Companhia e suas controladas elaboraram o teste de *impairment* considerando o histórico de combinações de negócios, compostas na tabela a seguir:

Composição do ágio	31/12/2025
Grupo NDI	31.818.537
Grupo São Francisco	1.679.040
Grupo Promed	1.756.282
Grupo América	305.399
Medical	194.406
São José	236.656
Premium	262.413
Madrecor	68.043
Octaviano Neves	109.158
Luis França	16.064
RN Metropolitan	32.723
São Lucas	39.058
Cariri	6.603
Cetro	23.682
Parauapebas	11.117
Sagratcor	15.022
Viventi	19.234
Grupo HB	505.450
Grupo Notre Dame	480.134
Grupo Santamália	125.406
Hospital Family	79.031
Unimed ABC	71.475
SAMCI/IBRAGE	24.053
Hospital São Bernardo	153.509
Grupo Nova Vida	151.673
Grupo Cruzeiro do Sul	60.578
Grupo SAMED	196.732
Grupo Green Line	832.941
Grupo Mediplan	230.334
Hospital Jacarepaguá	48.118
Belo Dente	23.916
Grupo Ghelfond	163.187
Grupo São José	94.264
Grupo São Lucas	218.093
Grupo Clinipam	2.313.676
Ecole	39.633
LabClin	4.464
Hospital Coração Balneário Camboriú	37.945
Grupo Santa Mônica	130.829
Hospital e Maternidade Santa Brígida	22.882
Lifeday	114.405
Lifecenter	211.719
Climepe	91.023
Bio Saúde	70.236
Hospital do Coração de Londrina	197.179
Grupo NDI MG	855.856
Grupo Serpram	112.354
Casa de Saúde Maternidade Santa Martha	129.861
Grupo CCG	700.591
Hospital do Coração Duque de Caxias	55.818
Outros	21.123
Total	45.161.925

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Sendo assim, a Companhia e suas controladas utilizaram como base as seguintes premissas, período projetivo e total dos ativos intangíveis em uso no último teste de *impairment* anual realizado, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

UGC Consolidada

Taxa de desconto (nominal)	14,5% a.a.
Taxa de crescimento na perpetuidade (nominal)	5,9% a.a.
Período projetivo antes da perpetuidade	11 anos
Valor contábil da Unidade Geradora de Caixa	R\$ 48.248.551
Valor total de intangíveis em uso	R\$ 48.800.910
Valor em uso	R\$ 55.600.000

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas apresentaram uma análise de sensibilidade das premissas-chave utilizadas no cálculo de recuperabilidade da UGC, na data-base de 31 de dezembro de 2025, conforme nota explicativa nº 34.(iii).(a).

De acordo com a análise de recuperabilidade, elaborada por consultor independente contratado pela Companhia e suas controladas para subsidiar a conclusão da Administração, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, verificou-se que o valor em uso da UGC superava o seu valor contábil, não havendo, portanto, indícios de perda por redução ao valor recuperável.

18 Contratos de seguros (Consolidado)

A seguir são apresentados os quadros de conciliação dos contratos mensurados pelo Modelo Geral de Mensuração (BBA) e pelo modelo simplificado (PAA), bem como as aberturas por componentes e da mensuração da Margem Contratual de seguros (CSM).

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

a. Conciliação dos saldos para contratos mensurados pelo Modelo Geral de Mensuração (BBA)

Individual – Saúde e Odontológico

	31/12/2025				31/12/2024			
	Ativos/Passivos para cobertura remanescente (LRC/PCR)		Passivo para sinistros ocorridos (LIC/PSI)		Ativos/Passivos para cobertura remanescente (LRC/PCR)		Passivo para sinistros ocorridos (LIC/PSI)	
	Excluindo o componente de perda	Componente de perda		Total	Excluindo o componente de perda	Componente de perda		Total
Ativos de contrato de seguro no início do exercício	41.770	(38)	(941)	40.791	123.878	(37)	(541)	123.300
Passivos de contrato de seguro no início do exercício	(156.639)	(64.863)	(431.458)	(652.960)	640.210	(4.452)	(713.699)	(77.941)
Saldo líquido ativos (passivos) no início do exercício (A)	(114.869)	(64.901)	(432.399)	(612.169)	764.088	(4.489)	(714.240)	45.359
Receita de seguro (B)	6.838.116	-	-	6.838.116	5.950.383	-	-	5.950.383
Contratos mensurados pela abordagem de valor justo	2.658.916	-	-	2.658.916	2.575.287	-	-	2.575.287
Outros contratos	4.179.200	-	-	4.179.200	3.375.096	-	-	3.375.096
Despesas de serviço de seguro (C)	(178.275)	23.235	(6.674.022)	(6.829.062)	(183.210)	(60.119)	(5.202.737)	(5.446.066)
Sinistros incorridos e outras despesas	-	-	(5.199.470)	(5.199.470)	-	-	(5.223.061)	(5.223.061)
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	(178.275)	-	-	(178.275)	(183.210)	-	-	(183.210)
(Perdas) em contratos onerosos e reversões dessas perdas	-	23.235	-	23.235	-	(60.119)	-	(60.119)
Mudanças nas responsabilidades por sinistros incorridos	-	-	(1.474.552)	(1.474.552)	-	-	20.324	20.324
Resultado do serviço de seguro (D) = (B) + (C)	6.659.841	23.235	(6.674.022)	9.054	5.767.173	(60.119)	(5.202.737)	504.317
Despesas financeiras de seguros (E)	(70.181)	(1.745)	(60.324)	(132.250)	130.876	(293)	(54.616)	75.967
Fluxos de Caixa (F)	(7.361.996)	-	6.461.505	(900.491)	(6.777.006)	-	5.539.194	(1.237.812)
Prêmios recebidos	(7.623.158)	-	-	(7.623.158)	(6.990.479)	-	-	(6.990.479)
Sinistros e outras despesas pagas (i)	-	-	6.461.505	6.461.505	-	-	5.539.194	5.539.194
Fluxos de caixa de aquisição de seguro	261.162	-	-	261.162	213.473	-	-	213.473
Saldo final líquido ativos (passivos) no final do período/exercício (A) + (D) + (E) + (F)	(887.205)	(43.411)	(705.240)	(1.635.856)	(114.869)	(64.901)	(432.399)	(612.169)
Ativos de contrato de seguro no final do exercício	58.045	(42)	(1.197)	56.806	41.770	(38)	(941)	40.791
Passivos de contrato de seguro no final do exercício	(945.250)	(43.369)	(704.043)	(1.692.662)	(156.639)	(64.863)	(431.458)	(652.960)

- (i) Considerando o modelo verticalizado da Companhia e suas controladas, nesta linha estão incluídos também os custos de utilização da rede própria pagos durante a prestação do serviço de atendimento aos beneficiários.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

b. Conciliação dos saldos para contratos mensurados pelo modelo simplificado (PAA)

Coletivo – Saúde e Odontológico

	31/12/2025				31/12/2024			
	Ativos/Passivos para cobertura remanescente (LRC/PCR)	Passivo para sinistros ocorridos (LIC/PSI)			Ativos/Passivos para cobertura remanescente (LRC/PCR)	Passivo para sinistros ocorridos (LIC/PSI)		
	Excluindo o componente de perda	Fluxo de caixa do sinistro ocorrido	Ajuste ao risco	Total	Excluindo o componente de perda	Fluxo de caixa do sinistro ocorrido	Ajuste ao risco	Total
Ativos de contrato de seguro no início do exercício	29.021	(6.574)	(165)	22.282	36.334	(5.833)	(108)	30.393
Passivos de contrato de seguro no início do exercício	1.554.613	(2.181.771)	(53.761)	(680.919)	1.990.404	(3.523.632)	(64.126)	(1.597.354)
Saldo líquido ativos (passivos) no início do exercício (A)	1.583.634	(2.188.345)	(53.926)	(658.637)	2.026.738	(3.529.465)	(64.234)	(1.566.961)
Receita de seguro (B)	24.043.736	-	-	24.043.736	22.236.801	-	-	22.236.801
Outros contratos	24.043.736	-	-	24.043.736	22.236.801	-	-	22.236.801
Despesas de serviço de seguro (C)	(1.000.964)	(19.231.239)	8.987	(20.223.216)	(1.051.726)	(17.810.278)	16.375	(18.845.629)
Sinistros incorridos e outras despesas	-	(19.131.281)	(29.263)	(19.160.544)	-	(17.567.017)	(37.180)	(17.604.197)
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	(1.000.964)	-	-	(1.000.964)	(1.051.726)	-	-	(1.051.726)
Mudanças nas responsabilidades por sinistros incorridos	-	(99.958)	38.250	(61.708)	-	(243.261)	53.555	(189.706)
Resultado do serviço de seguro (D) = (B) + (C)	23.042.772	(19.231.239)	8.987	3.820.520	21.185.075	(17.810.278)	16.375	3.391.172
Despesas financeiras de seguros (E)	-	(334.190)	(8.264)	(342.454)	(8)	(326.854)	(6.067)	(332.929)
Fluxos de Caixa (F)	(22.275.953)	19.240.946	-	(3.035.007)	(21.628.171)	19.478.252	-	(2.149.919)
Prêmios recebidos	(23.265.293)	-	-	(23.265.293)	(22.691.320)	-	-	(22.691.320)
Sinistros e outras despesas pagas (i)	-	19.240.946	-	19.240.946	-	19.478.252	-	19.478.252
Fluxos de caixa de aquisição de seguro	989.340	-	-	989.340	1.063.149	-	-	1.063.149
Saldo final líquido ativos (passivos) no final do período/exercício (A) + (D) + (E) + (F)	2.350.453	(2.512.828)	(53.203)	(215.576)	1.583.634	(2.188.345)	(53.926)	(658.637)
Ativos de contrato de seguro no final do exercício	54.178	(18.741)	(472)	34.965	29.021	(6.574)	(165)	22.282
Passivos de contrato de seguro no final do exercício	2.296.275	(2.494.087)	(52.731)	(250.541)	1.554.613	(2.181.771)	(53.761)	(680.919)

(i) Considerando o modelo verticalizado da Companhia e suas controladas, nesta linha estão incluídos também os custos de utilização da rede própria pagos durante a prestação do serviço de atendimento aos beneficiários.

Para os contratos mensurados pelo PAA, não houve componente de perda para a cobertura remanescente (LRC/PCR) no período.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025***c. Movimentos por componentes para os contratos de seguro mensurados pelo Modelo Geral de Mensuração (BBA)**

	31/12/2025				31/12/2024			
	Estimativa do VP dos Fluxos de Caixa	Ajuste ao Risco	Margem de Serviço Contratual	Total	Estimativa do VP dos Fluxos de Caixa	Ajuste ao Risco	Margem de Serviço Contratual	Total
Saldo líquido ativos (passivos) no início do exercício (A)	5.400.914	(299.164)	(5.713.919)	(612.169)	5.483.345	(422.904)	(5.015.082)	45.359
Mudanças relativas ao serviço corrente (B)	(319.745)	40.117	1.730.192	1.450.564	(477.504)	48.422	1.492.379	1.063.297
CSM reconhecida como serviço prestado	-	-	1.730.192	1.730.192	-	-	1.492.379	1.492.379
Ajuste ao risco reconhecido como risco expirado	-	40.117	-	40.117	-	48.422	-	48.422
Ajustes de Experiência	(319.745)	-	-	(319.745)	(477.504)	-	-	(477.504)
Mudanças relativas ao serviço futuro (C)	2.057.550	(61.997)	(1.982.405)	13.148	1.572.101	9.444	(1.644.077)	(62.532)
Contratos reconhecidos inicialmente no exercício	889.182	(33.017)	(856.165)	-	1.007.532	(57.475)	(950.119)	(62)
Mudanças em estimativas que afetam a CSM	1.154.970	(28.730)	(1.126.240)	-	614.260	71.101	(685.361)	-
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões dessas perdas	13.398	(250)	-	13.148	(49.691)	(4.182)	(8.597)	(62.470)
Mudanças relativas ao serviço passado (D)	(1.475.245)	20.587	-	(1.454.658)	(530.753)	34.305	-	(496.448)
Ajustes no passivo de Eventos ocorridos	(1.475.245)	20.587	-	(1.454.658)	(530.753)	34.305	-	(496.448)
Resultado de Seguros (E) = (B) + (C) + (D)	262.560	(1.294)	(252.212)	9.054	563.844	92.171	(151.698)	504.317
Despesa Financeira de Seguros (F)	622.318	(69.939)	(684.629)	(132.250)	591.537	31.569	(547.139)	75.967
Fluxos de Caixa (G)	(900.491)	-	-	(900.491)	(1.237.812)	-	-	(1.237.812)
Contraprestação Recebida	(7.623.158)	-	-	(7.623.158)	(6.990.479)	-	-	(6.990.479)
Eventos e despesas pagas	6.461.505	-	-	6.461.505	5.539.194	-	-	5.539.194
Custos de aquisição	261.162	-	-	261.162	213.473	-	-	213.473
Saldo final líquido ativos (passivos) no final do exercício (A) + (E) + (F) + (G)	5.385.301	(370.396)	(6.650.761)	(1.635.856)	5.400.914	(299.164)	(5.713.919)	(612.169)

Hapvida Participações e Investimentos S.A.*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025***d. Impactos no exercício das abordagens de transição adotadas para estabelecer CSM**

	31/12/2025			31/12/2024		
	Abordagem a valor justo	Outros contratos	Total	Abordagem a valor justo	Outros contratos	Total
Margem de contratos de seguros no início do exercício (A)	3.100.326	2.613.593	5.713.919	2.353.642	2.661.440	5.015.082
Mudanças relacionadas aos serviços correntes (B)	(855.848)	(874.344)	(1.730.192)	(770.720)	(721.659)	(1.492.379)
Margem de serviço contratual reconhecida por serviços prestados	(855.848)	(874.344)	(1.730.192)	(770.720)	(721.659)	(1.492.379)
Mudanças que se relacionam com serviços futuros (C)	655.910	1.326.494	1.982.404	1.281.596	362.481	1.644.077
Contratos inicialmente reconhecidos no exercício	-	856.164	856.164	-	950.119	950.119
Mudanças nas estimativas que ajustam a margem do serviço contratual	655.910	470.330	1.126.240	1.281.596	(587.638)	693.958
Resultado do serviço de seguro (D) = (B) + (C)	(199.938)	452.150	252.212	510.876	(359.178)	151.698
Despesas financeiras de seguros (E)	323.139	361.491	684.629	235.808	311.331	547.139
Margem de serviço contratual no final do exercício (A) + (D) + (E)	3.223.527	3.427.234	6.650.761	3.100.326	2.613.593	5.713.919

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

e. Componentes de novos negócios

	31/12/2025					31/12/2024				
	Contratos Emitidos		Contratos Adquiridos			Contratos Emitidos		Contratos Adquiridos		
	Não onerosos	Onerosos	Não onerosos	Onerosos	Total	Não onerosos	Onerosos	Não onerosos	Onerosos	Total
Ativo/passivo de contratos de seguros										
Estimativa do VP das saídas de fluxos de caixa futuros, excluindo custos de aquisição	(2.362.674)	-	-	-	(2.362.674)	(3.253.957)	(91)	-	-	(3.254.048)
Estimativa das entradas de fluxos de caixa de custos de aquisição	(48.613)	-	-	-	(48.613)	(60.347)	(222)	-	-	(60.569)
Estimativas das futuras saídas de fluxos de caixa a valor presente	(2.411.287)	-	-	-	(2.411.287)	(3.314.304)	(313)	-	-	(3.314.617)
Estimativa do VP das entradas de fluxos de caixa futuros	3.300.468	-	-	-	3.300.468	4.321.896	252	-	-	4.322.148
Ajuste de Risco	(33.017)	-	-	-	(33.017)	(57.473)	(1)	-	-	(57.474)
CSM	(856.164)	-	-	-	(856.164)	(950.119)	-	-	-	(950.119)
Valor total incluído no ativo/passivo de contratos de seguros para o exercício	-	-	-	-	-	-	(62)	-	-	(62)

f. Realização da Margem Contratual de Seguros (CSM)

Contratos de seguros emitidos	31/12/2025					
	De 0 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	Acima de 20 anos	Total
Individual – BBA	4.331.747	1.604.732	485.030	154.631	74.620	6.650.761
Total	4.331.747	1.604.732	485.030	154.631	74.620	6.650.761

Contratos de seguros emitidos	31/12/2024					
	De 0 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	Acima de 20 anos	Total
Individual – BBA	3.709.278	1.406.564	421.072	127.031	49.975	5.713.919
Total	3.709.278	1.406.564	421.072	127.031	49.975	5.713.919

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

19 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Composição

Tipo	Vencimento	Taxa de juros	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro	Até Ago/27	CDI + 1,37% a.a.	-	-	256.916	289.035
Nota comercial – 1ª emissão - Santa Martha	Jun/34	Prefixado em 1% a.a.	335.003	331.685	-	-
Nota comercial – 2ª emissão - Santa Martha	Set/34	Prefixado em 1% a.a.	384.664	380.856	-	-
Nota comercial – 3ª emissão - H.B. Saúde C.D.	Set/34	Prefixado em 1% a.a.	1.022.140	1.012.020	-	-
Nota comercial – 4ª emissão - Santa Martha	Set/35	Prefixado em 1% a.a.	977.169	-	-	-
			2.718.976	1.724.561	256.916	289.035
Debêntures 1ª emissão – Hapvida Participações	Até Jul/26	109% a 110,55% CDI	126.577	248.112	126.577	248.112
Debêntures 2ª emissão – Hapvida Participações (iv)	Até Abr/29	CDI + 1,65% a.a.	-	2.544.930	-	2.544.930
Debêntures 3ª emissão – Hapvida Participações (iv)	Mai/29	CDI + 1,60% a.a.	-	2.026.513	-	2.026.513
Debêntures 5ª emissão – Hapvida Participações	Jan/30	CDI + 1,75% a.a.	997.386	996.210	997.386	996.210
Debêntures 6ª emissão privada – Hapvida Participações	Jan/30	Prefixado	510.070	505.020	-	-
Debêntures 7ª emissão – Hapvida Participações	Mai/31	CDI + 1,60% a.a.	1.017.080	1.010.963	1.017.080	1.010.963
Debêntures 8ª emissão – Hapvida Participações	Até Out/32	CDI + 1,10% a 1,20% a.a.	2.055.821	2.034.338	2.055.821	2.034.338
Debêntures 9ª emissão – Hapvida Participações	Mai/32	CDI + 1,05% a.a.	1.521.506	-	1.521.506	-
Debêntures 10ª emissão – Hapvida Participações	Out/33	CDI + 1,05% a.a.	3.749.019	-	3.749.019	-
Debêntures 4ª emissão - Hapvida Participações (ii)	Set/25	CDI + 2,65% a.a.	-	50.453	-	50.453
Debêntures 5ª emissão - Hapvida Participações (ii)	Nov/25	CDI + 2,65% a.a.	-	148.453	-	148.453
Debêntures 6ª emissão - Hapvida Participações (ii)	Out/27	CDI + 1,45% a.a.	827.231	1.231.227	827.231	1.231.227
			10.804.690	10.796.219	10.294.620	10.291.199
CRI – Hapvida Assistência Médica (i)	Dez/31	IPCA + 5,7505%	-	-	1.197.324	1.142.486
CRI – NDI Saúde – 1ª série (iii)	Dez/27	CDI + 0,75% a.a.	-	-	540.238	536.645
CRI – NDI Saúde – 2ª série (iii)	Dez/29	IPCA + 7,0913 a.a.	-	-	410.915	392.073
CRI – NDI Saúde – 3ª série (iii)	Dez/34	IPCA + 7,2792 a.a.	-	-	108.075	103.253
			-	-	2.256.552	2.174.457
Outros passivos financeiros (v)	-	-	-	-	60.132	-
			-	-	60.132	-
Total			13.523.666	12.520.780	12.868.220	12.754.691
Circulante			775.123	900.670	847.169	950.843
Não circulante			12.748.543	11.620.110	12.021.051	11.803.848

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

- (i) Transação com instrumento de *hedge* contratado, visando *swap* da taxa IPCA + 5,7505% para a taxa de 107,50% do CDI. Com a incorporação da Ultra Som Serviços Médicos S.A. na Hapvida Assistência Médica S.A. em 1º de dezembro de 2023, esta assumiu a dívida anteriormente detida pela Ultra Som Serviços Médicos S.A.
- (ii) Debêntures migradas da antiga controlada BCBF Participações S.A. à Companhia, passando a Companhia a figurar como emissora das respectivas debêntures, para todos os fins e efeitos. A migração está inserida no contexto de simplificação do perfil de endividamento da Companhia.
- (iii) Em 28 de março de 2024, a controlada BCBF Participações S.A. (BCBF) foi incorporada pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A., passando essa a deter o Certificado de Recebíveis Imobiliários – “CRI” anteriormente emitido pela BCBF.
- (iv) Em maio de 2025, a Companhia efetuou a liquidação antecipada da 1ª série de sua 2ª emissão de debêntures, no montante principal de R\$ 1.250.000. A quitação foi integralmente realizada com os recursos advindos da 9ª emissão de debêntures. Essa operação está em linha com a estratégia da Companhia de otimização de sua estrutura de capital e alongamento do perfil de endividamento.
- (v) Em dezembro de 2025, a controlada indireta da Companhia, Lifecenter Sistema de Saúde S.A., alienou sua participação remanescente no imóvel em que opera pelo montante de R\$ 40.000, com o arrendamento simultâneo do referido ativo por um período de 7 anos e 6 meses. O contrato estabelece uma cláusula de opção de recompra, exercível pela controlada ao final do prazo contratual. De acordo com os critérios do CPC 47 (IFRS 15) e CPC 06 (IFRS 16), a Administração avaliou que a transferência do controle do imóvel não foi satisfatória para a caracterização de uma venda, uma vez que a opção de recompra indica a manutenção do controle substantivo sobre os benefícios econômicos do ativo pelo vendedor-arrendatário. Dessa forma, a operação é contabilizada como um financiamento garantido (venda falha).

Ainda, em dezembro de 2025, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. celebrou instrumento particular de contrato de locação com construção ajustada com o Fundo de Investimento Pátria Health TR Ibirapuera, passando, nessa data, a deter participação direta no Fundo, como contrapartida à cessão do imóvel ao veículo de investimento. Com base nos critérios estabelecidos no CPC 47 (IFRS 15) e no CPC 06 (IFRS 16), a Administração concluiu que a transferência do controle do imóvel não se caracterizou como uma venda, nos termos das referidas normas. Dessa forma, a transação foi classificada e contabilizada como um financiamento garantido (“*failed sale*”),

b. Movimentação

	Controladora			Consolidado				
	Debêntures	Nota Comercial	Total	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	Outros Passivos Financeiros	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	9.410.414	-	9.410.414	247.728	9.191.640	2.087.046	-	11.526.414
Captação	3.000.000	1.720.000	4.720.000	260.000	3.000.000	-	-	3.260.000
Apropriação dos custos de emissão	10.610	-	10.610	-	11.275	8.147	-	19.422
Juros incorridos	1.060.667	4.561	1.065.228	15.556	1.074.720	240.718	-	1.330.994
Pagamento de principal	(1.534.964)	-	(1.534.964)	(260.000)	(1.801.631)	-	-	(2.061.631)
Pagamento de juros e variação cambial	(1.134.101)	-	(1.134.101)	(39.635)	(1.168.398)	(161.454)	-	(1.369.487)
Variação cambial	-	-	-	65.386	-	-	-	65.386
Custos de emissão	(16.407)	-	(16.407)	-	(16.407)	-	-	(16.407)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.796.219	1.724.561	12.520.780	289.035	10.291.199	2.174.457	-	12.754.691
Captação	5.150.000	975.000	6.125.000	-	5.150.000	-	60.132	5.210.132
Apropriação dos custos de emissão	19.338	-	19.338	-	19.338	7.955	-	27.293
Juros incorridos	1.615.800	19.415	1.635.215	12.592	1.610.750	257.137	-	1.880.479
Pagamento de principal	(5.214.222)	-	(5.214.222)	-	(5.214.222)	-	-	(5.214.222)
Pagamento de juros e variação cambial	(1.542.710)	-	(1.542.710)	(13.130)	(1.542.710)	(182.997)	-	(1.738.837)
Variação cambial	-	-	-	(31.581)	-	-	-	(31.581)
Custos de emissão	(19.735)	-	(19.735)	-	(19.735)	-	-	(19.735)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	10.804.690	2.718.976	13.523.666	256.916	10.294.620	2.256.552	60.132	12.868.220

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas são garantidos por: (i) fiadores, (ii) alienação fiduciária dos bens hospitalares financiados, ou (iii) aplicações financeiras mantidas nas mesmas instituições onde os créditos foram contratados.

Os contratos de abertura de crédito de capital de giro possuem cláusulas contratuais restritivas próprias da natureza da operação, que, na hipótese de não serem atendidas, podem resultar no vencimento antecipado das respectivas operações.

Tais cláusulas, dentre outras condições, exigem que a Companhia e suas controladas não possuam inadimplência em suas obrigações; ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos, que, se decididos em desfavor da Companhia e suas controladas, teriam efeito prejudicial sobre a sua condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir as obrigações.

A Administração da Companhia e suas controladas avalia mensalmente o cumprimento das cláusulas contratuais de *covenants* financeiros e não financeiros, através da análise minuciosa de cada cláusula restritiva, pela respectiva área responsável da Companhia e suas controladas, formalizada em memorando. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas estão atendendo integralmente as cláusulas e restrições contratuais relacionadas a vencimento antecipado.

c. Aging – Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os Empréstimos, financiamentos e debêntures possuíam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	900.670	-	950.843
2026	775.123	1.135.222	847.169	1.410.679
2027	393.486	1.018.665	1.179.763	1.553.098
2028 (*)	(5.657)	1.619.781	(10.845)	1.617.622
A partir de 2029	12.360.714	7.846.442	10.852.133	7.222.449
Total	13.523.666	12.520.780	12.868.220	12.754.691

(*) De acordo com os vencimentos contratuais, não haverá pagamentos de principal ou juros. O cronograma acima, no referido exercício, apresenta somente o saldo de amortização de custos de emissão.

d. Debêntures**d.1 Emissão das debêntures**

As principais informações referentes às emissões de debêntures ativas da Companhia são detalhadas abaixo:

Emissor	Título	Modalidade	Unidades emitidas	Emissão	Vencimento final	Encargos médios	Captação
Hapvida Part. e Inv. S.A.	HAPV21	1ª Emissão - 2ª série	235.112	10/07/2019	10/07/2026	110,55% CDI	R\$ 235.112
Hapvida Part. e Inv. S.A.	HAPV15	5ª Emissão	1.000.000	27/12/2023	27/01/2030	CDI + 1,75% a.a.	R\$ 1.000.000
Hapvida Part. e Inv. S.A.	BCBF 16	6ª Emissão	1.200.000	07/10/2021	07/10/2027	CDI + 1,45% a.a.	R\$ 1.200.000
Hapvida Part. e Inv. S.A. – Privada	HAPV16	6ª Emissão	500.000	29/12/2023	29/01/2030	Prefixado	R\$ 500.000
Hapvida Part. e Inv. S.A.	HAPV17	7ª Emissão	1.000.000	10/05/2024	10/05/2031	CDI + 1,60% a.a.	R\$ 1.000.000
Hapvida Part. e Inv. S.A.	HAPV18	8ª Emissão - 1ª série	1.000.000	15/10/2024	15/10/2031	CDI + 1,10% a.a.	R\$ 1.000.000
Hapvida Part. e Inv. S.A.	HAPV28	8ª Emissão - 2ª série	1.000.000	15/10/2024	15/10/2032	CDI + 1,20% a.a.	R\$ 1.000.000
Hapvida Part. e Inv. S.A.	HAPV19	9ª Emissão	1.500.000	16/05/2025	16/05/2032	CDI + 1,05% a.a.	R\$ 1.500.000
Hapvida Part. e Inv. S.A.	HAPVA0	10ª Emissão	3.650.000	15/10/2025	15/10/2033	CDI + 1,05% a.a.	R\$ 3.650.000

d.2 Garantias

As debêntures de 1ª série, 2ª série e séries únicas (primeira, segunda, terceira, quinta, sétima, oitava, nona e décima emissão), emitidas pela Hapvida Participações e Investimentos S.A., possuem garantia fidejussória na forma de fiança prestada pela garantidora Hapvida Assistência Médica S.A., controlada da Companhia, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações assumidas.

As debêntures de série única, quinta e sexta emissão, emitidas inicialmente pela BCBF Participações S.A. e cedidas posteriormente para a Hapvida Participações e Investimentos S.A., possuem garantia fidejussória na forma de fiança prestada pela garantidora Notre Dame Intermédica Saúde S.A. – “NDI Saúde S.A.”, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações assumidas.

d.3 Condições contratuais restritivas (Covenants)

As debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) emitidos pela Companhia e suas controladas possuem cláusulas e restrições contratuais relacionadas a vencimento antecipado, incluindo, porém não limitadas, àquelas que obrigam a Companhia e suas controladas a cumprir o “índice financeiro” definido em suas respectivas escrituras, medidos trimestralmente. A seguir são apresentados os índices contratuais a serem cumpridos, por emissão:

Título	Índice financeiro requerido
HAPV21	Dívida líquida/EBITDA Ajustado $\leq 3,0$
HAPV15	Dívida líquida/EBITDA Ajustado $\leq 3,0$
BCBF 15	Dívida líquida/EBITDA Ajustado $\leq 3,0$
BCBF 16	Dívida líquida/EBITDA Ajustado $\leq 3,0$
HAPV16	Dívida líquida/EBITDA Ajustado $\leq 3,0$
HAPV17	Dívida líquida/EBITDA Ajustado $\leq 3,0$
HAPV18	Dívida líquida/EBITDA Ajustado $\leq 3,0$
HAPV28	Dívida líquida/EBITDA Ajustado $\leq 3,0$
HAPV19	Dívida líquida/EBITDAs Ajustado $\leq 3,0$
HAPVA0	Dívida líquida/EBITDA Ajustado $\leq 3,0$

Adicionalmente aos *covenants* financeiros, as debêntures e CRIs possuem cláusulas contratuais restritivas não financeiras que envolvem uma série de condições como adimplência, transferência de controle societário e outros, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas atendiam integralmente as cláusulas contratuais restritivas financeiras e não financeiras relacionadas a vencimento antecipado.

e. Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)

e.1 Emissão CRI – Ultra Som Serviços Médicos S.A. (Incorporada pela Hapvida Assistência Médica S.A.)

Em 2 de novembro de 2021, foi aprovada a outorga de garantia fidejussória pela Companhia, na forma de fiança, em garantia das obrigações assumidas pela sua controlada direta, Ultra Som Serviços Médicos S.A. (Ultra Som) no âmbito da sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única (Debêntures Ultra Som). As Debêntures Ultra Som são vinculadas à 378.ª série da 4ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Virgo

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Companhia de Securitização, no montante de R\$ 1.001.700, (CRI Lastro Hapvida), no contexto de uma operação de securitização. Os CRI Lastro Hapvida são objeto de distribuição pública, a qual foi realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003.

Os recursos são destinados para: i) pagamento de gastos, custos e despesas ainda não incorridos diretamente atinentes à construção, expansão, desenvolvimento e reforma de determinados imóveis e empreendimentos imobiliários; e ii) reembolso de gastos, custos e despesas, de natureza imobiliária e predeterminadas, incorridos pela Companhia e suas controladas nos 24 meses imediatamente anteriores à data de encerramento da oferta pública dos CRI, diretamente atinentes à aquisição, construção e/ou reforma de unidades de negócios localizadas nos empreendimentos lastreados nesta operação.

A captação dos recursos foi concluída em 21 de dezembro de 2021, cuja data de vencimento ocorrerá em dezembro de 2031 (Principal + correção monetária). O pagamento do *spread* é realizado de forma semestral.

Com a incorporação da Ultra Som Serviços Médicos S.A. na Hapvida Assistência Médica S.A. em 1º de dezembro de 2023, esta assumiu a dívida anteriormente detida pela Ultra Som Serviços Médicos S.A.

e.2 Emissão CRI – BCBF Participações S.A. (Incorporada pela NDI Saúde S.A.)

Em 12 de dezembro de 2022, foi celebrado pela controlada BCBF Participações S.A. o “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até três séries, da 7ª emissão da Companhia. As debêntures são vinculadas à 62ª emissão, em até três séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) da Virgo Companhia de Securitização, no montante de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais).

O total emitido de CRI ocorreu em três séries, sendo a primeira série de 542.426 (quinhentos e quarenta e dois mil quatrocentos e vinte e seis) CRI, segunda série de 362.151 (trezentos e sessenta e dois mil cento e cinquenta e um) CRI e terceira série de 95.423 (noventa e cinco mil quatrocentos e vinte e três) CRI.

Os recursos são destinados para: i) pagamento de gastos, custos e despesas ainda não incorridos diretamente atinentes à construção, expansão, desenvolvimento e reforma de determinados imóveis e empreendimentos imobiliários; e ii) reembolso de gastos, custos e despesas, de natureza imobiliária e predeterminadas; e iii) resgate parcial antecipado de dívidas.

A captação do recurso foi concluída em 27 de dezembro de 2022. A remuneração das três séries emitidas é como segue:

- **1ª série do CRI:** remuneração ocorrerá em 15 de dezembro de 2027 (principal + juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI) acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa de 0,75%;
- **2ª série do CRI:** remuneração ocorrerá em 17 de dezembro de 2029 (Principal + juros remuneratórios prefixados correspondentes a 7,0913% (sete inteiros e novecentos e treze décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis).

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

- **3ª série do CRI:** remuneração ocorrerá em 15 de dezembro de 2034 (Principal + juros remuneratórios prefixados correspondentes a de 7,2792% (sete inteiros e dois mil setecentos e noventa e dois décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Com a incorporação da BCBF Participações S.A. pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A. em 28 de março de 2024, esta assumiu a dívida anteriormente detida pela BCBF Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas atendiam integralmente as cláusulas contratuais restritivas financeiras e não financeiras relacionadas a vencimento antecipado.

20 Arrendamentos a pagar

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de imóveis com terceiros e partes relacionadas, bem como outros contratos de locação e prestação de serviços com prazos superiores a 12 meses.

a) Taxa de desconto

A Companhia e suas Controladas chegaram às taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade do Grupo. Os *spreads* foram obtidos por meio de sondagem junto a potenciais investidores de títulos de dívidas da Companhia e suas Controladas. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas pelo Grupo:

Prazos	Taxa % a.a.
Até 2 anos	10,60%
De 2 a 4 anos	11,79%
De 4 a 6 anos	12,93%
De 6 a 8 anos	11,53%
De 8 a 10 anos	11,44%
Acima de 10 anos	12,86%

b) Movimentação dos arrendamentos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	3.764.992	3.338.009
Novos contratos (adição)	269.390	374.355
Remensurações / baixas de contratos (i)	(1.245.848)	226.297
Juros incorridos	363.408	336.574
Pagamentos	(565.375)	(510.243)
Reclassificação da empresa destinada à venda	(673)	-
Saldo no final do exercício	2.585.894	3.764.992
Circulante	566.814	522.707
Não circulante	2.019.080	3.242.285

- (i) A Companhia revisou o julgamento aplicado às opções de prorrogação dos contratos de arrendamento, não mais considerando renovações automáticas e passando a contemplar somente os períodos para os quais existe razoável certeza de exercício. A decisão da administração baseia-se em uma análise integrada de fatores estratégicos, econômicos e operacionais, incluindo crescimento regional, custo de reposição de ativos, cap rate, alternativas imobiliárias e cenário macroeconômico. Como consequência, os prazos considerados nos contratos foram reduzidos, resultando na diminuição do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, refletindo de forma mais fiel a substância econômica dos contratos.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

c) Maturidade dos contratos

A seguir, são detalhados os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	523.557
2026	568.049	498.609
2027	518.400	466.642
2028	485.932	441.321
2029 em diante	3.510.530	7.993.182
Valor nominal	5.082.911	9.923.311
(-) Juros embutidos	(2.497.017)	(6.158.319)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	2.585.894	3.764.992

d) Informações adicionais

Conforme CPC 06 (R2)/IFRS 16 e do Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do CPC 06 (R2)/IFRS 16 e assim estão apresentados no balanço da Companhia e suas controladas.

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de nossos contratos, conforme determina o item 27.b do ofício da CVM.

Para atender à orientação do ofício e transparência requerida, são apresentados abaixo os impactos no balanço, com a comparabilidade dos juros nominais x juros efetivos, sendo que, para o cálculo da taxa efetiva, foi utilizado o índice dos contratos da Companhia e suas controladas, cuja maior parte é indexada ao IPCA, aplicada no fluxo de pagamentos anuais, sendo repetida a taxa mais longa para o fluxo futuro a partir de 5 anos.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo nominal		
Passivos de arrendamento	5.082.911	9.923.311
(-) Juros embutidos	(2.497.017)	(6.158.319)
Total	2.585.894	3.764.992
Fluxo real efetivo inflacionado		
Passivos de arrendamento	5.258.680	10.231.402
(-) Juros embutidos	(2.583.363)	(6.349.517)
Total	2.675.317	3.881.885

21 Obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	1.492	1.315	210.387	191.758
Provisão para férias e 13º salário	-	-	497.169	425.134
Premiação sobre performance a pagar (i)	-	-	51.421	166.382
Plano híbrido (ii)	11.608	42.036	11.608	42.036
Outras obrigações sociais	-	1	11.885	7.508
Total	13.100	43.352	782.470	832.818

(i) Provisão para premiação de performance a pagar a colaboradores elegíveis da Companhia e suas controladas.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

- (ii) Montante a pagar referente ao Plano Híbrido (anteriormente denominado “Plano de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa”), conforme detalhado na nota explicativa nº 26.

22 Tributos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre Serviços (ISS)	-	-	36.920	33.826
Contribuição previdenciária	69	2	112.021	99.210
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	-	-	31.832	30.379
PIS e COFINS	123	22.547	57.755	88.293
Contribuições sindicais e assistenciais	-	-	23	48
Imposto de Renda a recolher sobre JCP	-	-	-	35.294
Outros (i)	42	(21)	101.181	96.974
Impostos devidos a recolher	234	22.528	339.732	384.024
Imposto de Renda – Funcionários	1.504	1.120	48.933	45.927
Imposto de Renda – Terceiros	10	(14)	15.428	13.011
Imposto sobre Serviços	-	10	14.495	5.763
Contribuição previdenciária retida	-	-	4.088	2.187
Retenção PIS/COFINS/CSLL	38	(175)	45.788	37.863
Imposto de Renda retido sobre JCP	-	-	5.130	-
Impostos retidos a recolher	1.552	941	133.862	104.751
Parcelamento impostos, multas e taxas – Federal	1.370	-	86.666	101.952
Parcelamento impostos, multas e taxas – Municipais	-	-	698	2.453
Parcelamento impostos, multas e taxas – Outros	-	-	45.947	69.006
Parcelamento impostos, multas e taxas	1.370	-	133.311	173.411
Total	3.156	23.469	606.905	662.186
Circulante	3.156	23.469	515.178	538.182
Não circulante	-	-	91.727	124.004

- (i) Refere-se, majoritariamente, a saldo de empresa incorporada o qual será objeto de transação tributária/parcelamento.

23 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e contingências com a agência reguladora (ANS).

A Companhia e suas controladas provisionam a totalidade dos processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas, bem como discute outras ações para as quais a estimativa dos assessores jurídicos é de perda possível, não constituindo provisão contábil.

São descritos abaixo os principais temas que compõem os processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável pela Companhia e suas controladas:

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Causas com prognóstico de perda provável - Natureza:				
Ações tributárias (inclui ANS)	-	-	427.488	386.691
Ações cíveis	3.575	1.998	975.294	753.948
Ações trabalhistas	1.728	709	312.068	277.929
Total	5.303	2.707	1.714.850	1.418.568

São detalhadas abaixo as movimentações ocorridas na provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora
Saldos em 01 de janeiro de 2024	2.251
Adições e (reversões) líquidas	1.141
Atualização monetária	200
Pagamentos	(885)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.707
Adições e (reversões) líquidas	3.551
Atualização monetária	383
Pagamentos	(1.338)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.303

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	528.623	268.901	505.789	1.303.313
Adições e (reversões) líquidas	555.402	68.955	228.971	853.328
Atualização Monetária	55.404	14.518	11.661	81.583
Pagamentos	(287.302)	(51.738)	(260.532)	(599.572)
Compensações	(98.179)	(22.707)	(99.198)	(220.084)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	753.948	277.929	386.691	1.418.568
Empresa destinada à venda	(244)	(859)	-	(1.103)
Adições e (reversões) líquidas	384.377	73.363	120.520	578.260
Atualização Monetária	125.089	35.013	18.394	178.496
Pagamentos	(287.876)	(73.378)	(98.117)	(459.371)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	975.294	312.068	427.488	1.714.850

Segue apresentada abaixo a composição dos valores de risco oriundos de processos judiciais e administrativos, classificados com prognóstico de perda possível, em que figura como parte a Companhia e/ou suas controladas, concernente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Causas com prognóstico de perda possível - Natureza:				
Tributárias (inclui ANS)	9.932	18.684	4.704.679	5.270.964
Cíveis	8.056	9.276	2.341.820	1.972.709
Trabalhistas	3.246	4.043	875.331	1.174.705
Total	21.234	32.003	7.921.830	8.418.378

Abaixo são apresentados os principais temas que compõem os processos judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável e possível pela Companhia e/ou suas controladas:

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Natureza	Tema	Objeto	Provável		Possível	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cível	Ações indenizatórias - atos médicos	A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por beneficiários que buscam obter reparação de danos sofridos por condutas médicas supostamente inadequadas. Em tais processos, os autores das ações buscam imputar à Companhia e/ou suas controladas a responsabilidade solidária pelo ato médico praticado por seus profissionais credenciados.	193.900	156.388	844.491	739.542
	Exclusão legal e/ou contratual de cobertura	A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por beneficiários que buscam obter cobertura para serviços não abrangidos por lei e/ou contrato, podendo citar como exemplos: procedimentos estéticos, experimentais, não previstos no Rol de Cobertura Obrigatória da ANS ou em desacordo com suas Diretrizes de Utilização - DUT, Home Care, inseminação artificial, atendimentos fora da área de abrangência geográfica, etc. Neste cenário, muitas decisões judiciais são proferidas em desconformidade com a legislação aplicável, sem a devida obediência aos limites assistenciais impostos por lei e/ou contrato.	225.723	192.489	382.440	242.745
	Carência contratual	A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por beneficiários que buscam obter a cobertura assistencial do seu plano de saúde sem o devido cumprimento dos períodos de carência. Neste cenário, muitas decisões judiciais são proferidas em desconformidade com a legislação aplicável, sem a devida obediência aos prazos de carência previstos em lei e/ou contrato.	89.833	64.799	37.425	49.677
	Dívidas com prestadores em geral	A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por prestadores de serviços em geral que buscam obter o pagamento de valores supostamente devidos pela Companhia e/ou suas controladas com fundamentos diversos, podendo citar como exemplos: glosas de contas hospitalares, rescisões contratuais, etc.	122.537	93.201	177.500	172.779
	Outros temas cíveis	Contingências com temas diversos advindos de processos de natureza cível.	343.301	247.071	899.964	767.966
	Total – Cível		975.294	753.948	2.341.820	1.972.709

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Natureza	Tema	Objeto	Provável		Possível	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista		A contingência ora tratada advém de processos trabalhistas movidos, de modo individual, por prestadores de serviço que buscam obter o reconhecimento de um suposto vínculo empregatício mantido com a Companhia e/ou suas controladas, mesmo sem a presença dos pressupostos típicos de uma relação de emprego. Neste cenário, podemos citar como exemplo: médicos, técnicos em radiologia, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, etc.	71.003	80.398	140.509	165.108
	Reconhecimento de vínculo empregatício					
		A contingência ora tratada advém de processos trabalhistas movidos, de modo individual ou coletivo, por ex-empregados ou empregados, que buscam o recebimento de verbas trabalhistas e rescisórias concernentes ao período em que laboraram em favor da Companhia e/ou suas controladas, abrangendo: horas extras, adicionais de insalubridade e noturno, equiparação salarial, desvio e acúmulo de função, multas dos artigos 467 e 477 da CLT etc.	214.853	175.315	392.715	694.285
	Verbas trabalhistas/rescisórias					
		A contingência advém de Autos de Infração e Notificações de Débito/Fiscais relacionadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço lavrados em face da Companhia e suas controladas, em que são cobradas multas administrativas e recolhimentos de FGTS oriundas de supostas infrações às normas legais que regem as relações de trabalho e emprego.	2.438	2.648	219.623	218.595
	Autos de Infração / NDFC / NFGC / NFRC					
	Outros temas trabalhistas	Contingências com temas diversos advindos de processos de natureza trabalhista.	23.774	19.568	122.484	96.717
		Total – Trabalhista	312.068	277.929	875.331	1.174.705

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Natureza	Tema	Objeto	Provável		Possível	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributária		A contingência ora tratada advém de processos administrativos e execuções fiscais movidos pela ANS, em que são cobradas multas administrativas oriundas de supostas infrações às normas reguladoras da atividade das operadoras de planos de saúde, bem como valores relativos a ressarcimento ao SUS, decorrentes de atendimentos de beneficiários da Companhia e/ou suas controladas na rede pública, com fundamento no art. 32 da Lei nº 9.656/98.	314.002	131.172	745.170	698.490
	Multas Administrativas ANS/Ressarcimento ao SUS (aspectos regulatórios)					
		A contingência ora tratada advém de processos administrativos e judiciais movidos por Secretarias da Fazenda Municipal, por meio dos quais se cobra o recolhimento do imposto sobre serviços supostamente devido pela Companhia e/ou suas controladas, em decorrência de suas atividades operacionais.	30.796	82.199	2.236.162	1.709.561
	Imposto Sobre Serviços (ISS)					
		A contingência advém de execuções fiscais originalmente movidas em desfavor de outras operadoras de planos de saúde, nas quais a Fazenda Nacional requereu o redirecionamento para a Companhia e suas controladas, sob justificativa de suposta sucessão empresarial decorrente de operações de alienação de carteira de beneficiários.	19.345	97.408	260.740	187.824
	Execuções Fiscais – Sucessão Empresarial					
		A contingência advém, principalmente, de autos de infração lavrados em face da Companhia e suas controladas por créditos tributários supostamente devidos em razão de irregularidades ou ausência de recolhimentos de contribuições previdenciárias, dentre outros assuntos previdenciários.	24.930	25.759	425.899	380.023
	Assuntos Previdenciários					
		As Controladas da Companhia possuem processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança indevida do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) relativos ao ano-calendário de 2013.	-	-	489.249	1.224.017
	Autos de infração – IRPJ/CSLL - Ágio					
		A contingência advém da aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT, determinando-se à Autoridade coautora que se abstenha da prática de quaisquer atos tendentes à cobrança dos valores supostamente devidos, em razão da aplicação desse fator, dentre eles a negativa de renovação da Certidão de Regularidade Fiscal. Requer-se, outrossim, o reconhecimento do direito de crédito da Impetrante. O processo encontra-se nas esferas Superiores Sobrestado.	-	15.026	8.633	8.232
	Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT					
		As Controladas da Companhia possuem execuções fiscais de débitos que estão incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).	-	-	52.389	48.641
	Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)					
		Pedidos de tutela provisória de urgência, em face da União (Fazenda Nacional), visando que seja julgada procedente a demanda para o fim de se declarar a inexistência de relação jurídico tributária entre as partes Autora e Ré quanto à exigência, em função dos exercícios (passados e futuros) de opções de ações nos Plano de Stock Option instituído pela Companhia em 16/10/2014: das Companhias Autoras, de contribuições previdenciárias sobre a folha de	-	-	-	626.322
	Stock option					

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

	salários e demais contribuições de terceiros (Salário-Educação, INCRA, SESC, SENAC e Sebrae) em relação aos Participantes Autores integrantes do polo ativo da presente demanda; das Companhias Autoras, de multa por suposta ausência de retenção de imposto de renda quando do exercício das opções pelos Participantes Autores integrantes do polo ativo da presente demanda; dos Autores Participantes, de imposto de renda sobre suposto rendimento decorrente do trabalho quando do exercício das opções.				
Taxa de resíduos sólidos de serviços de saúde (TRSS)	As Controladas da Companhia possuem execuções fiscais de débitos para a cobrança de débitos de Taxa de resíduos sólidos de serviços de saúde (TRSS).	370	-	9.534	10.580
Arrolamento	Pedido anulatório que visa ao cancelamento do procedimento de arrolamento de bens instaurado em face de controladas da Companhia.	-	-	96	84
Outros temas tributários	Contingências com temas diversos advindos de processos de natureza tributária.	38.045	35.127	476.807	377.190
Total – Tributária		427.488	386.691	4.704.679	5.270.964

Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais mantidos no ativo nos seguintes montantes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributários	2.926	652	316.330	353.750
Regulatórios	-	-	366.609	50.437
Cíveis	8.738	6.519	933.581	728.399
Trabalhistas	840	855	111.136	79.317
Total	12.504	8.026	1.727.656	1.211.903

São detalhadas abaixo as movimentações ocorridas nos depósitos judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora
Saldos em 01 de janeiro de 2024	10.689
Adições e (reversões) líquidas	4.315
Atualização monetária	833
Baixas líquidas	(7.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.026
Adições e (reversões) líquidas	8.022
Atualização monetária	282
Baixas líquidas	(3.826)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	12.504

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Consolidado

	Cível	Trabalhista	Tributária	Regulatório	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	540.407	71.516	491.457	1.167.023	2.270.403
Adições e (reversões) líquidas	681.385	22.155	(136.034)	(1.076.778)	(509.272)
Atualização Monetária	28.285	4.611	23.135	(208.098)	(152.067)
Baixas líquidas	(517.337)	(16.882)	(30.638)	167.696	(397.161)
Reclassificação	(4.341)	(2.083)	5.830	594	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	728.399	79.317	353.750	50.437	1.211.903
Empresa destinada à venda	(69)	(71)	-	-	(140)
Adições e (reversões) líquidas	638.403	34.746	15.223	350.182	1.038.554
Atualização Monetária	21.528	3.388	(10.560)	62.790	77.146
Compensação	-	-	-	(109.673)	(109.671)
Baixas líquidas	(437.965)	(16.203)	(35.966)	-	(490.134)
Reclassificação	(16.715)	9.959	(6.117)	12.873	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	933.581	111.136	316.330	366.609	1.727.656

24 Outras contas a pagar

O saldo desse grupo de contas está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações contratuais (a)	-	-	247.760	846.236
Depósito de terceiros	-	86	28	2.157
Adiantamento de clientes	80	80	20.434	28.353
Taxa de saúde suplementar	-	-	-	4.232
Débitos de operações de assistência à saúde e não relacionados com plano	-	-	6.027	2.777
Provisões para plano de benefícios com empregados	-	-	8.712	15.066
Multa ANS a pagar	-	-	17.467	10.377
Adiantamento parceria instituição financeira	15.400	22.000	19.468	31.492
Prêmio de retenção a pagar (i)	12.000	12.000	12.000	12.000
Termo de Acordo PROMED (ii)	-	-	125.070	125.070
Aluguéis a pagar	-	-	-	84
Débitos diversos	1.820	1.626	289.270	583.067
Total	29.300	35.792	746.236	1.660.911
Circulante	18.875	20.392	209.702	400.680
Não circulante	10.425	15.400	536.534	1.260.231

- (i) Provisão de prêmio de retenção a pagar a executivos da Companhia, a título de tempo de permanência na Companhia.
- (ii) Em 14 de agosto de 2023, a controlada Ultra Som Serviços Médicos celebrou o “Termo de Acordo e Outras Avenças” junto a determinados vendedores do Grupo PROMED. O acordo é decorrente de negociações relacionadas à operação de aquisição do Grupo PROMED, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de agosto de 2023.

(a) Obrigações contratuais (consolidado)

Refere-se substancialmente às contraprestações contingentes referentes às aquisições de empresas, decorrentes das combinações de negócios, conforme é demonstrada a movimentação a seguir do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	846.236	1.133.609
Pagamentos	(477.937)	(375.108)
Atualização Monetária	65.195	82.590
Saldos indenizatórios	(185.734)	11.181
Ajustes de Preço/Remensurações	-	(6.036)
Saldo ao final do exercício	247.760	846.236
Circulante	30.729	33.625
Não circulante	217.031	812.611

25 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era composto da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Quantidade de ações (*)	502.630.884	502.630.884
Capital social	39.121.274	39.121.274
Custos de emissão de ações	(254.941)	(255.075)
Total	38.866.333	38.866.199

(*) Em 30 de abril de 2025, foram aprovados em Assembleia geral ordinária e extraordinária (AGOE) os procedimentos para implementação do grupamento das ações ordinárias da Companhia à razão de 15:1. A quantidade de ações do exercício comparativo, referente a 31 de dezembro de 2024, foi igualmente adequada, de forma a refletir os efeitos retroativos do grupamento de ações.

b) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que seu valor atinja 20% do capital social.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

A seguir, está demonstrada a movimentação consolidada dos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar:

Saldo de dividendos e JCP a pagar em 01 de janeiro de 2024	605
Saldo de dividendos e JCP a pagar em 31 de dezembro de 2024	605
Dividendos baixados no exercício	(7)
Saldo de dividendos e JCP a pagar em 31 de dezembro de 2025	598

d) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui um saldo de R\$ 961.425, referente a ações em tesouraria, equivalente à quantidade de ações adquiridas abaixo:

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Período de aquisição	Quantidade movimentada	Preço médio
2019	2.280	5,36
2021	23.178.700	13,48
2022	16.002.800	8,55
2023	5.172.492	4,76
2024	75.316.941	3,50
2025 (i)	(91.768.186)	18,80
Total	27.905.027	-

- (i) Em 30 de abril de 2025, foram aprovados em Assembleia geral ordinária e extraordinária (AGOE) os procedimentos para implementação do grupamento das ações ordinárias da Companhia à razão de 15:1. Em 2025, estão refletidos os referidos efeitos da operação, as movimentações de ações do Plano híbrido e as recompras de ações realizadas no exercício. O preço médio apresentado em 2025 refere-se às referidas recompras ocorridas.

e) Lucro/(Prejuízo) por ação

O cálculo básico de lucro/(prejuízo) por ação é realizado através da divisão do lucro/(prejuízo) líquido do período, atribuído aos acionistas controladores, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/(Prejuízo) líquido atribuível à Companhia e suas controladas (R\$ mil)	(142.169)	(649.376)
Lucro/(Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas controladores (R\$ mil)	(141.747)	(649.301)
Quantidade média ponderada de ações (milhares de ações) (*)	501.777	509.454
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por ação (R\$ mil) (*)	(0,28)	(1,27)

(*) Em 30 de abril de 2025, foram aprovados em Assembleia geral ordinária e extraordinária (AGOE) os procedimentos para implementação do grupamento das ações ordinárias da Companhia à razão de 15:1. A quantidade de ações do período comparativo foi igualmente adequada, de forma a refletir os efeitos retroativos do grupamento de ações.

26 Plano de remuneração baseado em ações***Stock Option***

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações com o objetivo a promover na busca de crescimento e lucratividade a longo prazo da Companhia e suas controladas, proporcionando aos profissionais que estão ou estarão envolvidos no crescimento da Companhia a oportunidade de adquirir um direito de propriedade na Companhia, com vistas a: (a) estimular a integração, expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e suas controladas; e (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Participantes.

Trata-se de programas de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, administrados pelo Conselho de Administração, cujos planos foram aprovados em 29 de março de 2021 e 30 de abril de 2021, os quais suas eficácias ficaram condicionadas ao fechamento da combinação de negócios entre a Companhia e a Notre Dame Intermédica Participações S.A., consumada em 14 de fevereiro de 2022.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Ações Outorgadas e Preço de Exercício

Foram outorgadas 8.369.521 (*) em 14 de fevereiro de 2022 (1ª outorga) e 910.667 (*) em 01 de julho de 2022 (2ª outorga) ações da Companhia aos Participantes do Plano. O Preço de Exercício de cada Opção outorgada nos termos do Plano será fixo no valor de R\$ 97,50 por Ação.

(*) Em 30 de abril de 2025, foram aprovados em Assembleia geral ordinária e extraordinária (AGOE) os procedimentos para implementação do grupamento das ações ordinárias da Companhia à razão de 15:1. Os efeitos do grupamento foram refletidos nas quantidades e preço das ações apresentadas.

Exercício das Opções

As Opções se tornarão exercíveis (*vested*) na medida em que os respectivos Participantes permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia e suas controladas, conforme o caso, até o decurso dos períodos aquisitivos de direitos (*vesting*) especificados abaixo:

- 1/3 (um terço) das Opções outorgadas poderão ser exercidas a partir 31 de agosto de 2022;
- 1/3 (um terço) das Opções outorgadas poderão ser exercidas após decorridos 24 (vinte e quatro) meses contados da data de fechamento da Operação de combinação de negócios entre a Companhia e a Notre Dame Intermédica Participações S.A., ou seja, 14 de fevereiro de 2024; e
- 1/3 (um terço) das Opções outorgadas poderão ser exercidas após decorridos 36 (trinta e seis) meses contados da data de fechamento da Operação de combinação de negócios entre a Companhia e a Notre Dame Intermédica Participações S.A., ou seja, 14 de fevereiro de 2025.

As opções poderão ser exercidas até fevereiro de 2026.

Mensuração do valor justo

Utilizou-se o método de *Black & Scholes* para precificação das opções nas datas das respectivas outorgas e final de período/exercício.

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga dos planos de pagamento baseado em ações são:

	1ª Outorga	2ª Outorga
Valor justo nas datas de outorga (R\$) (*)	91,80 a 117,00	3,45 a 33,30
Preço da ação na data de outorga (R\$) (*)	182,85	84,30
Preço de exercício (R\$) (*)	97,50	97,50
Volatilidade esperada (média ponderada)	41,91%	52,61%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	0,55 a 3,00	0,17 a 2,64
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	11,46% a 12,23%	12,59% a 13,35%

(*) Em 30 de abril de 2025, foram aprovados em Assembleia geral ordinária e extraordinária (AGOE) os procedimentos para implementação do grupamento das ações ordinárias da Companhia à razão de 15:1. Os efeitos do grupamento foram refletidos nas quantidades e preços das ações apresentadas.

Para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação na data, e, a volatilidade histórica (no intervalo de 12 meses).

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

O preço de exercício das opções foi ajustado por dividendos projetados para o período/exercício e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote.

	Plano de Opções de Compra de Ações (ii)			
	Quantidade total de ações outorgadas	Quantidade de ações canceladas (i)	Quantidade atual de ações outorgadas	Valor das Ações
1ª Outorga	8.369.521	(3.523.674)	4.845.847	505.023
2ª Outorga	872.125	(474.494)	397.631	8.088
Total	9.241.646	(3.998.168)	5.243.478	513.111

- (i) Ações outorgadas canceladas referente a executivos da Companhia e suas controladas desligados no período.
- (ii) Em 30 de abril de 2025, foram aprovados em Assembleia geral ordinária e extraordinária (AGOE) os procedimentos para implementação do grupamento das ações ordinárias da Companhia à razão de 15:1. Os efeitos do grupamento foram refletidos nas quantidades de ações apresentadas.

As ações restritas são mensuradas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas como despesa, ao longo do período em que o direito é adquirido, em contrapartida ao patrimônio líquido, como opções outorgadas.

A despesa referente ao valor justo das ações restritas, reconhecida no período findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito das ações restritas, foi de R\$ 5.932 (R\$ 60.686 em 31 de dezembro de 2024).

Plano Híbrido (anteriormente denominado Plano de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa)

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA), realizada em 20 de dezembro de 2023, foi inicialmente aprovado o Plano de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa da Companhia (Plano Original).

Em 30 de abril de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) o aditamento do Plano Original da Companhia, que passou a se chamar Plano Híbrido.

O aditamento não alterou a estrutura básica do Plano Original, tendo apenas incluído uma nova possibilidade de escolha pelo beneficiário do plano quando do momento da liquidação de suas Ações Virtuais de Retenção. O Plano Híbrido possibilita que a liquidação seja feita mediante a entrega de ações da Companhia em adição à possibilidade de pagamento em dinheiro. A nova opção de liquidação é aplicável a todas as outorgas já existentes realizadas no Plano Original.

O Plano tem por objetivo conceder aos Beneficiários o direito de, extraordinariamente, receber premiação por meio: (i) de um pagamento em dinheiro correspondente à quantidade de Ações Virtuais de Retenção multiplicadas pelo Valor das Ações Virtuais de Retenção; ou (ii) Ações correspondentes à quantidade de Ações Virtuais de Retenção, visando promover: (a) a atração e retenção dos Beneficiários na Companhia com foco em sua permanência e desenvolvimento de longo prazo; (b) o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Plano; e (c) a valorização das ações e o potencial de crescimento da Companhia.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Ações Virtuais de Retenção

As Ações Virtuais de Retenção são definidas como unidades representativas do direito ao recebimento de Ações ou de um pagamento de quantia em dinheiro baseada em Ações, outorgadas pela Companhia aos Beneficiários. Cada unidade de Ação Virtual de Retenção equivale ao valor bruto correspondente à cotação de 1 (uma) ação de emissão da Companhia no último pregão do período/exercício corrente imediatamente anterior ao término de cada Período de Carência em questão, o qual deverá ser pago ao Beneficiário em caráter extraordinário, a título de premiação.

Período de carência

O direito às Ações Virtuais de Retenção ficará sujeito ao cumprimento, pelo Beneficiário, da Condição de Serviço, isto é, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado, administrador ou prestador de serviço da Companhia ou de sociedade sob seu Controle durante cada um dos Períodos de Carência abaixo:

- (i) 25% (vinte e cinco por cento) das Ações Virtuais de Retenção terão cumprido seu Período de Carência no 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga* (“1º Período de Carência”);
- (ii) 25% (vinte e cinco por cento) das Ações Virtuais de Retenção terão cumprido seu Período de Carência no 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga* (“2º Período de Carência”);
- (iii) 25% (vinte e cinco por cento) das Ações Virtuais de Retenção terão cumprido seu Período de Carência no 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga* (“3º Período de Carência”); e
- (iv) 25% (vinte e cinco por cento) das Ações Virtuais de Retenção terão cumprido seu Período de Carência no 4º (quarto) aniversário da Data de Outorga* (“4º Período de Carência”).

* Dia 1º de janeiro de 2024, ou outra data que venha a ser definida no Contrato de Outorga do Beneficiário;

<u>Data da outorga</u>	<u>Quantidade de ações outorgadas (*)</u>	<u>Apropriação acumulada do plano</u>
01/01/2024	5.026.667	58.954

(*) Em 30 de abril de 2025, foram aprovados em Assembleia geral ordinária e extraordinária (AGOE) os procedimentos para implementação do grupamento das ações ordinárias da Companhia à razão de 15:1. Os efeitos do grupamento foram refletidos na quantidade de ações apresentadas.

A Companhia reconhece no resultado do período/exercício despesas com pessoal relativas às outorgas do Plano em contrapartida da rubrica de Obrigações sociais no passivo, com base no valor justo das ações virtuais outorgadas. As despesas reconhecidas no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$ 16.918 (R\$ 42.036 em 31 de dezembro de 2024).

27 Resultado dos contratos de seguros**a) Modelo Geral de Mensuração (BBA) – Individual**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de seguros		
Valores relativos às mudanças na LRC/PCR	6.659.841	5.767.151
Despesas com sinistros e outros serviços de seguros	4.863.354	4.201.361
Alteração no ajuste de risco para risco não financeiro	66.295	73.411
Liberação da CSM	1.730.192	1.492.379
Valores relativos à recuperação fluxos de caixa de custo de aquisição de seguros	178.275	183.210
Alocação de prêmios que se relacionam para a recuperação de fluxo de caixa de aquisição de seguros	178.275	183.210
Total de receitas de seguros	6.838.116	5.950.361
Despesas de seguros		
	31/12/2025	31/12/2024
Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(5.199.470)	(5.223.026)
Mudanças relacionadas ao serviço passado no fluxo de caixa relacionadas a LIC/PSI	(1.474.552)	20.324
Perdas de contratos onerosos e reversões destas perdas	23.235	(60.119)
Amortização do fluxo de caixa de aquisição	(178.274)	(183.222)
Total de despesas de seguros	(6.829.061)	(5.446.043)

b) Abordagem de alocação de prêmio (PAA) – Coletivo

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de seguros		
Valores relativos às mudanças na LRC/PCR		
Prêmios atribuídos ao exercício (PAA)	24.043.736	22.236.801
Total de receitas de seguros	24.043.736	22.236.801
Despesas de seguros		
	31/12/2025	31/12/2024
Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(19.160.544)	(17.604.197)
Mudanças relacionadas ao serviço passado no fluxo de caixa relacionado a LIC/PSI	(61.708)	(189.706)
Amortização do fluxo de caixa de aquisição	(1.000.964)	(1.051.726)
Total de despesas de seguros	(20.223.216)	(18.845.629)

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

28 Receita líquida de serviços prestados

São apresentadas abaixo as receitas com prestação de serviços clínicos, hospitalares, laboratoriais e de diagnóstico, além da prestação de serviços de administração de planos de assistência à saúde e odontológicos da modalidade pós pagamento.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de administração – planos pós pagamento	12.669	44.604
Receitas com outras atividades	872.983	873.567
(-) Tributos sobre receita	(113.072)	(137.684)
(-) Descontos incondicionais concedidos e outras deduções	(77.192)	(52.951)
Total	695.388	727.536

29 Custo dos serviços prestados

São apresentados abaixo os custos com prestação de serviços clínicos, hospitalares, laboratoriais e de diagnóstico, além de custos decorrentes da prestação de serviços de administração de planos de assistência à saúde e odontológicos da modalidade pós pagamento.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Médico-hospitalar e outros	(429.116)	(1.007.559)
Material e medicamentos	(180.349)	(156.158)
Localização e funcionamento	(84.960)	(77.424)
Serviços de terceiros	(78.822)	(49.147)
Depreciação e amortização	(28.177)	(31.985)
Total	(801.424)	(1.322.273)

30 Despesas de vendas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Publicidade e propaganda	(92.472)	(82.261)
Provisão para perdas e perdas efetivas sobre créditos	(31.129)	(12.336)
Pessoal próprio	(280.695)	(181.751)
Outras despesas de vendas	(170.210)	(55.914)
Total	(574.506)	(332.262)

31 Despesas administrativas

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal próprio	(76.003)	(60.715)
Plano de <i>stock option</i> (Nota nº 26)	(5.932)	(60.686)
Plano híbrido de pagamento baseado em ações (Nota nº 26)	(16.918)	(42.036)
Serviços de terceiros	(20.032)	(14.080)
Localização e funcionamento	(2.355)	(3.500)
Depreciação e amortização	(266.638)	(269.073)
Tributos	(742)	(701)
Indenização e custas processuais	(4.278)	(4.704)
Provisões para contingências	(2.213)	(256)
Receitas (Despesas) diversas, líquidas	(17)	118
Total	(395.128)	(455.633)

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal próprio	(119.864)	(268.058)
Plano de <i>stock option</i> (Nota nº 26)	(5.932)	(60.686)
Plano híbrido de pagamento baseado em ações (Nota nº 26)	(16.918)	(42.036)
Serviços de terceiros	(171.532)	(258.975)
Localização e funcionamento	(127.866)	(125.232)
Depreciação e amortização	(841.533)	(724.127)
Tributos	(230.734)	(66.674)
Indenização e custas processuais	(451.391)	(992.652)
Provisões para contingências	(123.665)	202.585
Receitas (Despesas) diversas, líquidas	174.906	72.200
Total	(1.914.529)	(2.263.655)

32 Receitas (Despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações, exceto ativos garantidores	12.227	6.619	664.177	426.283
Receita financeira de aplicações – Ativos garantidores	-	-	527.178	356.410
Outras receitas de aplicações financeiras	-	-	-	5.767
Recebimento em atraso	-	-	129.099	114.646
Receitas com instrumentos financeiros derivativos - Dívida	-	-	46.161	73.863
Receita com variação cambial	-	(7)	47.769	16.375
Receitas com atualizações monetárias SUS	-	-	26.268	-
Receitas com outras atualizações monetárias	31.851	9.759	265.923	130.224
Outras receitas financeiras	28	11.704	23.165	23.128
Subtotal – Receitas financeiras	44.106	28.075	1.729.740	1.146.696

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras				
Juros de debêntures	(1.615.800)	(1.060.667)	(1.610.750)	(1.074.720)
Juros de direito de uso	(4)	(17)	(363.408)	(336.574)
Descontos concedidos	-	-	(242)	(9.717)
Despesas bancárias	(397)	(267)	(34.688)	(32.960)
Encargos sobre tributos	-	-	-	(332)
Despesas financeiras com instrumentos derivativos - Dívida	-	-	(158.396)	(41.479)
Despesa de variação cambial	-	(20)	(16.287)	(77.136)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e notas comerciais	(19.415)	(4.561)	(269.729)	(260.663)
Despesas com outras atualizações monetárias	(780)	(210)	(393.862)	(174.114)
Encargos sobre JCP recebidos	(67.473)	(21.765)	(67.473)	(21.765)
Despesa de acreditação de juros – IFRS 17 (CPC 50) – LRC/PCR	-	-	(71.927)	130.576
Despesa de acreditação de juros – IFRS 17 (CPC 50) – LIC/PSI	-	-	(402.778)	(387.538)
Outras despesas financeiras	(22.657)	(12.760)	(30.669)	(68.542)
Subtotal – Despesas financeiras	(1.726.526)	(1.100.267)	(3.420.209)	(2.354.964)
Total – Resultado financeiro líquido	(1.682.420)	(1.072.192)	(1.690.469)	(1.208.268)

33 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

A conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social consolidada para os exercícios findos em 2025 e 2024 é apresentada a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
(Prejuízo)/Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social		(233.843)		(467.277)
Alíquotas				
IRPJ, acrescido do adicional de alíquota		25%		25%
CSLL		9%		9%
Créditos (Débitos) com imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas oficiais		79.507		158.874
Diferenças permanentes				
Prejuízo fiscal sobre o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	30,86%	(72.156)	16,62%	(77.657)
Ajuste de Dívida Combinação de Negócio	0,00%	-	0,00%	-
Juros sobre capital próprio	-4,94%	11.560	0,00%	-
Provisões indedutíveis	-10,94%	25.587	-6,03%	28.185
Outras adições e exclusões	-10,18%	23.807	63,66%	(297.466)
Subtotal	4,79%	(11.201)	74,25%	(346.938)
Imposto de renda e contribuição social	-29,21%	68.306	40,25%	(188.064)
Imposto de renda e Contribuição social corrente no resultado	6,28%	(14.688)	25,52%	(119.255)
Imposto de renda e Contribuição social diferido no resultado	-35,49%	82.994	14,73%	(68.809)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-29,21%	68.306	40,25%	(188.064)
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores (i)	-9,99%	23.366	-	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-39,20%	91.672	40,25%	(188.064)

(ii) Valores relativos a crédito do Programa Alimentação do Trabalhador (PAT) de exercícios anteriores.

A seguir são apresentadas as movimentações do passivo a pagar de imposto de renda e contribuição social referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	30.300	28.261
Imposto de renda e contribuição social apurados	14.530	119.255
Saldo a recuperar	110.969	133.392
Reclassificação da empresa destinada à venda	(52)	-
(-) Pagamentos efetuados	(124.680)	(250.608)
Saldo no final do exercício	31.067	30.300

Hapvida Participações e Investimentos S.A.*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025***b. Imposto de renda e contribuição social diferidos****b.1 Movimentação**

A seguir são apresentadas as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2025
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	706	215	921	882	1.803
Crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa	786.970	334.908	1.121.878	375.790	1.497.668
Custo de emissão de debêntures	(8.774)	(3.782)	(12.556)	(145)	(12.701)
Imposto diferido sobre direito de uso	6	-	6	(7)	(1)
Despesas com plano de pagamento baseado em ações	205.464	7.676	213.140	(8.329)	204.811
Amortização do valor justo - Ativos adquiridos em combinação de negócios	182.707	91.245	273.952	90.322	364.274
Outros créditos/débitos fiscais	(26.416)	(122)	(26.538)	(236)	(26.774)
Total	1.140.663	430.140	1.570.803	458.277	2.029.080
Ativo fiscal diferido	1.140.663		1.570.803		2.029.080

Hapvida Participações e Investimentos S.A.*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025*

	Consolidado						
	<u>Salo em 01/01/2024</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Destinados à venda</u>	<u>Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes</u>	<u>Saldo em 31/12/2025</u>
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	278.551	97.947	376.498	40.576	(134)	-	416.940
Provisão para perdas sobre créditos	240.479	(83.749)	156.730	(91.465)	(5.277)	-	59.988
Crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa (i)	1.326.781	428.762	1.755.543	457.822	-	-	2.213.365
Amortização valor justo - Ativos adquiridos em combinação de negócios	416.019	(53.668)	362.351	14.027	-	-	376.378
Imposto diferido sobre ágio em combinação de negócios (ii)	(1.263.524)	(457.468)	(1.720.992)	(365.519)	-	-	(2.086.511)
Imposto diferido sobre direito de uso	175.747	24.349	200.096	22.880	-	-	222.976
Custo com emissão de debêntures	(18.711)	(2.540)	(21.251)	1.106	-	-	(20.145)
Despesas com plano de pagamento baseado em ações	205.463	7.675	213.138	18.078	-	-	231.216
Efeitos da adoção da IFRS 17 (CPC 50)	151.031	388.685	539.716	111.342	-	-	651.058
Outros créditos fiscais	588.077	(418.802)	169.275	(125.853)	(411)	53.785	96.796
Total	2.099.913	(68.809)	2.031.104	82.994	(5.822)	53.785	2.162.061
Ativo fiscal diferido	3.717.250		3.752.096				4.248.572
Passivo fiscal diferido	(1.617.337)		(1.720.992)				(2.086.511)

- (i) Somente foram computadas no cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos as movimentações das entidades para as quais é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar os respectivos benefícios.
- (ii) Passivo fiscal diferido constituído sobre a amortização fiscal do ágio decorrente de combinações de negócios, conforme artigo 22 da Lei 12.973/14.

b.2 Expectativa de realização dos tributos diferidos

Abaixo são apresentados os prazos de expectativa para a realização dos tributos ativos diferidos do Grupo, baseados no mesmo estudo de realização preparado pela Companhia e suas controladas para o cálculo de recuperabilidade do ágio:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
2026	-	138.415
2027	-	160.549
2028	-	359.751
2029	-	713.890
2030	261.609	913.093
A partir de 2031	1.767.471	1.311.817
Total	2.029.080	4.248.572

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável que representam um direito sem prazo para prescrição, nos termos da legislação vigente. As avaliações de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias realizadas pela Companhia e suas controladas e aprovadas pelo Conselho de Administração estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com informações financeiras projetadas, elaboradas pela Administração. Esse planejamento estratégico baseia-se em uma reestruturação societária, de forma a suportar a realização dos referidos tributos. Os passos e planos da referida reestruturação societária estão devidamente aprovadas pela Administração da Companhia que possui intenção e capacidade de implementação deste plano, de modo a realizar os referidos saldos de impostos diferidos ativos. Mediante a concretização desses planos, a Administração espera apropriar substancialmente os créditos fiscais sobre o *goodwill* oriundo das combinações de negócios já concluídas e ter um maior volume de realização dos créditos entre os exercícios de 2026 a 2030.

Os principais pilares desse planejamento são: a) Implantação de sistemas proprietários; b) Reorganização societária mirando otimização fiscal e sinergias; e c) Realização dos tributos diferidos e consumo dos estoques atuais de ágios.

Estima-se a incorporação das controladas operacionais a partir de 2028, para geração de lucros tributáveis futuros na Controladora e realização dos ativos fiscais diferidos.

Além disso, a Companhia e suas controladas têm realizado parte do imposto diferido por meio de subsidiárias do Grupo que apresentam lucro tributável ao longo do período.

34 Instrumentos financeiros**(i) Hierarquia de valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia e suas controladas utilizam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*), conforme apresentado na nota explicativa nº 6 (c), que são utilizadas nas técnicas de avaliação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não efetuaram transferência entre ativos financeiros, tampouco houve transferência entre níveis hierárquicos.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são apresentados na tabela a seguir e apresentam os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia de avaliação:

31 de dezembro de 2025

	Consolidado				Valor justo		
	Valor contábil			Total			
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	VJORA		Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados a valor justo							
Aplicações financeiras - Fundos de investimentos	-	6.992.185	-	6.992.185	6.992.185	-	6.992.185
Total	-	6.992.185	-	6.992.185	6.992.185	-	6.992.185
Ativos financeiros não mensurados a valor justo							
Aplicações financeiras – Certificado de Depósito Bancário (CDB)	220.424	-	-	220.424	-	-	-
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	76.726	-	-	76.726	-	-	-
Outras aplicações (iii)	19.927	-	-	19.927	-	-	-
Total	317.077	-	-	317.077	-	-	-
Passivos financeiros não mensurados a valor justo							
Empréstimos e financiamentos (ii)	(317.048)	-	-	(317.048)	-	-	-
Debêntures (ii)	(10.294.620)	-	-	(10.294.620)	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI (ii)	(2.256.552)	-	-	(2.256.552)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	(598)	-	-	(598)	-	-	-
Arrendamentos a pagar	(2.585.894)	-	-	(2.585.894)	-	-	-
Total	(15.454.712)	-	-	(15.454.712)	-	-	-
Passivos financeiros mensurados a valor justo							
Instrumentos financeiros derivativos – Ponta passiva	-	(147.055)	(104.406)	(251.461)	(251.461)	-	(251.461)
Contraprestação contingente (i)	-	(247.760)	-	(247.760)	-	(247.760)	(247.760)
Total	-	(394.815)	(104.406)	(499.221)	(251.461)	(247.760)	(499.221)

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

31 de dezembro de 2024	Consolidado						
	Valor contábil				Valor justo		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	VJORA	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados a valor justo							
Aplicações financeiras - Fundos de investimentos	-	8.356.556	-	8.356.556	8.356.556	-	8.356.556
Instrumentos financeiros derivativos – Ponta ativa		12.579		12.579	12.579	-	12.579
Total	-	8.369.135	-	8.369.135	8.369.135	-	8.369.135
Ativos financeiros não mensurados a valor justo							
Aplicações financeiras – Certificado de Depósito Bancário (CDB)	225.941	-	-	225.941	-	-	-
Aplicações financeiras - Letra Financeira do Tesouro (LFT)	74.850	-	-	74.850	-	-	-
Aplicações financeiras – Outras aplicações	904	-	-	904	-	-	-
Total	301.695	-	-	301.695	-	-	-
Passivos financeiros não mensurados a valor justo							
Empréstimos e financiamentos (ii)	(289.035)	-	-	(289.035)	-	-	-
Debêntures (ii)	(10.291.199)	-	-	(10.291.199)	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI (ii)	(2.174.457)	-	-	(2.174.457)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	(605)	-	-	(605)	-	-	-
Arrendamentos a pagar	(3.764.992)	-	-	(3.764.992)	-	-	-
Total	(16.520.288)	-	-	(16.520.288)	-	-	-
Passivos financeiros mensurados a valor justo							
Instrumentos financeiros derivativos – Ponta passiva	-	(16.946)	(184.283)	(201.229)	(201.229)	-	(201.229)
Contraprestação contingente (i)	-	(846.236)	-	(846.236)	-	(846.236)	(846.236)
Total	-	(863.182)	(184.283)	(1.047.465)	(201.229)	(846.236)	(1.047.465)

- (i) Contraprestações contingentes (obrigações contratuais, líquidas de seus respectivos ativos indenizatórios) conforme apresentadas na nota explicativa nº 24 (a).
- (ii) As mensurações pelo custo amortizado e pelo valor justo dos empréstimos, financiamentos, debêntures e Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI da Companhia possuem montantes aproximados.
- (iii) Refere-se a títulos públicos NTN-B advindos da consolidação do Fundo de Investimento Pátria Health TR Ibirapuera. Em dezembro de 2025, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. celebrou instrumento particular de contrato de locação com construção ajustada com o Fundo de Investimento Pátria Health TR Ibirapuera, passando, nessa data, a deter participação direta no Fundo.

Os valores de caixa e equivalente a caixa, contas a receber e fornecedores não estão incluídos na tabela acima por ter o seu valor contábil próximo do seu valor justo devido aos vencimentos desses instrumentos financeiros no curto prazo.

As aplicações financeiras em CDB têm valor justo similar ao valor contábil registrado, pois possuem carência de até 90 dias, são remuneradas por taxas de juros indexadas à curva do DI (Depósitos Interfinanceiros) e são emitidos por instituições financeira de primeira linha.

(ii) Mensuração a valor justo

Os ativos e passivos avaliados a valor justo são mensurados da seguinte forma:

a) Fundos de investimento

Obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras.

b) Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base nos valores divulgados pelas instituições financeiras.

(iii) Gerenciamento de risco

a) Riscos de mercado

A Companhia e suas controladas possuem uma política formalizada para realizar investimentos e para utilizar instrumentos financeiros em suas atividades.

A política de investimentos possui as seguintes premissas: (i) limitar a exposição a Riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e legal quanto às Aplicações Financeiras, garantindo a preservação do patrimônio de longo prazo da Companhia e suas controladas; (ii) manter uma gestão eficiente e otimizada a fim de garantir a suficiência de caixa; (iii) não transacionar derivativos de qualquer natureza ou moedas estrangeiras e ativos financeiros com exposição cambial, ressalvadas quando tiverem por finalidade constituição de *hedge* para passivos financeiros ou operacionais; (iv) investir por meio de entidades da Companhia e suas controladas ou, indiretamente, por meio de fundos de investimentos abertos, restritos ou dedicados, dos quais sejam cotistas de: a) títulos públicos federais; b) títulos ou valores mobiliários emitidos por instituição financeira (CDBs, LF, LCI, LCA, DPGE, CCBs e demais produtos de renda fixa); c) títulos ou valores mobiliários emitidos por companhias abertas (debêntures, notas Promissórias, CRI, CRA, afins); d) compromissadas lastreadas nos ativos mencionados anteriormente; e e) alocação dos Ativos Garantidores, ou Aplicações Financeiras Vinculadas, deverá seguir os limites de concentração de acordo com a RN ANS 392 e atualizações posteriores.

Periodicamente, a área financeira consolida indicadores e relatórios de gestão dos investimentos e dos instrumentos financeiros em uma análise detalhada da distribuição, riscos, vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à política de investimentos em instrumentos financeiros.

O risco de mercado também contempla o acompanhamento pela Companhia e suas controladas do risco de taxa de juros de forma tempestiva, sendo monitoradas eventuais oscilações e, quando aplicável, avaliadas contratações de instrumentos de proteção.

Análise de sensibilidade – Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem a seguinte sensibilidade de seus ativos e passivos financeiros com base na variação da taxa básica de juros da economia (CDI) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), cujos impactos estão projetados nos cenários abaixo. A Companhia e suas controladas consideram o CDI/IPCA divulgados referentes à data-base 31 de dezembro de 2025 como cenário provável.

(*) Debêntures cedidas em 2023 pela controlada BCBF Participações S.A. à Companhia, passando a Companhia a figurar como emissora das respectivas debêntures, para todos os fins e efeitos.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

		Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário (Provável)	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Aplicações financeiras	31/12/2025	IPCA	2,13%	3,20%	4,26%	5,33%	6,39%
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	4.552.182	114,90% CDI	339.138	508.706	678.275	847.844	1.017.413
Saldo de aplicações financeiras (livres)	2.737.153	114,90% CDI	203.918	305.877	407.836	509.795	611.754
Saldo de aplicações financeiras (livres)	19.927	4,26% IPCA	424	637	849	1.061	1.273
Total	7.309.262						
		Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário (Provável)	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
	31/12/2025	IPCA	2,13%	3,20%	4,26%	5,33%	6,39%
Empréstimos e financiamentos							
Capital de giro	(256.916)	114,90% CDI	(19.140)	(28.710)	(38.280)	(47.851)	(57.421)
Outros passivos financeiros	(60.132)	4,26% IPCA	(1.281)	(1.921)	(2.562)	(3.202)	(3.842)
Total	(317.048)						
		Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário (Provável)	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
	31/12/2025	CDI	7,45%	11,18%	14,90%	18,63%	22,35%
Debêntures							
Debêntures – Série 2 – 1ª Emissão – Hapvida Part.	(126.577)	114,90% CDI	(9.430)	(14.145)	(18.860)	(23.575)	(28.290)
Debêntures – 5ª Emissão – Hapvida Part.	(997.386)	114,90% CDI	(74.305)	(111.458)	(148.611)	(185.763)	(222.916)
Debêntures – 7ª Emissão – Hapvida Part.	(1.017.080)	114,90% CDI	(75.772)	(113.659)	(151.545)	(189.431)	(227.317)
Debêntures - Série 1 – 8ª Emissão – Hapvida Part.	(1.027.803)	114,90% CDI	(76.571)	(114.857)	(153.143)	(191.428)	(229.714)
Debêntures - Série 2 – 8ª Emissão – Hapvida Part.	(1.028.018)	114,90% CDI	(76.587)	(114.881)	(153.175)	(191.468)	(229.762)
Debêntures - 9ª Emissão – Hapvida Part.	(1.521.506)	114,90% CDI	(113.352)	(170.028)	(226.704)	(283.380)	(340.057)
Debêntures - 10ª Emissão – Hapvida Part.	(3.749.019)	114,90% CDI	(279.302)	(418.953)	(558.604)	(698.255)	(837.906)
Debêntures – 6ª Emissão – Hapvida Part. (*)	(827.231)	114,90% CDI	(61.629)	(92.443)	(123.257)	(154.072)	(184.886)
Total	(10.294.620)						
		Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário (Provável)	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
	31/12/2025	IPCA	2,13%	3,20%	4,26%	5,33%	6,39%
Certificado de Recebíveis Imobiliários							
CRI - Série única – Hapvida Assistência Médica	(1.197.324)	4,26% IPCA	(25.503)	(38.255)	(51.006)	(63.758)	(76.509)
CRI - Série 1 – NDI Saúde	(540.238)	114,90% CDI	(40.248)	(60.372)	(80.495)	(100.619)	(120.743)
CRI - Série 2 - NDI Saúde	(410.915)	4,26% IPCA	(8.752)	(13.129)	(17.505)	(21.881)	(26.257)
CRI - Série 3 - NDI Saúde	(108.075)	4,26% IPCA	(2.302)	(3.453)	(4.604)	(5.755)	(6.906)
Total	(2.256.552)						

(*) Debêntures cedidas em 2023 pela controlada BCBF Participações S.A. à Companhia, passando a Companhia a figurar como emissora das respectivas debêntures, para todos os fins e efeitos.

Análise de sensibilidade – ágio

Uma análise da sensibilidade da Companhia e suas controladas a um aumento ou a uma redução de 0,5% nas principais premissas utilizadas no último cálculo anual de recuperabilidade da UGC, na data-base de 31 de dezembro de 2025, assumindo que todas as outras variáveis se mantenham constantes, está apresentada abaixo.

31 de dezembro de 2025

Premissa significativa afetada por eventual deterioração	Sensibilização da premissa	Impacto
Margem EBITDA	Redução de 0,5%	Valor em uso > Carrying amount = 4.456.655
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	Valor em uso > Carrying amount = 4.057.374
Taxa de crescimento na perpetuidade	Redução de 0,5%	Valor em uso > Carrying amount = 5.454.860

Análise de sensibilidade – Contratos de seguros

Uma análise da sensibilidade do Grupo a um aumento ou a uma redução paralelo de 5% nas taxas de juros de mercado, considerando a última data-base anual de 31 de dezembro de 2025, relativo aos contratos de seguros, assumindo que todas as outras variáveis se mantenham constantes, está apresentada abaixo.

Em 31 de dezembro de 2025	Resultado		Patrimônio líquido	
	Aumento	Redução	Aumento	Redução
Taxa de juros	(12.793)	(14.029)	(8.443)	(9.259)

b) Risco de subscrição

O risco de subscrição compreende o risco de seguro, o risco de comportamento dos detentores de apólice e o risco de despesa.

- **Risco do seguro:** o risco transferido do segurador para a Companhia, que não seja o risco financeiro. O risco do seguro surge da incerteza inerente sobre a ocorrência, o valor ou o momento dos sinistros.
- **Risco de comportamento dos detentores de apólice:** o risco de que um detentor de apólice cancele um contrato (isto é, caducidade ou risco de persistência), aumente ou reduza os prêmios, retire depósitos ou anule um contrato mais cedo ou mais tarde do que o esperado.
- **Risco de despesa:** o risco de aumentos inesperados nos custos administrativos associados ao atendimento de um contrato (e não nos custos associados aos eventos do segurado).

Política de precificação

Empresas que operam negócios de planos de saúde e odontológicos estão expostas a riscos relacionados à volatilidade dos custos. Os planos odontológicos são menos sensíveis que os planos de saúde, devido à menor frequência de uso e menor complexidade dos tratamentos.

Quando a Companhia e suas controladas desenvolvem um novo produto, são analisadas diversas variáveis para definir o preço desse produto, como a área demográfica onde o produto será oferecido, a frequência dos beneficiários para aquela área com base em dados históricos e os custos dos principais *inputs* da área na qual o produto será vendido (médicos, profissionais de saúde, preço de mercado dos principais procedimentos). Com base nessas análises, a Companhia e suas controladas determinam o preço dos planos de saúde e odontológico.

Cada empresa de médio e grande portes possui sua taxa de sinistralidade calculada anualmente, quando a Companhia e suas controladas estão negociando os reajustes de preço de planos de saúde e/ou odontológico (clientes individuais são regulados pela ANS). Com base nos resultados históricos de utilização da rede de atendimento controlada por biometria, e com base nas expectativas de custo relacionadas a esses clientes, é determinado o aumento de preço desse contrato. Essa prática mitiga o risco do cliente de trazer perdas constantes para a Companhia e suas controladas.

Em relação a planos individuais, o preço dos produtos considera um valor adicional porque esse tipo de cliente historicamente tem maior uso da rede de serviços.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Concentração de risco

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos contratos de seguro do Grupo por portfólio.

Concentração de riscos	31/12/2025	31/12/2024
Individual (saúde e odontológico)	6.838.116	5.950.361
Coletivo (saúde e odontológico)	24.043.736	22.236.801
Total	30.881.852	28.187.162

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir analisa como a Margem de Serviço Contratual (CSM), o resultado e o patrimônio líquido teriam aumentado (diminuído) se as mudanças nas variáveis dos riscos de subscrição que eram razoavelmente possíveis na última data-base anual de 31 de dezembro de 2025 tivessem ocorrido. A análise apresenta as sensibilidades e assume que todas as outras variáveis se mantenham constantes.

As mudanças nas variáveis dos riscos de subscrição afetam principalmente a CSM, o resultado e o patrimônio líquido, como segue. Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido são apresentados líquidos do respectivo imposto de renda.

(a) CSM - Mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual não relacionadas a quaisquer componentes de perda, além daqueles reconhecidos como receitas ou despesas de financiamentos de seguros.

(b) Resultado - Mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual relacionadas com a perda dos componentes; – Mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual, que são reconhecidas como receitas ou despesas de financiamento de seguros no resultado.

(c) Patrimônio líquido - Mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual, que são reconhecidas como receitas ou despesas de financiamentos de seguros no resultado de acordo com (b).

31 de dezembro de 2025

Em R\$ mil

Individual (saúde e odontológico)	CSM	Resultado	Patrimônio líquido
Cancelamento (aumento de 1%)	(20.227)	(6.073)	(4.008)
Cancelamento (redução de 1%)	20.071	6.249	4.124
Inflação médica (aumento de 1%)	(115.095)	10.529	6.949
Inflação médica (redução de 1%)	113.830	(10.323)	(6.813)
Sinistralidade (aumento de 5%)	(1.020.298)	10.609	7.002
Sinistralidade (redução de 5%)	1.011.910	(10.775)	(7.112)

Coletivo (saúde e odontológico)

Em relação aos portfólios coletivos, mensurados pelo modelo PAA, a principal premissa está relacionada aos efeitos de desconto na LIC/PSI. Com base nas análises de sensibilidade de 5% nesta premissa, os saldos, em 31 de dezembro de 2025, teriam aumentado em R\$ 19.153 e reduzido em R\$ 21.874 no resultado e teriam, em 31 de dezembro de 2025, aumentado em R\$ 12.641 e reduzido em R\$ 14.437 no patrimônio líquido.

c) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional tem o objetivo de mitigar a materialização de riscos que possam resultar em prejuízos à qualidade das operações durante a disponibilização da cobertura contratada e/ou a prestação de serviços. A identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizada através do mapeamento dos fluxos organizacionais, de modo que, quando identificados, procede-se à quantificação dos impactos de tais riscos, considerando o padrão esperado quanto à sua frequência e gravidade por meio de metodologias específicas aplicáveis a cada risco avaliado.

Cabe ressaltar que ações mitigatórias são relevantes para propiciar um ambiente com maior estabilidade e controle, na medida em que tem propósito efetivamente preventivo. Nesse sentido, a implantação de protocolos de procedimentos que orientam a atuação dos profissionais que atuam na operação dá uma relevante contribuição para que os serviços sejam executados dentro dos padrões técnicos e de segurança estabelecidos pelas áreas responsáveis pela elaboração dos manuais. Adicionalmente, existem áreas de controle com funcionamento 24 horas que monitoram em tempo real os principais indicadores de atendimento ao usuário nas unidades de rede própria da Companhia e suas controladas. Ambas as ferramentas são importantes instrumentos para identificação de situações fora do padrão esperado, permitindo uma atuação ágil e eficaz da administração antes que ocorram desdobramentos com impactos na operação.

d) Riscos de créditos

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e aplicações financeiras.

Contas a receber/Outros ativos

O risco de crédito para a Companhia e suas controladas é considerado como baixo pela Administração. A maior parte do risco do contas a receber da Companhia e suas controladas é decorrente da prestação de serviços clínicos, hospitalares, laboratoriais e de diagnóstico, além da prestação de serviços de administração de planos de assistência à saúde e odontológicos da modalidade pós pagamento.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que consiste na utilização de fatores relacionados às perdas observadas em séries temporais recentes, ajustando as taxas históricas de perdas de modo a refletir as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras em relação a contas a receber e outras contas a receber. A conta de provisões relacionadas a contas a receber é utilizada para registrar perdas por redução no valor recuperável, a menos que a Companhia e suas controladas avaliem não ser possível recuperar o montante devido; nesta ocasião, os montantes são considerados irrecuperáveis e são registradas contra o ativo financeiro diretamente.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

De forma geral, a Companhia e suas controladas mitigam seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida. Para os clientes inadimplentes, a Companhia e suas controladas cancelam os planos de acordo com as regras da ANS.

Aplicações financeiras

Em relação aos riscos de créditos relacionados às aplicações financeiras, abaixo é apresentado o quadro com informações quantitativas relativas à exposição máxima ao risco, incluindo as informações sobre os *ratings* das instituições financeiras contrapartes das aplicações da Companhia e suas controladas:

			<i>Ratings das instituições financeiras (*)</i>					
			<i>Fitch (*)</i>		<i>Moody's (*)</i>		<i>S&P (*)</i>	
	<i>31/12/2025</i>	<i>31/12/2024</i>	<i>CP</i>	<i>LP</i>	<i>CP</i>	<i>LP</i>	<i>CP</i>	<i>LP</i>
Banco Itaú Unibanco S.A.	3.475.654	3.670.809	F1+	AAA	BR-1	Aaa.br	brA-1+	brAAA
Banco Santander S.A.	2.319.549	2.859.893	-	-	BR-1	Aaa.br	brA-1+	brAAA
Banco Bradesco S.A.	370.557	494.969	F1+	AAA	BR-1	Aaa.br	brA-1+	brAAA
Caixa Econômica Federal	49.482	82.016	F1+	AA	BR-1	Aaa.br	brA-1+	brAAA
Banco do Brasil S.A.	328.570	554.530	F1+	AA	BR-1	Aaa.br	brB	brB
Banco Safra S.A.	19.316	23.145	-	-	BR-1	Aaa.br	brA-1+	brAAA
Banco Votorantim	2.724	2.872	-	AAA	-	Aaa.br	brA-1+	brAAA
Credit Suisse	76.834	74.862	F1+	AAA	BR-1	Aaa.br	brB	brB
BTG Pactual	204.816	810.200	F1+	AAA	-	Aaa.br	brA-1+	brAAA
Outras instituições	461.760	84.955	-	AAA	-	Aaa.br	brA-1+	brAAA
Total	<u>7.309.262</u>	<u>8.658.251</u>						

(*) Última divulgação. Escala Nacional.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detinham caixa e equivalentes de caixa de R\$ 875.444 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 596.753 em 31 de dezembro de 2024), composto majoritariamente por saldos em caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA e AA+, conforme lista divulgada pela Fitch, além de possuírem conversibilidade imediata em caixa e estarem sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

e) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas utilizam o controle da sinistralidade baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso das saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores). A Companhia e suas controladas monitoram também o nível esperado de

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização de seus serviços. Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

Quanto à exposição ao risco de liquidez, são apresentados a seguir os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data-base:

Fluxos de caixa contratuais							
Passivos financeiros	Notas	Valor contábil	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Fornecedores	-	363.362	360.302	3.060	-	-	363.362
Empréstimos, financiamentos, debêntures e CRI	19	12.868.220	2.280.185	2.790.241	1.548.489	19.563.162	26.182.077
Arrendamentos a pagar	20	2.585.894	568.049	518.400	485.932	3.510.530	5.082.911
Outras contas a pagar	24	746.236	209.702	536.534	-	-	746.236
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25.c	598	598	-	-	-	598
Total		16.564.310	3.418.836	3.848.235	2.034.421	23.073.692	32.375.184

A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Companhia e suas controladas, e são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia e suas controladas tenham caixa suficiente para atender às necessidades legais e operacionais. Essa previsão leva em consideração a geração de caixa da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir fornece uma análise de vencimento dos contratos de seguro do Grupo, a qual reflete as datas em que se esperasse que os fluxos de caixa ocorram. Foram excluídos dessa análise o passivo por cobertura remanescente mensurado pela PAA.

LRC - Passivos de cobertura remanescente (ativos/passivos de contratos de seguros)

31/12/2025						
Contratos de seguros	De 0 a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Acima de 5 anos	Total
Individual – BBA	3.762.885	2.210.156	830.010	579.888	(7.309.065)	73.874
Total	3.762.885	2.210.156	830.010	579.888	(7.309.065)	73.874

31/12/2024						
Contratos de seguros	De 0 a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Acima de 5 anos	Total
Individual – BBA	3.605.799	2.437.847	985.613	685.459	(9.981.251)	(2.266.533)
Total	3.605.799	2.437.847	985.613	685.459	(9.981.251)	(2.266.533)

LIC - passivos de sinistros ocorridos

31/12/2025						
Contratos de seguros	De 0 a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Acima de 5 anos	Total
Individual – BBA	(542.212)	(199.319)	-	-	-	(741.531)
Coletivo – PAA	(1.380.046)	(1.026.553)	(433.800)	-	-	(2.840.399)
Total	(1.922.258)	(1.225.872)	(433.800)	-	-	(3.581.930)

31/12/2024						
Contratos de seguros	De 0 a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Acima de 5 anos	Total
Individual – BBA	(280.932)	(185.891)	-	-	-	(466.823)
Coletivo – PAA	(1.195.323)	(694.753)	(619.547)	-	-	(2.509.623)
Total	(1.476.255)	(880.645)	(619.547)	-	-	(2.976.447)

Gerenciamento de risco de liquidez

A Companhia e suas controladas utilizam o controle da sinistralidade baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso das saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores). A Companhia e suas controladas monitoram também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização de seus serviços. Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos e Contabilidade de *hedge*

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros. A gestão de risco é realizada de forma centralizada pela Vice-Presidência Financeira com o objetivo de minimizar os efeitos adversos dos riscos financeiros que afetam a Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de reduzir a exposição a oscilações de taxas de juros e cambiais (*SWAP* taxa de juros e *SWAP* cambial), não possuindo propósito especulativo.

As atividades de *hedge* da Companhia e suas controladas, em decorrência da menor exposição a oscilações, trazem maior precisão quanto a previsões de fluxos de caixa futuros.

A Companhia e suas controladas adotaram a metodologia de contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, em consonância com o IAS 39, para os seus *swaps* de taxa de juros IPCA x CDI destinados à cobertura da dívida financeira da 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) da Ultra Som Serviços Médicos S.A. (incorporada na Hapvida Assistência Médica S.A.) e para seus *swaps* de proteção cambial. Nessa sistemática, os saldos são registrados da seguinte forma:

- (i) a parcela efetiva do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes); e
- (ii) a parcela inefetiva do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

O valor justo dos contratos de fluxo de caixa é apresentado em conta do balanço patrimonial (ativo, passivo e Patrimônio Líquido). Para as operações de *hedge* em aberto, a Companhia e suas controladas efetuaram o cálculo do valor de mercado – MTM (*Mark to Market*). A Companhia e suas controladas aplicam a opção de designar uma exposição de crédito mensurada pelo Valor Justo por meio do resultado (VJR). Na última data-base anual de 31 de dezembro de 2025, a efetividade das estruturas de *hedge* era de 98,73%.

Abaixo são demonstradas as aberturas dos contratos de *swap* da Companhia e suas controladas, bem como seus valores justos na data-base:

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Instrumento	Vencimento	Ponta ativa	Ponta passiva	Valor justo	Nocional (R\$)	Posição em 31/12/2025	Posição em 31/12/2024
Swap taxa de juros	Dez/31	IPCA + 5,7505% a.a.	107,50% CDI	(105.078)	503.475	(105.078)	(90.083)
Swap taxa de juros	Dez/31	IPCA + 5,7505% a.a.	107,50% CDI	(129.528)	617.303	(129.528)	(111.146)
Swap cambial	Fev/26	US\$ + 6,01% a.a.	CDI + 1,37% a.a.	(16.642)	260.000	(16.642)	12.579
Swap cambial	Fev/26	US\$ + 6,01% a.a.	CDI + 1,37% a.a.	(213)	260.000	(213)	-
Total				(251.461)		(251.461)	(188.650)
						Ativo	-
						Passivo	12.579
							(201.229)

Abaixo é demonstrada a movimentação dos instrumentos financeiros derivativos *swap* de juros dos novos contratos:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício – Passivo/(Ativo)	201.229	25.088
Accrual	59.471	7.660
Valor de mercado – MTM	(26.094)	168.481
Saldo ao final do exercício - Passivo/(Ativo)	234.606	201.229

Em 31 de dezembro de 2025, como parte da avaliação prospectiva de efetividade, a Administração efetuou análise da relação econômica de suas estruturas de *hedge* e não identificou impactos relevantes nas relações de *hedge*. Assim, as transações de *hedge* foram consideradas efetivas.

35 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

O detalhamento da cobertura de seguros da Companhia e suas controladas é composto conforme demonstrado abaixo:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios. Instalações. máquinas. móveis. utensílios e estoques	Incêndio (inclusive decorrente de tumultos, greves e lock-out), queda de raio, explosão de qualquer natureza e queda de aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos móveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos até fumaça, desmoronamento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis.	9.063.151
D&O	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros.	100.000
Cyber	Seguro risco cibernético.	32.000
Litígios judiciais	Litígios judiciais nas esferas cível, fiscal e trabalhista, e fiança de aquisições e jurídica fiscal.	6.134.107
Frota de Veículos	Automóveis	100% Tabela FIPE por veículo
Funcionários	Estagiários, invalidez, assistência funeral.	Variável conforme faixa salarial
Seguro Garantia	Garantias sobre contratos de clientes.	1.521
Outros seguros	Adm. Tributário, Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços.	25.960

36 Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Direito de uso - Adições/baixas e remensurações	165	3	969.910	615.652
Baixa por transferência de ações – <i>Stock grant</i>	-	48.256	-	48.256
Baixa por transferência de ações – Plano híbrido (i)	47.212	-	47.212	-

- (i) Transferência parcial de ações do Plano híbrido de pagamento baseado em ações aos beneficiários do plano.

37 Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Regulatório

Para operar no mercado de planos de saúde regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as operadoras de saúde devem respeitar índices de solvência, conforme dispostos pela RN 569/22. O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), por exemplo precisa ser superior à exigência legal do Capital Baseado em Riscos (CBR). O PLA é calculado considerando o patrimônio líquido menos i) participações diretas ou indiretas em outras entidades reguladas, ii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas, iii) despesas diferidas e iv) antecipadas, v) do ativo não circulante intangível e, vi) do valor do *goodwill* das participações diretas ou indiretas de demais entidades não reguladas, conforme indicado no art. 7.º da RN 569/2022.

As operadoras controladas da Companhia adotaram antecipadamente o modelo padrão de CBR na apuração do capital regulatório. Portanto, conforme critérios previstos no art. 9º da Seção II do Capítulo III da RN 569/2022, a apuração dos seus capitais regulatórios, a partir de janeiro de 2023, considerou o maior valor entre os valores do Capital Base e o CBR. O CBR considera os seguintes riscos: (i) Risco de Subscrição, (ii) Risco de Crédito, (iii) Risco Operacional/Legal e (iv) Risco de Mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a solvência consolidada, quando observada de forma agregada envolvendo as operadoras controladas pela Companhia, atingiu a suficiência indicada a seguir:

	Consolidado
	31/12/2025
Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) (A)	9.924.801
Capital Baseado em Risco (CBR) (B)	4.460.096
Suficiência apurada (A) – (B)	5.464.705

38 Operações descontinuadas

(i) Contrato de Build to Suit (BTS)

A Companhia e suas controladas adquiriram imóveis com o intuito de revenda para um fundo de investimentos a ser responsável pelo financiamento da construção do novo Hospital Ibirapuera, localizado em São Paulo/SP. A aquisição e a venda têm como objetivo a operacionalização da transação de locação de imóvel com construção ajustada (*Build to Suit* ou BTS).

A operação tem como limite máximo de investimento o montante de R\$ 300.000 para a aquisição dos terrenos e custeio das obras; uma taxa de capitalização (*cap rate*) de 8,5% a.a., reajustado

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

anualmente pelo IPCA; um prazo de locação de 20 anos, com opção de renovação por mais 20 anos; e opção de compra em períodos e condições pré-determinados.

Em dezembro de 2025, a controlada celebrou instrumento particular de contrato de locação com construção ajustada com o Fundo de Investimento Pátria Health TR Ibirapuera, passando, nessa data, a deter participação direta no Fundo, como contrapartida à cessão do imóvel ao veículo de investimento.

Com base nos critérios estabelecidos no CPC 47 (IFRS 15) e no CPC 06 (IFRS 16), a Administração concluiu que a transferência do controle do imóvel não se caracterizou como uma venda, nos termos das referidas normas. Dessa forma, a transação foi classificada e contabilizada como um financiamento garantido (*“failed sale”*), permanecendo o ativo reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, com o reconhecimento do correspondente passivo financeiro. Ademais, a partir de dezembro de 2025, o Fundo passou a ser consolidado nas demonstrações financeiras do Grupo.

(ii) Hospital e Maternidade Maringá S.A.

O movimento de desinvestimento do Hospital e Maternidade Maringá S.A. se encaixa no contexto de otimização da alocação de capital e redirecionamento do foco operacional e comercial da Companhia. Neste cenário, essa transação foi classificada como operação descontinuada pela Companhia.

Em 30 de abril de 2025, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. celebrou contrato de venda de sua subsidiária Hospital e Maternidade Maringá S.A. (Hospital Maringá), com a Associação Beneficente Bom Samaritano.

Em 01 de julho de 2025, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. assinou o Termo de Fechamento da operação de Compra e Venda de ações e Outras Avenças com a compradora Associação Beneficente Bom Samaritano para a venda da subsidiária Hospital e Maternidade Maringá S.A.

O preço total de venda foi de R\$ 65,0 milhões, sendo R\$ 60,0 milhões em dinheiro e R\$ 5,0 milhões em serviços hospitalares a serem utilizados por beneficiários da Companhia, com parcela à vista e a prazo. A venda do Hospital Maringá está alinhada à estratégia de otimização da alocação de capital da Companhia e redirecionamento de foco operacional e comercial.

A seguir é demonstrada a demonstração de resultados individual até o momento da disposição do investimento para venda e o resultado individual acumulado no período (seis meses de 2025) da referida empresa:

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

Demonstrações de resultados até o momento da disposição do investimento para venda

	Hospital Maringá 30/04/2025
Receita operacional líquida	16.637
Custos dos serviços prestados	<u>(17.483)</u>
Lucro bruto	<u>(846)</u>
Despesas de vendas	(1.155)
Despesas administrativas	3.960
Resultado de equivalência patrimonial	(4.253)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	<u>(286)</u>
Subtotal	<u>(1.734)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	<u>(2.580)</u>
Receitas financeiras	304
Despesas financeiras	<u>(12.718)</u>
Receitas (Despesas) financeiras, líquidas	<u>(12.414)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	<u>(14.994)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(52)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(971)</u>
Lucro líquido das operações descontinuadas do período	<u>(16.017)</u>

Resultado acumulado no período e fluxos de caixa da operação descontinuada

Em 01 de julho de 2025, o lucro líquido individual acumulado do período do Hospital e Maternidade Maringá S.A. era de R\$ 16.015.

O resultado individual da operação descontinuada (não consolidado) é apresentado conforme tabela a seguir:

Hospital e Maternidade Maringá S.A.	
Resultado do período acumulado na data-base – 01/07/2025 (A)	(16.015)
Resultado na data-base da disposição para venda – 30/04/2025 (B)	(16.017)
Resultado das operações descontinuadas - Não consolidado (C) = (A) – (B)	2

	<u>01/07/2025</u>
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais descontinuadas	(9.604)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento descontinuadas	(16.249)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento descontinuadas	657
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa de operações descontinuadas	<u>(25.196)</u>

39 Eventos subsequentes

(i) *Distrato aquisição Hospital de Oncologia do Méier*

Em 25 de agosto de 2025, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou contrato vinculante de aquisição de 100% do capital social do Hospital de Oncologia do Méier, localizado no Rio de Janeiro.

Em 27 de janeiro de 2026, nos termos do instrumento celebrado, a consumação da operação estava condicionada, entre outros fatores, à realização de diligência e à negociação e assinatura dos contratos definitivos, bem como ao cumprimento das condições de fechamento usuais. Concluídas as etapas aplicáveis, as partes não alcançaram termos e condições satisfatórios e, por isso, a Companhia decidiu rescindir o contrato vinculante, encerrando as tratativas.

(ii) *Entrega de imóvel não operacional – Nova Serrana/MG*

Em 02 de fevereiro de 2026, a Companhia informou que entregará à Prefeitura Municipal de Nova Serrana/MG, através de sua controlada indireta Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A., o imóvel onde funcionou o Hospital Nova Serrana mediante o recebimento, pela referida controlada, de aproximadamente R\$ 41,2 milhões.

A Companhia ressalta que a devolução do imóvel não afetará o atendimento na localidade, pois a unidade encontrava-se desativada desde setembro de 2025, com os beneficiários da região sendo atendidos por outras unidades assistenciais das redes própria e credenciada.

(iii) *Reestruturação societária – Incorporação São Lucas Saúde S.A., São Lucas Serviços Médicos Ltda. e Hospital São Lucas S.A.*

Em 30 de janeiro de 2026, a Companhia aprovou conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária, o protocolo de incorporação e justificação para incorporação das controladas São Lucas Saúde S.A., São Lucas Serviços Médicos Ltda. e Hospital São Lucas S.A. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil das empresas incorporadas foi emitido por empresa independente.

Hapvida Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025

* * *

Cândido Pinheiro Koren de Lima
Presidente do Conselho de Administração

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima
Presidente

Luccas Augusto Adib
*Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores Estatutário
e Vice-Presidente de Tecnologia*

Fernando Miguel Augusto
Diretor de contabilidade
CRC SP-319932/O-0

Rafael Sobral Melo
Atuário - MIBA 1.572